



RELATÓRIO ESTRATÉGICO

2012

DEZEMBRO DE 2012



APRESENTAÇÃO

O Regulamento (CE) Nº 1083/2006 do Conselho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC) determina, no nº 2 do artigo 29º, que *"até ao final de 2009 e de 2012, os Estados-Membros devem apresentar um relatório conciso com informações sobre o contributo dos programas cofinanciados pelos fundos para:*

- (i) A execução dos objetivos da política de coesão definidos pelo Tratado;*
- (ii) O desempenho das tarefas dos fundos tal como definidos no presente regulamento;*
- (iii) A execução das prioridades descritas nas orientações estratégicas da Comunidade em matéria de coesão referidas no artigo 25º e detalhadas nas prioridades definidas no quadro de referência estratégico nacional referido no artigo 27º; e*
- (iv) A concretização do objetivo de promoção da competitividade e da criação de emprego e a consecução dos objetivos das Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego (2005-2008) constantes do nº 3 do artigo 9º."*

De acordo ainda com o nº 3 do artigo 29º do Regulamento nº 1083/2006, *"cada Estado-Membro define o conteúdo dos relatórios referidos no nº 2"*. Contudo, para apoiar os Estados-Membros e também para assegurar uma abordagem comum por parte dos mesmos à realização deste relatório, a Comissão Europeia (CE) apresentou e debateu no Comité de Coordenação dos Fundos (COCOF), no qual se encontram representados todos os Estados-Membros, um documento de suporte à elaboração dos relatórios nacionais estratégicos de 2012 – à semelhança do procedimento seguido para o relatório estratégico de 2009 - onde se apresenta uma estrutura indicativa do que deverá ser o seu conteúdo (*"Guidance note on Indicative contents and structure for the national strategic reports 2012"*, COCOF_11/0040/01-EN, de 19 de Janeiro de 2012). É neste contexto que, regra geral, a informação de suporte à realização deste relatório, em particular a informação financeira e física sobre a implementação do QREN, reporta-se a 31 de dezembro de 2011, correspondendo à informação consolidada para os relatórios anuais de execução dos Programas Operacionais e que, nos termos regulamentares, é submetida à Comissão Europeia (CE) até 30 de junho de cada ano.

O Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, republicado pelo Decreto-lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respetivos Programas Operacionais (PO), atribuiu ao Observatório do QREN a responsabilidade da elaboração do referido relatório, no quadro das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN e dos PO (cf. alínea e) do nº 1 do artigo 8º deste diploma e nº 2 do mesmo artigo).

O presente relatório cobre todos os conteúdos definidos regulamentarmente e acompanha, no essencial, a estrutura proposta pela CE no âmbito do COCOF, procurando assim contribuir para uma leitura coerente dos relatórios dos diversos Estados-Membros.

Assim, o primeiro capítulo apresenta as principais características da evolução do contexto socioeconómico, ocorrida desde o momento de preparação e negociação do QREN, na dupla perspetiva nacional e regional.

O segundo capítulo centra-se nas principais realizações e resultados do QREN, analisando a sua coerência com os objetivos estratégicos do QREN, e seu contributo para os objetivos da Política de Coesão, nomeadamente à luz do respetivo alinhamento com as orientações estratégicas comunitárias, bem como com outras estratégias europeias e nacionais de relevo (e.g. Estratégia Europeia para o Emprego e Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social).

O terceiro capítulo explicita as principais medidas tomadas ao longo da implementação do QREN para potenciar a sua concretização, destacando-se os principais desafios que têm sido enfrentados ao longo deste processo, abordando os fatores críticos fundamentais da sua operacionalização e sublinhando também aqueles que ainda se avizinham até ao final deste período de programação. Neste ponto destaca-se ainda contributo do QREN para o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) que Portugal estabeleceu com a CE, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sendo, à luz da legislação nacional de governação do QREN, uma responsabilidade do Observatório do QREN, a elaboração deste relatório beneficiou, em grande medida, do trabalho regular de monitorização estratégica e operacional sobre a implementação dos fundos estruturais e de coesão, que tem expressão pública nos Relatórios Anuais do QREN, elaborados no âmbito da Comissão Técnica de Coordenação (CTC) do QREN. O relatório beneficia igualmente das conclusões das avaliações desenvolvidos até à data, no quadro da concretização do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO.

O Relatório foi apreciado pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do QREN, enquanto órgão de direção política global do QREN.

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	2
ÍNDICE GERAL	4
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	6
1 A SITUAÇÃO DO PAÍS E OS DESAFIOS SOCIOECONÓMICOS.....	7
1.1 O contexto de implementação do QREN	7
1.2 Evolução regional e socioeconómica do país.....	9
2 RESULTADOS E PERSPETIVAS FUTURAS DO QREN	13
2.1 O QREN em ação face aos seus objetivos e prioridades estratégicas.....	13
2.1.1 Os compromissos e execução financeira por agenda temática.....	13
2.1.2 Principais realizações e resultados por agenda temática.....	19
2.2 Os resultados das avaliações	25
2.3 O QREN na prossecução dos objetivos da Política de Coesão	29
2.3.1 Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar.....	30
2.3.2 Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento.....	35
2.3.3 Criar Mais e Melhores Empregos no quadro da Estratégia Europeia para o Emprego.....	40
2.3.4 A territorialização da Política de Coesão e o contributo da Cooperação Territorial Europeia.....	46
2.4 O contributo do QREN para o Programa Nacional de Reformas, no quadro da Estratégia Europa 2020	55
2.5 O contributo do QREN, e do FSE em particular, para a Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social	55
3 PROGRESSOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO QREN	61
3.1 Medidas implementadas para potenciar a concretização do QREN e sua articulação com os desenvolvimentos nas políticas públicas relevantes e com a concretização do plano europeu de relançamento da economia.....	61
3.2 O QREN e o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) de Portugal.....	66
4 CONCLUSÕES GERAIS	68
ANEXOS.....	75
Anexo I: Boas práticas	75
Anexo I.1: Crescimento inteligente	75
Anexo I.2: Crescimento Sustentável.....	77
Anexo I.3: Crescimento Inclusivo	86
Anexo I.4: Territorialização	89
Anexo I.5: Igualdade de Oportunidades.....	92
Anexo I.6: Prevenção da discriminação de grupos marginalizados ou promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	95
Anexo II: Respostas do QREN ao Plano Europeu de Relançamento da Economia, nos termos das questões colocadas no anexo II do documento do COCOF.....	97
Anexo III: Indicadores comuns comunitários dos PO FEDER e FC	113
Anexo IV: Metodologia de quantificação dos contributos do QREN para os objetivos da Política de Coesão.....	115

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Avaliações promovidas, até junho de 2012.....	26
Quadro 2: Regionalização das aprovações no âmbito do abastecimento, drenagem e tratamento de águas, até 31 de dezembro de 2011	33
Quadro 3: Programação e participação portuguesa nos PO da CTE até final de 2011	54
Quadro 4: Fundo aprovado e executado em tipologias <i>earmarking</i> , por objetivo, até final de 2011	56
Quadro 5: Participantes abrangidos (2007-2011), por género, segundo a tipologia de projetos apoiados	60
Figura 1 - PIBpc em 2000 e taxa média de crescimento anual do PIBpc 2000-2010, por sub-região NUTS III.....	10
Figura 2: Dispersão dos níveis do PIB per capita nas NUTS II e III, 1995-2010.....	11
Figura 3: Variação real do PIB nacional, 1995-2010	11
Figura 4 - Distribuição territorial do desemprego registado, por NUTS III, 2011.....	12
Figura 5: Fundo comprometido por Agenda temática em 31 de dezembro de 2011.....	15
Figura 6: Fundo executado por Agenda temática em 31 de dezembro de 2011	15
Figura 7: Evolução da taxa de compromisso por fundos até 31 de dezembro de 2011	16
Figura 8: Evolução da taxa de compromisso por Programa até 31 de dezembro de 2011.....	16
Figura 9: Evolução da taxa de execução por fundos até 31 de dezembro de 2011.....	17
Figura 10: Evolução da taxa de execução por Programa até 31 de dezembro de 2011	18
Figura 11: Pagamentos intermédios da CE, em 1 de janeiro de 2012	18
Figura 12: Contributo do QREN para os objetivos da Política de Coesão	30
Figura 13: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio <i>Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar</i> , por subdomínios	31
Figura 14: Índice de abastecimento de água (2009)	33
Figura 15: Índice de drenagem de águas residuais (2009)	33
Figura 16: Índice de tratamento de águas residuais (2009)	33
Figura 17: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio <i>Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento</i> , por subdomínios.....	36
Figura 18: Peso dos diferentes sectores na FBCF (média 2007-2010) e no fundo aprovado nos sistemas de incentivos do QREN (31/12/2011) ..	38
Figura 19: Peso dos sectores no fundo aprovado nos sistemas de incentivos do QREN (31/12/2011) e exportações líquidas de conteúdo importado (2008).....	38
Figura 20: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio <i>Criar mais e melhores empregos</i> , por subdomínios	41
Figura 21: Taxa de abandono precoce no contexto europeu, 2011	45
Figura 22: Taxa de abandono precoce, Portugal e UE27, 2000-2011.....	45
Figura 23: Taxa de abandono precoce, por região NUTS II, 2005-2011	45
Figura 24: Distribuição regional do fundo comprometido e executado até 31 de dezembro de 2011	47
Figura 25: Intensidades de apoio do fundo aprovado e executado, por habitante, até final de 2011	47
Figura 26: Intensidades de apoio do fundo aprovado e executado, por km ² , até final de 2011	47
Figura 27: Intensidade de apoio nos PO Temáticos por região objetivo Convergência até 31-12-2011	49
Figura 28: Operações aprovadas e executadas nos sistemas de incentivos, por NUTS II, até final de 2011	50
Figura 29: Participantes abrangidos pelo FSE executado, por NUTS II, até final de 2011	51
Figura 30: Estabelecimentos escolares contratados e concluídos por NUTS II, até final de 2011	51
Figura 31: Contributo potencial do QREN, por objetivo do PNR – Portugal 2020, até final de 2011.....	58
Figura 32: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até dezembro de 2011) em cada objetivo estratégico da ENPSIS	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIBT – Ações Integradas de Base Territorial	n.d. – não disponível
AEP – Associação Empresarial de Portugal	OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
AIMinho – Associação Industrial do Minho	p.p. – pontos percentuais
AIP – Associação Industrial Portuguesa	PCT – Polo de Competitividade e Tecnologia
ANQ – Agência Nacional para a Qualificação	PGA – Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO
art.º – artigo	PIB – Produto Interno Bruto
BCE – Banco Central Europeu	PME – Pequena e Média Empresa
CAE – Classificação de Atividades Económicas	PNACE – Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal	PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão
CCP – Confederação Comércio Português	PNR – Plano Nacional de Reforma
CE – Comissão Europeia	PO – Programa Operacional
CEC/CCIC - Conselho Empresarial do Centro/Câmara do Comércio e Indústria do Centro	PO AT – Programa Operacional de Assistência Técnica
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	PO FC – Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)
CMC – Comissão Ministerial de Coordenação	PO PH – Programa Operacional do Potencial Humano
COCOF – Comité de Coordenação dos Fundos (CE)	PO VT – Programa Operacional Valorização do Território
CRIL – Circular Regional Interna de Lisboa	PPP – Paridade de Poder de Compra (Purchasing Power Parity)
CTC / CTC QREN – Comissão Técnica de Coordenação QREN	PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
CTE – Cooperação Territorial Europeia	PRU – Parceria para a Regeneração Urbana
e.g. – por exemplo (exempli gratia)	QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006)
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva	QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)
ENPSIS - Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social	R. A. – Região(ões) Autónoma(s)
ESPON – European Spatial Planning Observation Network	RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão
FC – Fundo de Coesão	RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	RTE-T - Redes Transeuropeias de Transportes
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	RUCI – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação
FSE – Fundo Social Europeu	RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IPSI – Sistema de Incentivos	SCT – Sistema Científico e Tecnológico
I&D – Investigação e Desenvolvimento	SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional	SI PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
IFDR, I.P. – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
IGF – Inspeção-Geral de Finanças	TETRA – Terrestrial Trunked Radio
IGFSE, I.P. – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
IIE – Iniciativa para o Investimento e o Emprego	TVH – Taxa de variação homóloga
INE, I.P. – Instituto Nacional de Estatística	UE – União Europeia
ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional	VAB – Valor Acrescentado Bruto
M€ - Milhões de Euros	
NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	
n.a. – não aplicável	

1 A SITUAÇÃO DO PAÍS E OS DESAFIOS SOCIOECONÓMICOS

1.1 O contexto de implementação do QREN

O contexto macroeconómico da implementação do QREN é substancialmente distinto daquele que serviu de referência à sua programação. Tal resulta evidente da comparação entre o cenário macroeconómico então utilizado, que previa um crescimento real médio do PIB de 2,1% no período 2007-2013, e a situação atual, em que se estima uma variação real média do PIB de -0,9% para o mesmo período. A diferença entre estes dois cenários significa que o nível do PIB de 2013 será cerca de 17% inferior ao que se estimava em 2007.

De facto, a implementação do QREN tem decorrido num contexto particularmente difícil a nível económico e social, resultante de uma crise sem precedentes nas últimas décadas. Esta crise tem apresentado, desde o seu início em 2008, diversas facetas que se foram sucedendo e acumulando. Num momento inicial assumiu a forma de crise financeira, caracterizada, sobretudo, pela instabilidade do sistema financeiro internacional, com repercussões na liquidez das economias. Numa segunda fase, tais dificuldades financeiras traduziram-se numa crise económica mundial, com impactos substanciais na retração do comércio internacional, da atividade económica e do emprego. A partir de 2010, a crise assumiu uma faceta de natureza orçamental. As análises negativas dos atores financeiros sobre a sustentabilidade das finanças públicas de diversos Estados (em parte, como resultado das políticas contra cíclicas implementadas em 2009) acentuaram os problemas de financiamento das respetivas economias, conduzindo à adoção de planos de consolidação orçamental como forma de credibilizar os compromissos dos Estados com uma política de finanças públicas saudáveis.

As primeiras medidas de consolidação orçamental em Portugal visando esse propósito foram adotadas em janeiro de 2010, no âmbito da proposta de Orçamento de Estado para esse ano (OE 2010), destacando-se a decisão de congelamento dos salários dos funcionários públicos. O Governo português viria a reforçar as medidas propostas no OE 2010 no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 (apresentado em março), nomeadamente através da redução da despesa fiscal (isenções, deduções e benefícios).

O agravamento da crise das dívidas soberanas na Zona Euro (que conduziria aos pedidos de empréstimo internacional por parte da Grécia e, posteriormente, da Irlanda) levou o Governo português a adotar novas medidas de consolidação orçamental ainda durante o ano de 2010, nomeadamente o aumento das taxas de imposto (IVA, IRS e IRC) e a redução em 5% (em média) dos salários da administração pública superiores a 1 500€.

A pressão nos mercados das dívidas soberanas voltaria a agravar-se no final de 2010 e início de 2011, apesar da continuação das intervenções do Banco Central Europeu (BCE) visando a estabilização desses mercados. Assim, no início de março o Governo português apresentou a proposta de PEC 2011-2014, a qual incluía um conjunto de medidas que visavam reforçar o compromisso com o processo de consolidação orçamental (entre as quais se destaca a recalendarização de grandes projetos de investimento público e a redução das transferências sociais). Porém, esta proposta viria a ser rejeitada na Assembleia da República, resultando na demissão do Governo e na convocação de eleições legislativas antecipadas.

No final de março de 2011 assistiu-se, assim, a um agravamento das condições de financiamento do Estado português, a par da deterioração dos balanços dos bancos nacionais (em resultado, nomeadamente, da descida do *rating* da dívida pública portuguesa, que constituía uma parte relevante dos ativos destas instituições). Neste

contexto, e perante a manutenção de elevadas necessidades de financiamento da economia nacional, no início de abril o Governo português solicitou a assistência financeira do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. A intervenção acordada entre o Governo português e a Comissão Europeia, o BCE e o FMI incluiu um empréstimo de 78 mil M€, acompanhado de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, visando o regresso a condições de sustentabilidade financeira e de competitividade. Em termos de consolidação orçamental, o programa de ajustamento acordado recuperou no essencial as medidas previstas na proposta de PEC 2011-2014, apontando também a necessidade de reforço dos rácios de capital por parte dos bancos nacionais.

O ano de 2011 ficou, assim, marcado por um esforço de consolidação orçamental muito significativo, com o saldo total do setor público administrativo em percentagem do PIB a melhorar em 5,6 p.p., fixando-se em -4,2%. Tendo ocorrido num contexto macroeconómico desfavorável, as medidas de política orçamental referidas assumiram um carácter pró-cíclico, contribuindo assim para a redução da atividade económica e a diminuição do emprego.

O ano de 2011 ficou ainda marcado por um aumento das dificuldades de financiamento da economia portuguesa. A instabilidade financeira na Zona Euro, conjugada com a deterioração do balanço dos bancos portugueses (pelos motivos acima referidos) e a incerteza quanto à sustentabilidade dos níveis de endividamento externo da economia portuguesa, traduziram-se na crescente dificuldade de acesso a financiamento por parte do setor bancário nacional. Por seu lado, os requisitos de reforço de capitalização – previstos, nomeadamente, no Memorando de Entendimento – acentuaram a desalavancagem do setor financeiro. Neste contexto, os bancos portugueses procuraram reforçar os seus recursos através da captação de clientes, praticando taxas de depósitos mais elevadas. O forte crescimento registado nos depósitos, bem como as operações de cedência de liquidez ao setor bancário conduzidas pelo BCE ao longo do ano, não foram suficientes, no entanto, para evitar a contração do volume de crédito concedido à economia portuguesa.

A conjugação dos três fatores atrás referidos – a desaceleração da economia internacional (em particular na Zona Euro), a prossecução de uma política orçamental fortemente restritiva e as dificuldades de financiamento das empresas e dos particulares – concorreram para a contração económica registada em Portugal em 2011 e 2012. Depois de uma ligeira recuperação do PIB em 2010 (com um crescimento de 1,4%), o desempenho da economia portuguesa foi-se deteriorando ao longo de 2011, terminando o ano com uma variação homóloga de -1,6%. Todas as componentes do PIB relativas à procura interna contribuíram para o desempenho negativo verificado, sendo de destacar, pelo que representam em termos de contributo para a evolução do PIB, a quebra de 4% no consumo privado (um valor sem precedentes nas últimas décadas) e de 11,3% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, cuja variação trimestral é sistematicamente negativa desde finais de 2008). No sentido inverso, é de destacar a evolução das exportações (com um crescimento de 7,6%) e das importações (que registaram uma variação homóloga de -5,3% em 2011, refletindo a forte quebra da procura interna). Em resultado destas evoluções, o saldo da Balança de Bens e Serviços em 2011 correspondeu a -3,9% do PIB, representando uma melhoria de 6,2 p.p. do PIB face ao valor registado em 2008 (-10,1%). Os valores acumulados entre janeiro e agosto de 2012 registam um saldo positivo desta Balança, facto inédito no passado recente da economia portuguesa.

Como seria expectável, o mercado de trabalho português tem sido fortemente afetado pelo contexto económico recessivo. No espaço de três anos, verificou-se uma destruição líquida de 360 mil postos de trabalho (62% dos quais ocupados por homens), tendo o desemprego atingido valores historicamente elevados. O número de desempregados à procura de emprego no 2º trimestre de 2012 ascendia a 827 mil pessoas, correspondendo a uma taxa de desemprego de 15%, o dobro da verificada em 2008. As previsões recentemente avançadas pelo Governo português deixam antever um agravamento desta situação, não se perspetivando uma forte dinâmica de criação

de emprego no curto prazo que possa contribuir para contrariar e absorver este desemprego crescente (as previsões atuais apontam para uma taxa de desemprego de 15,5% em 2012 e 16,4% em 2013).

De uma forma geral, a evolução da economia portuguesa nos próximos anos será marcada pelos efeitos conjugados das restrições à procura interna (decorrentes do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro português, da recomposição dos balanços das empresas e dos constrangimentos nos orçamentos das famílias), da incerteza relativamente à solução dos problemas financeiros na Zona Euro (que poderão repercutir-se em dificuldades de acesso a financiamento externo), bem como da expectável desaceleração da procura externa dirigida às exportações portuguesas (com destaque para o mercado espanhol ou mesmo, no seu conjunto, para o mercado da UE, que absorvem a grande maioria das exportações). É neste contexto macroeconómico exigente que decorrerá a fase final do atual ciclo de programação da Política de Coesão da UE.

1.2 Evolução regional e socioeconómica do país

Ao longo da última década, o PIBpc português (a preços correntes¹) cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. A evolução de cada região no sentido da convergência ou divergência neste indicador depende do ponto de partida, isto é, da posição relativa face à média do país e da comparação entre a evolução do seu PIBpc ao longo do período 2000-2010 e a registada a nível nacional.

No ano 2000, 24 das 30 sub-regiões portuguesas registavam um nível de PIBpc abaixo do valor médio nacional. A maioria destas (15 das 24 sub-regiões) cresceu acima da média ao longo desta última década, ou seja, convergiu positivamente. As restantes aumentaram a distância que as separava do PIBpc nacional. Neste grupo encontram-se regiões como a Península de Setúbal, o Oeste, a Lezíria e Médio Tejo e o Alentejo Central, na coroa alargada da Grande Lisboa, a par de outras situadas na fronteira entre as regiões Norte e Centro, em que se destaca o Baixo Vouga e o Ave pelo seu peso demográfico e económico. Uma minoria das regiões registava, naquele ano, um PIBpc acima da média nacional. Das seis sub-regiões nessas condições a maioria cresceu abaixo da média ao longo da década 2000-2010, aproximando-se assim do valor nacional num processo de convergência, mas por via negativa. A Grande Lisboa e a R. A. Madeira ampliaram a distância que já as opunha à média ao crescerem nesta década a um ritmo superior ao nacional.

¹ Não estão disponíveis dados a preços constantes; tal deve-se à ausência de Índices de Poder de Compra (IPC) regionais fundamentais para o cálculo do PIB regional a preços constantes.

Figura 2: Dispersão² dos níveis do PIB *per capita* nas NUTS II e III, 1995-2010

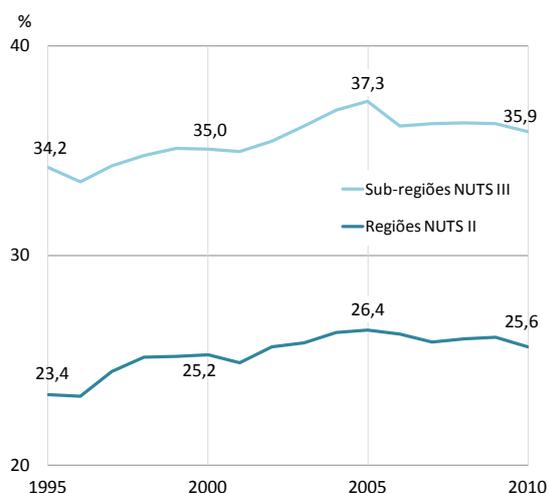
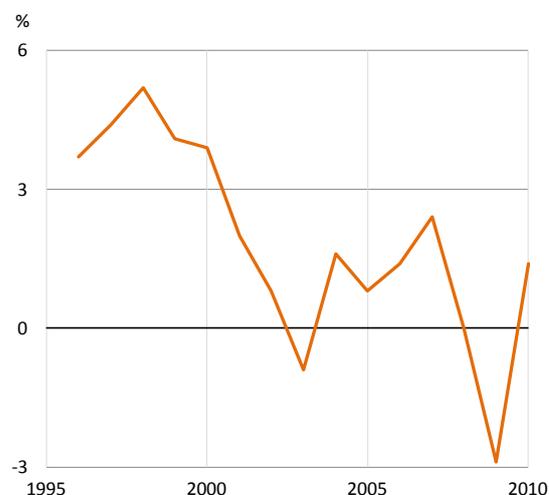


Figura 3: Variação real do PIB nacional, 1995-2010



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, cálculos do Observatório do QREN

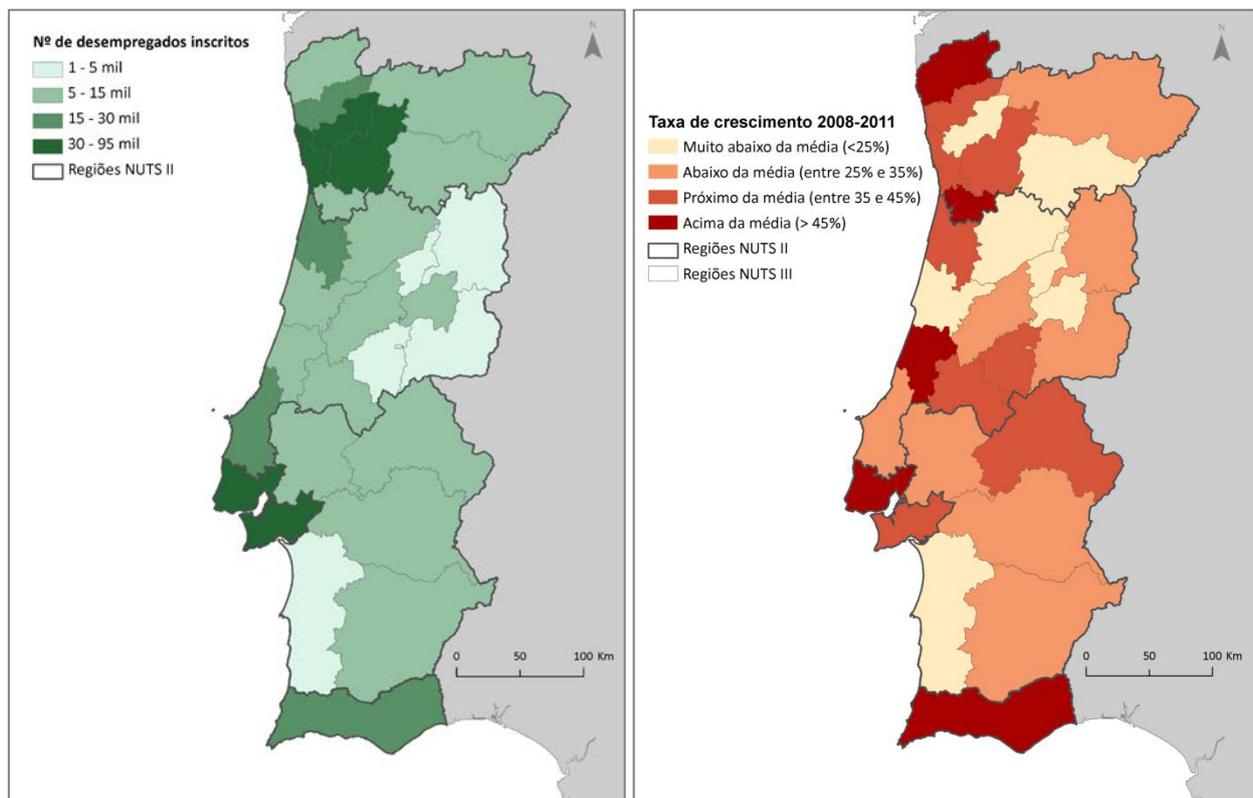
Também no que respeita à situação do mercado de trabalho é possível verificar-se evoluções distintas entre as várias regiões do país, as quais decorrem fundamentalmente da distribuição territorial dos setores mais afetados pela crise económica.

O Algarve é atualmente a região mais atingida pelo desemprego em termos relativos – uma em cada cinco pessoas disponíveis para trabalhar está desempregada – sendo que os principais setores responsáveis para essa situação foram o da Construção (com uma quebra relativa no emprego que duplicou a nacional), o dos Transportes e o da armazenagem e a Administração Pública. Por sua vez Lisboa, a segunda região com maior taxa de desemprego (16,5%), sofreu perdas relativas consideráveis nos setores do Alojamento e restauração, Atividades de informação e de comunicação, Atividades imobiliárias e Administração Pública.

Uma análise territorial mais fina, baseada nos dados do desemprego registado no IEFP, permite constatar a concentração deste problema: nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e Porto estão registados 260 mil desempregados, aproximadamente metade dos existentes em Portugal continental. Embora o maior volume de desempregados esteja localizado em áreas de maior densidade populacional, há sub-regiões especialmente afetadas pelo aumento do desemprego. O mapa onde está representada a taxa de crescimento do desemprego registado (entre 2008 e 2011) põe em evidência regiões como o Minho-Lima, Entre-Douro e Vouga, Pinhal Litoral, Grande Lisboa e Algarve, todos com acréscimos substanciais e superiores à média do Continente (45%).

² Calculada através do coeficiente de variação ponderado pela população residente.

Figura 4 - Distribuição territorial do desemprego registado, por NUTS III, 2011



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Do ponto de vista socioeconómico deve-se ainda sublinhar que a quebra no emprego – e, conseqüentemente, o aumento do desemprego – atingiu de modo muito díspar os diferentes grupos populacionais. O saldo final dos movimentos de criação e destruição de emprego afetou mais homens (2/3) que mulheres (1/3) e essa quebra verificou-se, sobretudo, no segmento dos jovens com menos de 35 anos, grupo etário responsável por 70% desse declínio líquido, e está relacionada com: i) um aumento do desemprego nessa faixa etária; ou ii) uma tendência para o prolongamento dos estudos (passando, deste modo, a pertencer à população inativa e, por esse motivo, deixando de contar para efeitos do cálculo do desemprego).

Além dos diferentes impactos demográficos, a variação líquida do emprego também afetou de forma assimétrica os setores de atividade. A construção foi o setor mais atingido, com uma redução de 115 mil postos de trabalho, o que equivale a uma quebra de 20%. A diminuição de efetivos verificada na agricultura estará relacionada com a alteração no perfil produtivo, mas a intensidade dessa alteração deve ser também analisada à luz da quebra de série nos dados. A indústria transformadora e o comércio por grosso e a retalho registaram quebras inferiores a 10%, o que, ainda assim, corresponde, em termos líquidos, a uma diminuição nestes setores de 140 mil postos de trabalho entre 2008 e 2011. No sentido inverso, registaram-se sobretudo acréscimos em atividades de educação, saúde e apoio social, na ordem dos 90 mil empregados. Simultaneamente, a evolução do emprego e desemprego por grupos profissionais reflete também em larga medida esta realidade setorial.

Em síntese, nos últimos três anos o desemprego atingiu, assim, níveis recorde, com impactos assimétricos quer do ponto de vista demográfico, quer da estrutura produtiva, dos grupos profissionais ou dos setores de atividade e territórios.

2 RESULTADOS E PERSPETIVAS FUTURAS DO QREN

2.1 O QREN em ação face aos seus objetivos e prioridades estratégicas

Neste capítulo apresentaremos o estágio de implementação do QREN, reportado ao final do ano de 2011, tendo em vista a otimização da mobilização dos recursos postos ao dispor de Portugal no âmbito da Política de Coesão da UE para os objetivos de desenvolvimento do país, estruturados em torno das suas **cinco prioridades estratégicas**: qualificação dos portugueses, crescimento sustentado, coesão social, qualificação do território e das cidades e eficiência na governação.

A prossecução destas prioridades é assegurada pela concretização de três agendas temáticas, baseando-se a análise deste capítulo em informação sobre a implementação financeira e sobre as realizações e os resultados no âmbito dessas agendas:

- A **agenda Potencial Humano** assume como objetivo principal superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, centrando a aposta em estratégias de educação e formação dirigidas a jovens e adultos. Inclui medidas que visam reforçar a participação no ensino e na formação ao longo da vida, em especial através de ações destinadas a reduzir o abandono escolar precoce e a aumentar o acesso ao ensino e à formação, profissional e superior, bem como a qualidade do sistema de ensino e formação.
- A **agenda Fatores de Competitividade** inclui, no essencial, os incentivos à modernização e internacionalização empresariais e à promoção da atratividade do investimento direto estrangeiro qualificante, e os estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico – mais de 70% da dotação está reservada a investimentos em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação, à transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre PME, entre estas e outras instituições, e a investimentos em serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas. De forma complementar, esta agenda intervém, ainda, na redução dos custos públicos de contexto, via ações de modernização da administração pública.
- A **agenda Valorização Territorial** integra um leque de intervenções dirigidas à mobilidade e acessibilidade, à proteção e valorização do ambiente, à política de cidades e à consolidação das redes, infraestruturas e equipamentos relevantes para a valorização das atividades económicas e coesão do território.

2.1.1 Os compromissos e execução financeira por agenda temática

A implementação do QREN, até ao final de 2011, continua a refletir quer a prioridade central que a qualificação dos portugueses assume neste ciclo de programação, com a intensificação do investimento em capital humano (tanto na formação inicial de jovens, como na formação dos adultos, como na modernização da rede escolar), quer o forte apoio às empresas, em particular às PME, por via dos sistemas de incentivos e do apoio às linhas de crédito. Constata-se o esforço realizado com o apoio dos fundos estruturais no sentido de dar uma resposta efetiva às prioridades estratégicas definidas e, em simultâneo e de forma coerente, assegurar um contributo relevante para o relançamento da economia nacional.

Os compromissos assumidos até ao final de 2011 concentram-se na agenda Potencial Humano, com 40% dos fundos aprovados, estando os restantes 60% repartidos pelas outras duas agendas (29,4% na agenda Fatores de Competitividade e 30,3% na agenda Valorização do Território), implicando um investimento total de 31 mil M€ na economia e na sociedade portuguesa e uma comparticipação de fundos comunitários prevista de 17,4 mil M€ (81% da dotação de fundos programados).

- Em termos de execução dos fundos até ao final de 2011, estes concentram-se fortemente na **agenda Potencial Humano**, com 57% do total dos fundos QREN executados (52% no final de setembro de 2012), o que está em linha com as orientações estratégicas introduzidas neste período de programação a favor da qualificação das pessoas e da competitividade da economia, e que não só mantiveram a sua atualidade na presente conjuntura, como até viram reforçada a sua prioridade política enquanto instrumentos de combate simultaneamente a essa conjuntura e aos principais défices estruturais da sociedade portuguesa: qualificações e competitividade.

No âmbito desta agenda destaca-se a área da qualificação, envolvendo intervenções de (re)qualificação nas infraestruturas dos estabelecimentos de ensino dos diversos níveis, inclusive o pré-escolar, cofinanciada pelo FEDER, que representava, no final de 2011, 25% do total executado nesta agenda, bem como o apoio a ações de qualificação de adultos (25% do executado), de qualificação inicial dos jovens (24% do executado) e, ainda, a formação avançada (10% do executado).

- Na **agenda Fatores de Competitividade**, com 20% do total de fundos executados do QREN no final de 2011 (22% no final de setembro de 2012), verifica-se que a grande maioria das operações e fundo comprometido e executado se concentram na área dos apoios às empresas, seja através dos sistemas de incentivos à I&DT, à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (6 525 operações aprovadas, com um FEDER de 3 mil M€, e uma execução do fundo de 1,1 mil M€, ou seja, 67% da agenda), seja através do apoio a linhas de crédito direcionadas para as PME (com 9% do fundo executado), induzindo assim uma alavancagem do investimento privado.

No âmbito desta agenda importa ainda referir o apoio ao investimento executado em ações coletivas de desenvolvimento empresarial (com 7%) e em prol da redução dos custos públicos de contexto (com 5%), no quadro da modernização da Administração Pública portuguesa, central e local, em linha com a prioridade do aumento da eficiência da governação.

- Por sua vez, no âmbito da **agenda Valorização do Território**, com 23% do total de fundos executados (26% no final de setembro de 2012), a área que regista um maior peso em termos de execução é a das acessibilidades e mobilidade (com 33%), devido, em larga medida, à execução de investimentos financiados quer pelo FC na ferrovia, quer pelo FEDER na mobilidade territorial, seguida da proteção e valorização do ambiente (com 20%) - onde assumem especial relevância as intervenções relativas ao ciclo urbano da água, ao tratamento e gestão de resíduos e às ações de defesa do litoral -, e dos equipamentos para a coesão (com 19%).

Nesta agenda refira-se que, apesar do maior número de operações aprovadas se registar na Política de Cidades (1 621 operações aprovadas), a maioria do fundo comprometido encontrava-se na conectividade internacional, acessibilidade e mobilidade (27%), fruto da aprovação de grandes investimentos cofinanciados pelo FC.

Figura 5: Fundo comprometido por agenda temática em 31 de dezembro de 2011

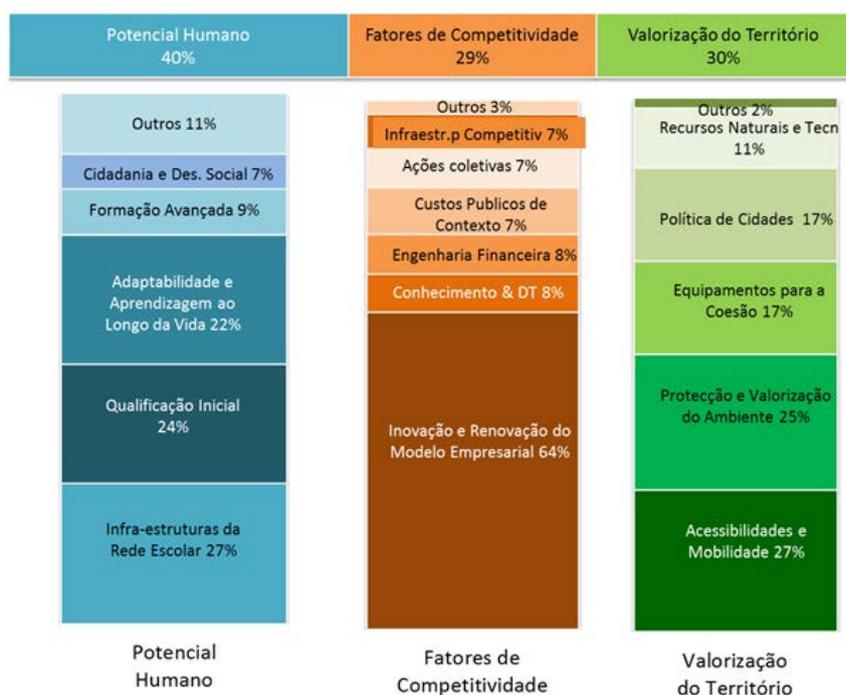
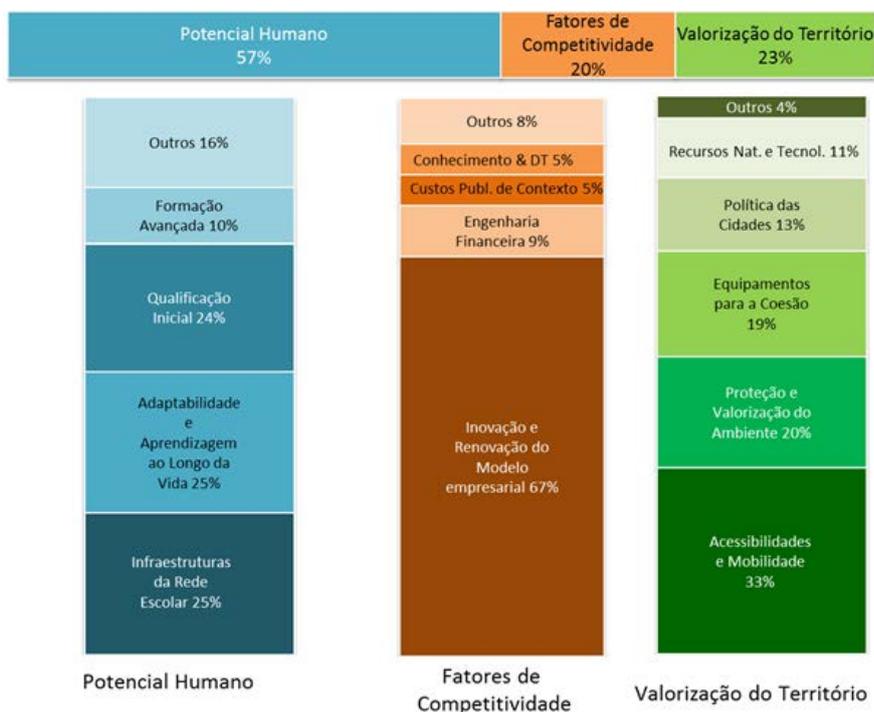


Figura 6: Fundo executado por agenda temática em 31 de dezembro de 2011

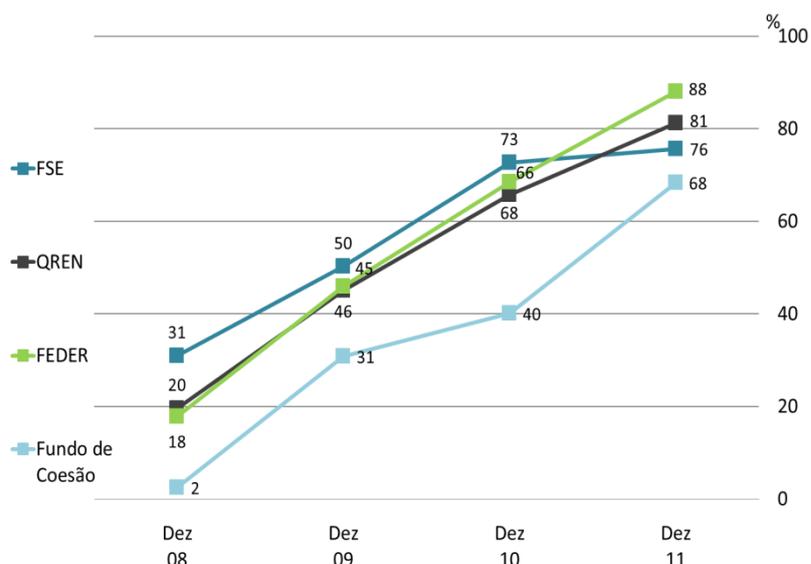


Fonte: Sistema de Monitorização QREN

Nota: Nestas figuras não foram considerados os fundos aprovados no âmbito da Assistência Técnica.

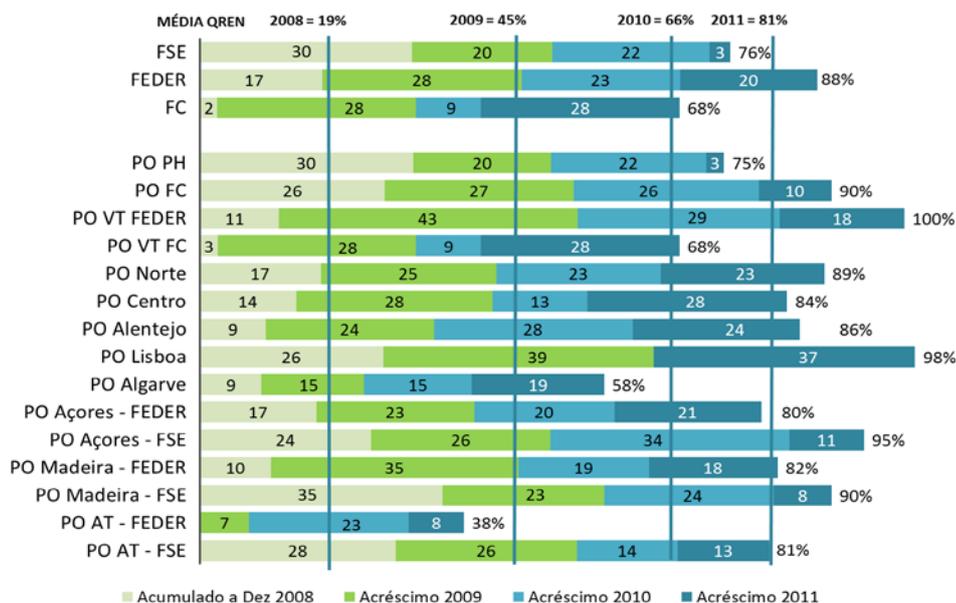
Até final de 2011 estavam comprometidos 81% de fundos do QREN (valor que sobre para 84% no final de setembro de 2012), sendo esta taxa diferenciada consoante o fundo e o programa. Numa análise da evolução das taxas de compromisso por fundos, é de registar um nível mais elevado no FEDER (88%), face ao do FSE (76%) e, sobretudo, do FC (68%). As taxas de compromisso por fundos assumem valores um pouco mais expressivos em setembro de 2012, sendo de 89% para o FEDER, 84% para o FSE e 69% para o FC.

Figura 7: Evolução da taxa de compromisso por fundos até 31 de dezembro de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Figura 8: Evolução da taxa de compromisso por programa até 31 de dezembro de 2011



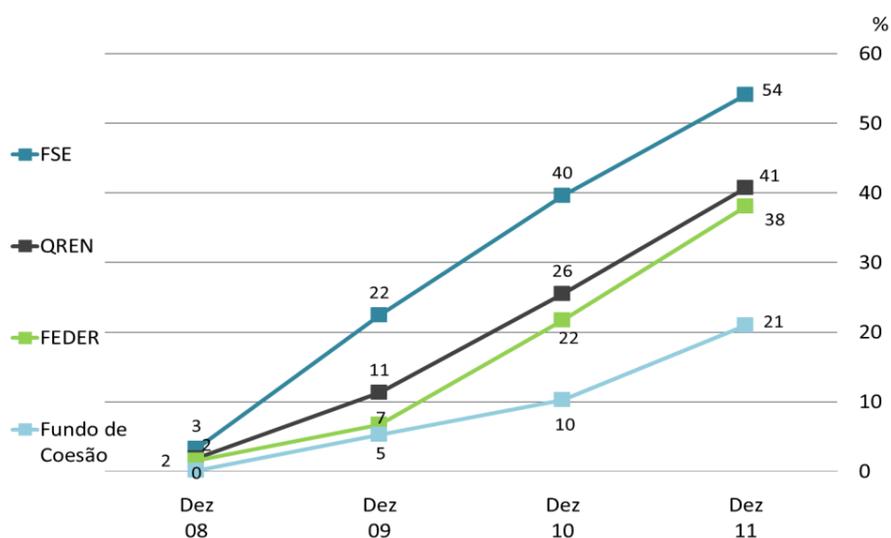
Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Os níveis de compromisso atingidos resultam da forte dinâmica da oferta e da procura de fundos registada desde a abertura dos primeiros processos de candidatura ao QREN, em novembro de 2007. Até 31 de dezembro de 2011 foram submetidas mais de 97 mil candidaturas nos 1 878 processos de seleção abertos (por concursos, ou por períodos de candidaturas fechados ou em contínuo), colocando ao dispor dos potenciais beneficiários um montante de fundos de 13,9 mil M€ (contabilizando só aqui os processos abertos em que é definido esse montante, o que não acontece por exemplo das candidaturas aos PO FSE). Esta procura de apoios, enquanto resposta aos concursos lançados, envolveu um investimento proposto no valor global de 77 mil M€.

A execução associada aos financiamentos QREN, até final de dezembro de 2011, foi de 13 341 M€ de investimento elegível total, suportado por 8 718 M€ de fundos, dos quais 3 698 M€ FSE, 4 377 M€ FEDER e 643 M€ FC. Este volume de fundos executado representava 50% do total de fundos aprovados (taxa de realização) e 41% da dotação total de fundos prevista executar no período 2007-2013 (taxa de execução). Em final de setembro de 2012 a taxa de execução do QREN era de 50,6%.

Para além da natural diferenciação de ritmos de execução entre PO e fundos, o contexto socioeconómico adverso que tem caracterizado a implementação do QREN introduziu ainda maior assimetria nestes ritmos de execução (em contexto de forte retração do investimento privado e aumento do nível de desemprego, é expectável que a execução do FSE, revele um dinamismo acrescido, em contraponto com as quebras nos ritmos de execução do FEDER). Com efeito, o nível de execução registado em 2011 foi mais favorável no FSE, de 54%, enquanto no FEDER foi de 38%, e no FC de 21%. No final de setembro de 2012 o nível de execução por fundos continuava mais favorável para o FSE (61%), sendo de 48% para o FEDER e de 35% para o FC.

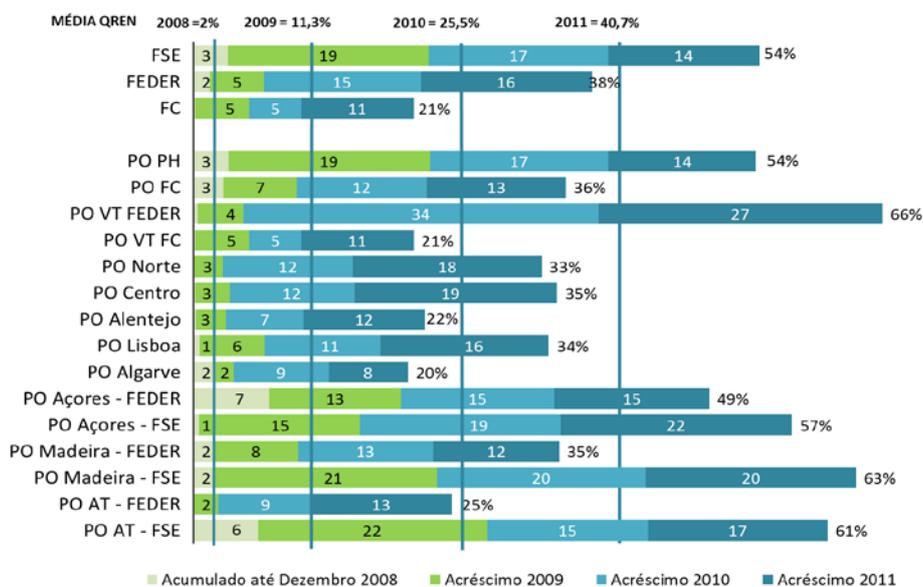
Figura 9: Evolução da taxa de execução por fundos até 31 de dezembro de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

O ritmo de evolução da taxa de execução do QREN denota as dificuldades sentidas nos últimos anos pelos promotores, verificando-se, sobretudo nos últimos dois anos (2010 e 2011), uma aceleração na execução registada. Apesar desta aceleração da execução em todos os fundos, permanece um elevado desfasamento face aos compromissos assumidos, em particular no caso das intervenções cofinanciadas pelo FEDER e Fundo de Coesão, facto que se continua a explicar pelo relevante número de operações aprovadas que não deram ainda lugar a um nível de execução significativo, fruto, essencialmente, da persistência de dificuldades dos beneficiários na realização de despesa devido à atual situação económica.

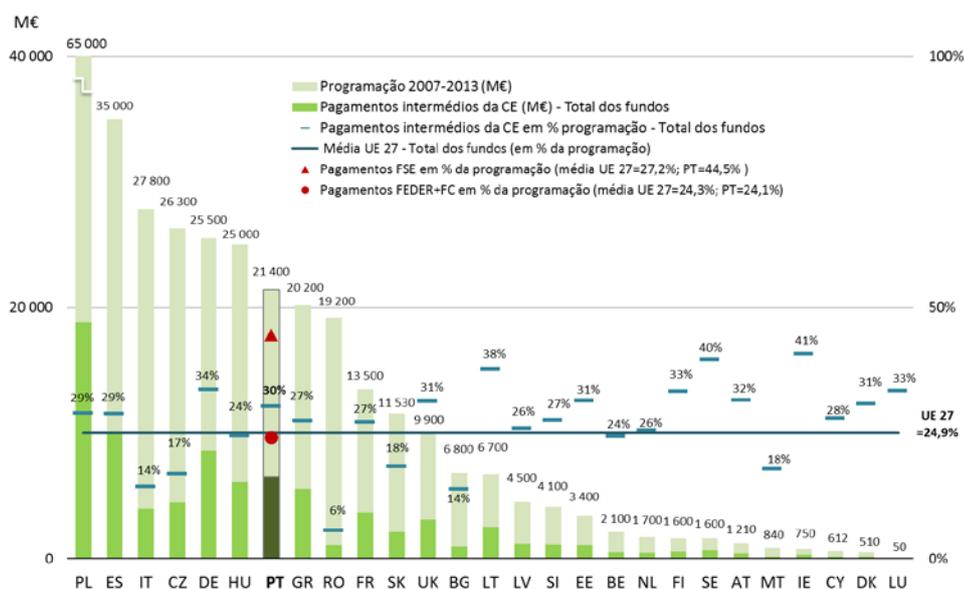
Figura 10: Evolução da taxa de execução por programa até 31 de dezembro de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Em síntese, registando o QREN um ritmo relevante de recuperação dos seus níveis de execução, o significativo diferencial entre os níveis de compromisso alcançados até ao final de 2011 e os níveis de execução será, em grande parte, justificado pela atual conjuntura económica desfavorável, que inibe ou retrai o investimento, promovendo a anulação ou deslizamento temporal do investimento e conduzindo a ritmos de execução mais lentos em algumas áreas chave. Esta recuperação reflete-se, aliás, no facto de Portugal surgir como um dos EM da UE com maiores níveis de reembolsos da sua execução por parte da CE, designadamente quando se compara a relevância dos valores financeiros atribuídos a cada país, estando claramente acima da média comunitária.

Figura 11: Pagamentos intermédios da CE, em 1 de janeiro de 2012



Fonte: DG Budget, da Comissão Europeia

2.1.2 Principais realizações e resultados por agenda temática

A análise seguinte, organizada por agenda temática, pretende, de forma não exaustiva, ilustrar os progressos obtidos pelo QREN até ao final de dezembro de 2011, através de um conjunto de indicadores de realização e de resultado, incluindo os indicadores comuns comunitários e aqueles associados aos objetivos específicos previstos nos eixos dos PO, aferindo-se assim, de forma quantificada, as realizações físicas e os resultados atingidos pelo QREN.

Assim, destacam-se a seguir as principais realizações e resultados por agenda temática:

(i) Agenda Potencial Humano

Os resultados muito expressivos obtidos no quadro desta agenda, com mais de 4,4 milhões de abrangidos nas ações cofinanciadas pelo FSE (46% homens e 54% mulheres) até final de 2011, demonstra o contributo muito relevante deste fundo para o apoio a um elevado número de pessoas, tendo em vista criar as condições necessárias para concretizar o objetivo principal desta agenda: aumentar as qualificações dos portugueses, centrando a aposta em estratégias diversificadas nesse domínio. Assim, sublinham-se as seguintes realizações e resultados nesta agenda:

- A quase totalidade (91%) dos abrangidos concentra-se nas vertentes de intervenção ligadas ao objetivo da qualificação da população portuguesa - a qualificação inicial de jovens, abrangendo 512 mil formandos (12%), a qualificação de adultos, abrangendo 2,4 milhões de participantes (54%) e a gestão e aperfeiçoamento profissional, com 1,1 milhão de abrangidos (25%) – distribuindo-se os restantes 9% pelas demais vertentes de intervenção, com um número ainda relevante de participantes (mais de 418 mil).
- Os cursos de educação e formação de adultos (EFA) abrangeram 173,7 mil participantes (média de 43,4 mil participantes por ano) e as formações modelares certificadas 845 mil participantes entre 2008 e 2011, estando estas modalidades formativas centradas no objetivo de assegurar a dupla certificação (escolar e profissional) dos respetivos participantes, atendendo aos seus baixos níveis de qualificação.
- Merece ainda destaque a intervenção do FSE no domínio de apoio à ciência, dando continuidade aos projetos de investigação de mais de 9 mil bolseiros que anualmente recebem apoios. Para além desta dimensão, o PO PH integra o apoio a estudantes de ensino superior visando alargar a base social de recrutamento, tendo sido apoiados nesta iniciativa cerca de 300 mil bolseiros, atingindo uma média de 75 mil estudantes por ano.
- As medidas de apoio ao emprego integram algumas das medidas de política ativa, cuja responsabilidade de operacionalização está cometida aos serviços públicos de emprego do Continente (IEFP) e das R. A.. Destacam-se o apoio às políticas de inserção ao abrigo de programas de estágios – estágios profissionais, estágios de formação qualificante para detentores dos níveis III e IV, programa INOV-Jovem, estágios Qualificação-Emprego – e o apoio às medidas de emprego orientadas para a criação de condições favoráveis à integração no mercado de trabalho dos desempregados. O volume médio de abrangidos nos estágios profissionais apoiados pelo FSE quase atingiu os 20 mil/ano (2009 a 2011), enquanto o volume de desempregados com ensino superior neste período oscilou entre 39 e 66 mil, o que corresponde a taxas de cobertura superiores a 30%.
- No que se refere às medidas dirigidas à inclusão social, constata-se uma forte adesão para o desenvolvimento de projetos orientados para o apoio à contratação e ao emprego, bem como para o desenvolvimento de

projetos de apoio à inclusão social de públicos desfavorecidos, envolvendo a realização de um leque diversificado de iniciativas que visam contribuir para a concretização do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), inserido na ENPSIS, enquanto plano estratégico de referência para as políticas de combate à pobreza e à exclusão social. Nesta área de intervenção foram apoiadas ações que abrangeram mais de 88 mil participantes.

- No âmbito desta agenda é ainda de relevar o contributo das operações apoiadas pelo FEDER na área das infraestruturas da educação, tendo sido comprometidas operações em todos os PO onde esta tipologia intervém (PO VT e PO Regionais), sendo de destacar o elevado número de operações contratadas relativas à requalificação e modernização do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (712, das quais 289 já concluídas), do 2º e 3º ciclo do ensino básico (27, das quais 8 concluídas), as escolas com ensino secundário (88, das quais 64 concluídas), os equipamentos do ensino superior (19, dos quais 6 concluídos) e ainda os centros de formação profissional (6, dos quais 3 concluídos).
- O elevado número de intervenções realizadas neste domínio evidencia a concretização do propósito de melhorar o parque escolar nacional, sobretudo ao nível do 1º ciclo (com cerca de 84% dos estabelecimentos intervencionados) e do alargamento do ensino pré-escolar à maioria da população, tal como enunciado nos objetivos do QREN. A conclusão, até final de 2011, de 370 das 852 operações intervencionadas (ou seja, 43%), é um sinal claro da relevância das realizações efetivas nesta tipologia.
- Os estabelecimentos de ensino intervencionados abrangeram 360 mil alunos, sendo de salientar os 178 mil alunos relativos aos centros escolares do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (49% do total de alunos envolvidos), seguidos dos 105,3 mil alunos abrangidos pelas escolas do ensino secundário (29%), dos 50 mil alunos das universidades e dos 25,5 mil alunos das escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico apoiadas.

(ii) Agenda Fatores de Competitividade

Na agenda Fatores de Competitividade destacam-se as seguintes realizações e resultados:

- No que se refere aos apoios diretos às empresas, 7 322 empresas celebraram contratos no âmbito dos sistemas de incentivos até final de 2011, para a realização de investimentos no valor de 8,7 mil M€. São de destacar os apoios concedidos pelo PO FC a projetos realizados por empresas de grande e média dimensão, localizadas nas regiões do Continente enquadradas no objetivo Convergência (Norte, Centro e Alentejo), representando mais de 70% do investimento total, assumindo uma maior expressão em termos de alavancagem de investimento na economia. Em termos de escalão dimensional, as micro e as pequenas empresas (apoiadas pelos PO regionais do Continente) representam 70% do total das empresas apoiadas (35,6% e 34,5%, respetivamente) e 38% do incentivo concedido (18% e 20%); por outro lado, as grandes empresas, representando apenas 8% do total, absorvem 40% do incentivo contratado, o que se explica pelo facto de a dimensão financeira dos projetos apresentados e aprovados ser tendencialmente proporcional à dimensão das empresas.
- Complementarmente aos sistemas de incentivos foi criado um conjunto de mecanismos de engenharia financeira, no âmbito do PO FC, dos PO regionais de Lisboa e do Algarve e dos PO das R. A.. No Continente, ao abrigo do Sistema de Apoio ao Financiamento e à Partilha dos Riscos da Inovação (SAFPRI), foram criadas as linhas de crédito PME Investe I e II, objeto de financiamento por parte do PO FC e dos PO regionais de Lisboa e do Algarve. Os resultados destas linhas de crédito são expressivos, tendo abrangido 4 476 empresas, das quais

3 726 no âmbito do PO FC, 593 no PO Lisboa e 147 no PO Algarve. Nas linhas de crédito criadas especificamente para as R. A., foram apoiadas 1 759 empresas pelo PO Açores FEDER e 883 pelo PO Madeira FEDER. O ano de 2011 ficou ainda marcado pela finalização do processo de operacionalização dos Fundos de Capital de Risco e sociedades de *business angels*.

- Mais de 27% das empresas apoiadas (2 009 empresas) operam em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, sendo de salientar os apoios concedidos a micro e pequenas empresas pelos PO Norte e PO Centro (538 e 297 empresas, respetivamente) e os apoios concedidos a médias e grandes empresas pelo PO FC (727 empresas). Destaque também para o facto de 79% das empresas apoiadas pelo PO Lisboa se situarem em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.
- Das 7 322 empresas apoiadas, 776 (11%) são empresas em início de atividade - *start-ups*, das quais 335 referem-se a setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, representando assim cerca de 43% do total de novas empresas apoiadas.
- Nos apoios à Investigação e Desenvolvimento (I&D), foram contratados 3 301 projetos - envolvendo projetos ao abrigo do sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), projetos de entidades do sistema científico e tecnológico nacional, projetos de promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento, e alguns projetos no âmbito da valorização económica de recursos específicos - com um investimento total de 1,6 mil M€, correspondente a um investimento elegível de 1,4 mil M€.
- Visando o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, de forma a torná-lo mais competitivo e a agilizar a articulação entre os centros de saber e as empresas, foram contratados 412 projetos de cooperação entre as empresas e as instituições de investigação, com um investimento total de 534 M€ e um investimento elegível de 496 M€.
- No âmbito dos apoios a ações coletivas³ foram contratadas 1 111 operações, envolvendo um investimento total de 292 M€ e um investimento elegível de 260 M€. As ações coletivas concentram-se nas regiões do objetivo Convergência do Continente e na R. A. Madeira. No PO Norte e no PO Alentejo as ações coletivas contratadas incidem, sobretudo, na área do pequeno comércio urbano, enquanto no PO Centro se concentram no fomento à inovação e na R. A. Madeira incidem em atividades de promoção e divulgação da imagem internacional.
- No âmbito dos apoios à modernização administrativa os financiamentos efetuados procuraram, sobretudo, criar condições para expandir e reorganizar a rede nacional de lojas do cidadão e de empresas, bem como as unidades móveis que lhes estão associadas. Em paralelo, foram também financiados os balcões únicos, em associação com o quadro de desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que esteve na origem do desenvolvimento de um conjunto de serviços administrativos do Estado, decorrente da concretização de necessidades concretas dos seus utentes finais, os cidadãos e as empresas.

Foram apoiadas 1 629 intervenções, das quais 1 449 têm âmbito nacional e foram apoiadas pelo PO FC. Destaca-se o projeto “Administração fiscal eletrónica: integração dos canais de atendimento e

³ As ações coletivas são um instrumento de apoio indireto às empresas, materializando intervenções de carácter estruturante e sustentado, envolvendo entidades públicas e privadas em torno de ações orientadas para o interesse geral, através da disponibilização de bens tendencialmente públicos, visando a promoção de fatores de competitividade de finalidade coletiva. Neste âmbito são apoiados projetos públicos, privados ou público-privados, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas.

desmaterialização de processos” da Direção Geral de Impostos, que prevê a criação de mais de 300 balcões únicos e o projeto “Aumento da qualidade dos serviços eletrónicos da justiça” do Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, que prevê a criação de 67 centros de atendimento multisserviço. As restantes 180 intervenções têm um âmbito regional.

Através deste conjunto de intervenções em lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos, estima-se servir uma população residente de perto de 6 milhões de habitantes, dos quais 2,4 milhões se encontram na região Norte. Atualmente, das 322 intervenções contratadas, encontram-se disponíveis 92 serviços *online* orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas.

- No que se refere aos estímulos ao desenvolvimento da sociedade da Informação foram apoiadas 1 363 operações que visam desenvolver o uso ou a aplicação de infraestruturas e equipamentos de TIC (e.g. a modernização tecnológica nas escolas, com a generalização das TIC nos processos de ensino aprendizagem, a implementação da Internet em banda larga em espaços de acesso públicos na região Centro, ou a implantação de redes banda larga de nova geração em zonas rurais da região Norte).

(iii) Agenda Valorização do Território

A agenda Valorização do Território regista como mais relevantes as seguintes realizações e resultados, em função das suas quatro áreas principais de intervenção: o reforço da conectividade territorial, das acessibilidades e da mobilidade, a proteção e valorização do ambiente, a política de cidades e as redes de infraestruturas e equipamentos para a coesão local:

- Nas intervenções de mobilidade territorial foi contratada, até final de 2011, a construção, reabilitação e requalificação de estradas, num total de 3 137 km, sendo 220 km relativos a novas estradas e encontrando-se já concluídas intervenções que envolvem 1 935 km (1 857 km relativos a intervenções de reconstrução e beneficiação). No que respeita às intervenções na rede ferroviária, foram contratadas, no âmbito do PO VT, duas intervenções – o ramal de ligação ferroviária ao porto de Aveiro e a Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha Variante de Alcácer – 2ª fase). Ainda na área dos transportes, prevê-se que o acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbano abarque 1,3 milhões de pessoas.
- No âmbito da proteção e valorização do ambiente e no que respeita à prevenção de riscos, foram contratados 493 projetos, sendo 79% (390) para a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, 15,5% (76) para o combate à erosão e defesa do litoral e os restantes 5,5% (27) são para a recuperação do passivo ambiental.
- Nos projetos de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos foram contratados (no PO VT) 147 projetos (dos quais 30 já concluídos) de requalificação e ampliação de quartéis de bombeiros em todo o país, bem como veículos florestais de combate a incêndios, destacando-se a contratação da “Construção de Pista do Aeródromo e base de Apoio logístico de Castelo Branco” com um investimento elegível de 6,6 M€ e um montante de fundo de 4,6 M€. Foram ainda contratadas (nos PO regionais) intervenções referentes a Planos Municipais de Emergência da Proteção Civil (38 intervenções), bem como veículos de combate a incêndios urbanos e florestais (71 intervenções nesta área).
- No domínio do combate à erosão e defesa do litoral encontram-se contratadas 76 intervenções (45 no PO VT, 24 no PO Norte e 7 no PO Açores FEDER), das quais 18 já se encontram concluídas (8 no PO VT, 5 no PO Norte e 5 no PO Açores FEDER). Neste domínio destaca-se a intervenção relativa à estabilização das arribas das praias

da Nazaré, Consolação, Porto Novo, Formosa e Calada, apoiada no âmbito do PO VT. No PO Norte decorreram, entre outras, intervenções de valorização do litoral sul de Vila do Conde e a conclusão da intervenção de valorização da marginal sul de Espinho. Na R. A. Açores destacam-se as intervenções para a proteção e valorização da orla costeira nas Ilhas de Santa Maria e São Miguel, bem como as intervenções no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo e a intervenção relativa à limpeza e renaturalização da Ribeira da Aqualva.

- Em termos de recuperação do passivo ambiental, as 27 intervenções contratadas (das quais 10 já se encontram concluídas) correspondem a intervenções em áreas mineiras degradadas e/ou recuperação de áreas contaminadas apoiadas pelo PO VT (21), pelo PO Norte (5) e pelo PO Açores FEDER (1). De salientar que a área reabilitada no âmbito destas intervenções de recuperação do passivo ambiental abrangeu 4,41 km².
- No que se refere ao ciclo urbano da água, a melhoria dos sistemas de abastecimento de água nos sistemas em baixa – não verticalizados enquadra-se na tipologia de intervenções dos PO regionais, encontrando-se contratados 893 km de rede a intervencionar (305 km já concluídos) que se espera servirem 325 mil habitantes.

Na vertente de águas residuais - vertente em baixa, no final de 2011, encontram-se contratados 991 km de rede a intervencionar (225 km já concluídos), associada ao serviço de 137 mil habitantes.

Na rede de abastecimento de água – sistemas em alta, encontram-se contratadas intervenções que abrangem 1 687 km (dos quais 223 km concluídos) e 3 259 km de coletores (dos quais 617 km já se encontram concluídos).

No que respeita ao número de pessoas servidas pelos sistemas públicos de saneamento de águas residuais prevê-se que 1,3 milhões de pessoas beneficiem deste serviço após a conclusão das intervenções

- Ainda no domínio ambiental foram construídas/reabilitadas 359 estações de tratamento de águas residuais no PO VT (158 já concluídas) e criadas condições para que os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) valorizados organicamente rondem as 500 mil ton/ano, situando-se a quantidade executada em 31 mil ton/ano.
- No que se refere aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), até ao final de 2011 foram contratados 70 projetos que integram a realização de 5 295 ações de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, com os quais se espera abranger uma população de cerca de 1,4 milhões de pessoas.
- No domínio da gestão ativa de espaços protegidos e classificados são apoiadas ações de gestão que visam a conservação da natureza e da biodiversidade nas áreas classificadas e ações de conservação ou recuperação de espécies prioritárias e de *habitats* prioritários, ou com estatuto de conservação desfavorável, tendo sido contratadas 125 operações (45 já concluídas). No que respeita à área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa, já foram intervencionados 557 mil ha, dos 732 mil previstos.
- Nesta agenda, tendo em vista o desenvolvimento urbano, destacam-se as intervenções no âmbito dos instrumentos da Política de Cidades, aqui consideradas as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) e as Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano (AIDU), que se inserem no contributo dos PO regionais e do PO VT para a concretização desta política. Até ao final de dezembro de 2011 foram contratados no âmbito dos instrumentos da Política de Cidades:

-
- 105 protocolos de regeneração urbana, elegíveis nos PO regionais, e relativos a programas de ação comuns de regeneração de um determinado território, envolvendo 440 parceiros, e uma área intervencionada por operações de regeneração urbana de 270 km², abrangendo cerca de 3,7 milhões de pessoas;
 - 20 programas estratégicos no âmbito das RUCI, nos PO regionais, que visam estruturar os processos de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se proponham a elaborar e a implementar, em comum, um programa estratégico de desenvolvimento urbano centrado nos fatores territoriais de competitividade e inovação, os quais envolvem 65 municípios e 54 entidades de natureza muito diversa;
 - 15 projetos de soluções inovadoras para o desenvolvimento urbano, no PO VT, envolvendo um investimento total aprovado de 18,8 M€ e um valor fundo de 12 M€, com uma população diretamente abrangida pelos resultados destes projetos de cerca de 2 milhões de pessoas.
- Por último, no âmbito dos equipamentos para a coesão social e territorial apoiados (sociais, desportivos, culturais e de saúde) foram contratados 942 equipamentos (dos quais 193 já se encontram concluídos), sendo os equipamentos desportivos a tipologia de equipamentos onde se regista o maior número de intervenções apoiadas pelos PO (342), logo seguida dos equipamentos de apoio social (316, sendo 123 apoiados pelos PO regionais FEDER e 193 pelo PO PH).). Neste âmbito, de referir as seguintes realizações, por tipo de equipamento apoiado:
- Nos PO regionais do Continente foram contratados 258 equipamentos desportivos de interesse municipal e intermunicipal, designadamente instalações de base recreativa, tais como piscinas e polidesportivos e no PO VT foram contratadas 84 infraestruturas desportivas, referentes a equipamentos de base (e.g. grandes campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões, salas de desporto, piscinas cobertas e descobertas, desde que adequadas a uma prática desportiva permanente) e equipamentos especializados, destinados à prática desportiva específica de uma modalidade ou de um grupo de modalidades particulares, podendo envolver diversas valências e ser adequados à prática desportiva de alto rendimento.
 - Relativamente aos equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea) foram contratadas 165 operações (19 já concluídas).
 - Na tipologia unidades de saúde, que engloba a construção e/ou ampliação de centros de saúde e a requalificação de serviços em unidades hospitalares, foram contratadas 119 operações (30 já concluídas).
 - No âmbito dos equipamentos de apoio social, na sua maioria creches e lares de idosos, estavam contratadas 316 operações no final de 2011, distribuídas pelo PO PH e pelos PO regionais (193 e 123, respetivamente).
-

2.2 Os resultados das avaliações

A avaliação constitui uma componente chave do processo de programação e monitorização estratégica e operacional da aplicação dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão, em conformidade com o previsto na regulamentação comunitária e nacional aplicável, com destaque neste domínio para o Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013 (PGA)⁴.

Até ao final do primeiro semestre de 2012 foram concluídos 24 estudos de avaliação previstos no PGA, 15 dos quais relativos a PO singulares, assumindo os restantes uma natureza temática e/ou transversal. Neste primeiro ciclo de avaliações, as preocupações estiveram preponderantemente centradas nas questões operacionais de implementação do QREN, não deixando, porém, de estar presentes questões de natureza estratégica.

O leque diversificado de processos de avaliação concluídos e a riqueza dos conteúdos produzidos permite dispor de um património acumulado muito relevante de conhecimento sobre a implementação do QREN e dos PO, o qual tem sido considerado na gestão e acompanhamento do QREN por parte dos seus responsáveis técnicos e políticos. Exemplo deste facto foi a utilização dos resultados das avaliações em processos e produtos tão diversos como os relatórios anuais da CTC QREN, os processos de reprogramação de 2011 e de 2012, os ajustamentos regulamentares e nas práticas de gestão e monitorização dos PO e colaboração na definição de diversos instrumentos de programação e monitorização de políticas públicas cofinanciadas (e.g. PNR, Impulso Jovem, medidas previstas no Memorando de Entendimento).

Dado o elevado número e a riqueza de conteúdo das avaliações em causa, não é possível proceder neste espaço a uma síntese exaustiva do conjunto dos resultados obtidos nas avaliações já concluídas. No que se segue, fornece-se uma visão geral das principais mensagens que emergem destes estudos.

As avaliações de natureza mais operacional centraram-se em aspetos como as modalidades de concurso, a análise e seleção de candidaturas, a divulgação de procedimentos e decisões, o perfil de candidatos e beneficiários, os sistemas de indicadores, os sistemas de informação, etc. De forma geral, os resultados das avaliações operacionais apontam para um forte alinhamento entre a implementação dos programas e os objetivos definidos, não obstante terem sido identificados ajustamentos passíveis de melhorar a operacionalização das intervenções. As recomendações das avaliações de natureza operacional foram sendo incorporadas aos vários níveis de decisão, nomeadamente através de alterações de orientações de gestão, de regulamentos específicos, ou mesmo no texto dos PO (e.g. indicadores e metas). Os detalhes sobre o grau de incorporação das conclusões e recomendações decorrentes das avaliações já concluídas podem ser analisados através dos documentos de *follow-up* produzidos por várias das entidades responsáveis pelos lançamentos das avaliações⁵.

⁴ O PGA vem dar cumprimento ao determinado na alínea f) do n.º 1 do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro e decorre da possibilidade prevista no n.º 1 do art.º 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

⁵ No seio da Rede de Avaliação do QREN foi desenvolvida uma metodologia visando dar cumprimento aos propósitos de divulgação dos resultados e utilização das recomendações das avaliações. Para o efeito foi elaborado um documento de orientações sobre o *follow-up* das avaliações, em que ficaram definidos, por um lado, a matriz de resposta obrigatória às recomendações e, por outro lado, as estratégias de comunicação e divulgação dos resultados e das recomendações das avaliações. Esta metodologia tem sido seguida pela generalidade das entidades envolvidas.

Quadro 1: Avaliações promovidas até novembro de 2012

Avaliações concluídas
Avaliação Global da Implementação do QREN
Avaliação do Impacto Macroeconómico do QREN
Avaliações da operacionalização dos PO
Programa Operacional Valorização do Território
Programa Operacional Potencial Humano - Tipologias 2.3, 8.2.3 e 9.2.3 - Formações Modulares Certificadas
Programa Operacional Potencial Humano - Tipologias 3.2, 8.3.2 e 9.3.2 - Formação para a Inovação e Gestão
Programa Operacional Potencial Humano - Tipologias 1.4 e 9.1.4 - Cursos de Especialização Tecnológica
Programa Operacional Regional do Norte
Programa Operacional Regional do Centro
Programa Operacional Regional do Alentejo
Programa Operacional Regional de Lisboa
Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da R. A. M. - Intervir +
Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da R. A. M. - Rumos
Programa Operacional Proemprego
Programa Operacional Proconvergencia
Avaliações intercalares
Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da R. A. M. - Intervir +
Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da R. A. M. - Rumos
Programa Operacional Proemprego
Avaliações temáticas e transversais
Avaliação específica com vista à simplificação administrativa no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão
Avaliação do modelo de elaboração dos regulamentos específicos dos PO FEDER e do Fundo de Coesão
Avaliação da adequação do quadro regulamentar nacional aos desafios associados à intervenção do FSE
Avaliação da operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da agenda Fatores de Competitividade
Avaliação do impacto das ações de formação/consultoria – período de 2007-2011 (PO Rumos)
Estudo dos Sistemas de Incentivos e instrumentos de engenharia financeira em vigor na R. A. M.
Avaliação e acompanhamento do ensino básico e secundário
Avaliações em curso
Avaliação estratégica do QREN
Avaliações intercalares
Programa Operacional Regional do Alentejo
Programa Operacional Fatores de Competitividade
Avaliações temáticas e transversais
Acompanhamento estratégico e avaliação dos resultados alcançados pelos Polos de Competitividade e Tecnologia e outros <i>clusters</i> reconhecidos
Acompanhamento estratégico e avaliação dos resultados alcançados pelos PROVERE reconhecidos
Avaliação dos investimentos em equipamentos de proximidade
Avaliação da integração da perspectiva do género nos fundos estruturais no período de programação 2007-2013
Meta-avaliação do QREN e dos PO
Avaliação temática para o setor do turismo - COMPETIVTUR (PO Algarve 21)

Fonte: Rede de Avaliação do QREN e dos PO

Do ponto de vista estratégico, bem como da governação global do QREN e dos PO, é possível realçar as seguintes mensagens principais que emergem do primeiro ciclo de avaliações do QREN e dos PO.

- 1) **Reconhecimento do potencial estratégico do QREN.** Diferentes avaliações reconhecem na conceção do QREN um valioso potencial de intervenção estratégica, decorrente do forte alinhamento com os principais constrangimentos estruturais da sociedade portuguesa, ao nível nacional e das diferentes regiões, em termos de competitividade, de potencial humano e de valorização do território.
- 2) **O potencial estratégico do QREN não foi posto globalmente em causa pela crise económica que se fez sentir a partir de 2008.** A alteração radical do contexto em que a implementação do QREN tem vindo a ocorrer, marcado pela crise económica e financeira que se fez sentir desde 2008, veio realçar ainda mais os constrangimentos estruturais que se colocam ao desenvolvimento económico, social e ambiental do país. Neste contexto o QREN permitiu, em larga medida, ancorar a resposta às várias fases da crise numa estratégia que vai de encontro aos principais desafios da mudança estrutural com que o país se encontra confrontado.

Este facto não significa que as avaliações não tivessem igualmente identificado algumas áreas estratégicas do QREN que consideraram merecer uma reponderação face à evolução da situação conjuntural, com destaque para as seguintes: i) a necessidade acrescida do QREN estimular o investimento privado, tendo em conta as restrições adicionais e severas que se colocaram a outras fontes de suporte ao investimento (em particular através do sistema bancário); ii) a necessidade de resposta à degradação da situação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, ao aumento dos riscos de exclusão social; iii) os constrangimentos colocados pelos severos limites ao investimento público, no quadro das medidas de combate ao défice público, tornando o QREN uma fonte ainda mais nuclear de financiamento dos investimentos neste domínio. Este facto contribuiu para fundamentar opções seguidas em matéria de reforço da focalização do QREN nos domínios que, segundos os dados disponíveis, podem responder a essas áreas de intervenção e que ganharam maior relevância – o reforço da aposta nos sistemas de incentivos às empresas e de engenharia financeira, para contrariar a tendência pesada de quebra do investimento privado e a maior concentração dos fundos, em particular do FSE, no combate ao desemprego e à exclusão social – são dois exemplos dessas opções. Também o aumento das taxas de cofinanciamento nos investimentos públicos é uma consequência da necessidade de assegurar condições mais efetivas de financiamento daqueles investimentos considerados prioritários no atual contexto.

- 3) **No âmbito da agenda Fatores de Competitividade, existem sinais de impactos positivos na alteração no padrão de especialização do país/modelo de competitividade** (sobretudo nas regiões Norte e Centro, devido ao volume de fundos envolvido e à densidade dos tecidos produtivos e sistemas de inovação). Tais sinais incluem: i) o incremento significativo dos níveis de I&DT em empresas, produzindo um efeito de massa sem precedentes na história da programação FEDER em Portugal; ii) a focalização dos incentivos às empresas em atividades produtoras de bens transacionáveis; iii) o peso mais que proporcional dos setores intensivos em tecnologia nos incentivos concedidos, face ao seu peso no investimento total; iv) a significativa adesão aos instrumentos de acesso simplificado da PME a serviços de I&D e inovação (através dos designados “Vales”). Ainda assim, aponta-se a possibilidade de levar mais longe a concentração dos incentivos num número de projetos de maior dimensão e relevância, a qual permitiria reforçar a dimensão de acompanhamento dos projetos. Realça-se também a importância de reforçar a dimensão de capacitação das empresas associada a projetos de inovação e internacionalização (de modo a potenciar o impacto deste tipo de investimentos no desempenho competitivo, em particular das PME). Várias avaliações assinalam a possibilidade de simplificar

alguns procedimentos associados à implementação das intervenções, aspeto que tem vindo a merecer a atenção das autoridades de gestão relevantes. Finalmente, de acordo com as avaliações concluídas, as intervenções relacionadas com infraestruturas científicas, tecnológicas, de incubação de empresas de base tecnológica e de uma nova geração de áreas de acolhimento empresarial, surgem insuficientemente articuladas com as intervenções financeiramente mais relevantes nos domínios dos incentivos às empresas e na qualificação das pessoas.

- 4) Contributo da agenda Potencial Humano para a recuperação do défice de qualificações da população portuguesa.** As avaliações concluídas apresentam resultados distintos consoante o tipo de intervenções em causa. No que respeita à qualificação inicial de jovens, é feita uma apreciação muito positiva do contributo das intervenções apoiadas pelo QREN (nomeadamente, das vias profissionalizantes e dos TEIP) para a redução do abandono escolar precoce, e, conseqüentemente, para o aumento dos níveis de qualificação inicial dos jovens. Relativamente às intervenções dirigidas à qualificação de adultos, identificam-se efeitos positivos das modalidades formativas na probabilidade de encontrar emprego e na evolução das remunerações.

De uma forma geral, as avaliações efetuadas a diferentes modalidades formativas continuam a apontar debilidades ao nível da: i) orientação e encaminhamento de jovens e adultos para formações adequadas às suas preferências e às necessidades do tecido produtivo; ii) identificação de necessidades de formação; iii) estruturação da oferta formativa em conformidade com a procura de qualificações por parte do tecido produtivo local e regional; e iv) qualidade do ensino e respetivos mecanismos de monitorização e avaliação. Finalmente, no que respeita aos processos de reconhecimento e certificação de competências, identificam-se resultados impactos favoráveis na vida pessoal dos abrangidos, no envolvimento dos descendentes nos processos de qualificação, no aumento da literacia, na capacidade de aprender a aprender e nos conhecimentos em TIC. No entanto, não existem dados que confirmem a existência de efeitos positivos deste tipo de intervenções ao nível da atividade profissional, nomeadamente em termos de empregabilidade e remunerações. No que respeita à territorialização das políticas de educação e formação, detetam-se insuficiências no planeamento participado e na articulação das ofertas formativas, fatores que poderiam contribuir para reduzir a sobreposição de formações e aproximar as ofertas das necessidades da procura nos diferentes territórios.

- 5) Resultados heterogéneos da agenda Valorização do território.** A agenda Valorização do Território contém domínios de natureza muito diversa, que incluem: i) o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade; ii) a proteção e valorização do ambiente; iii) a Política de Cidades; iv) e as redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social. De uma forma geral, estes domínios foram, até ao momento, insuficientemente cobertos pelas avaliações já realizadas, o que em parte decorre dos reduzidos níveis de execução que se verificavam nestas áreas até recentemente. Presentemente, estão em curso ou em vias de ser lançados estudos de avaliação que visam cobrir algumas dessas lacunas (nomeadamente, no caso dos equipamentos para a coesão e das intervenções que visam o desenvolvimento urbano). Em qualquer caso, as avaliações já concluídas permitem identificar avanços notórios em matéria de investimentos na rede de equipamentos, em particular no quadro da modernização do parque escolar. No que respeita à Política de Cidades, com base nos montantes de investimento aprovados, na quantidade de

projetos e na sua distribuição no território do Continente, conclui-se que as Parcerias para a Regeneração Urbana poderão ter um impacto muito relevante na qualificação do sistema urbano.

- 6) **Défices de articulação entre agendas temáticas.** As dificuldades de integração coerente das intervenções cofinanciadas são visíveis, nomeadamente, na implementação das estratégias de eficiência coletiva, pensadas enquanto plataformas de integração de políticas na perspetiva sectorial (no caso dos PCT e Outros *Clusters*) ou territorial (caso dos PROVERE e das ARDU/instrumentos da Política de Cidades).

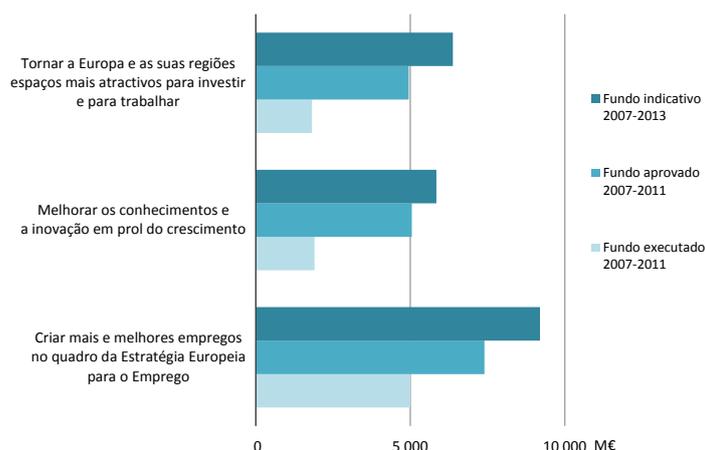
2.3 O QREN na prossecução dos objetivos da Política de Coesão

No presente capítulo procura-se aferir o contributo do QREN para a concretização dos objetivos da Política de Coesão e das orientações estratégicas comunitárias nesta matéria. A Decisão do Conselho de 6 de outubro de 2006 relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão (2006/702/CE), detalha o modo como os instrumentos de política deverão contribuir para os objetivos da Política de Coesão, estruturando as orientações em três prioridades, designadamente: i) reforçar a atratividade dos Estados-Membros, das regiões e das cidades, melhorando a acessibilidade, assegurando serviços de qualidade e nível adequados e preservando o ambiente; ii) incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação; iii) criar mais e melhor emprego, atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho ou para a atividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos no capital humano. Por sua vez, para cada uma das prioridades referidas são indicados subdomínios, os quais correspondem à especificação das orientações, num total de 12 subdomínios.⁶

Tendo por base uma metodologia de correspondência entre os temas prioritários e os domínios e subdomínios dos objetivos da Política de Coesão (ver Anexo IV), é possível perceber de forma quantitativa os contributos do QREN (valores indicativos estabelecidos na programação e valores associados ao compromisso e execução do QREN a 31 de dezembro de 2011) para a prossecução dos objetivos da Política de Coesão.

Em consonância com análises apresentadas anteriormente neste relatório, constata-se que a orientação estratégica relacionada com a Estratégia Europeia do Emprego é aquela onde o montante de fundo indicativo para o período 2007-2013 é mais expressivo (9,2 mil M€, ou 43% dos fundos do QREN); este é também o domínio onde, até ao final de 2011, o montante de fundo aprovado e executado era mais elevado (7,4 mil M€ e 5 mil M€, respetivamente). Segue-se a orientação relativa ao aumento da atratividade das regiões, com 6,4 mil M€ de fundo indicativo para o atual período de programação, 4,9 mil M€ de fundo aprovado e 1,8 mil M€ de fundo executado. Com valores próximos surge a orientação estratégica “Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento” – 5,8 mil M€, 5 mil M€ e 1,9 mil M€, respetivamente.

⁶ São eles: Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes, Reforçar as sinergias entre a proteção ambiental e o crescimento, Abordar a questão da utilização intensiva das fontes de energia tradicionais pela Europa, Reforçar e melhorar o investimento em I&DT, Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial, Promover a sociedade da informação para todos, Melhorar o acesso ao financiamento, Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de proteção social, Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho, Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências, Capacidade administrativa, Contribuir para manter uma população ativa saudável.

Figura 12: Contributo do QREN para os objetivos da Política de Coesão

Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

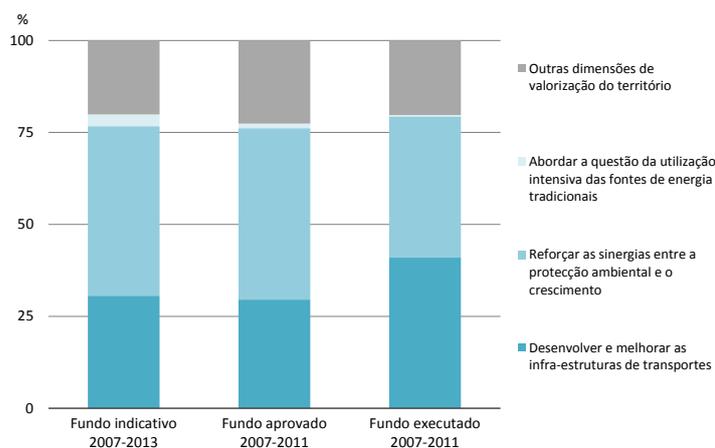
Nos pontos seguintes analisa-se em maior detalhe o contributo do QREN em cada um destes três domínios.

2.1.1 Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar

A União Europeia, através da referida Decisão do Conselho Europeu, considera que uma das condições prévias para o crescimento e o emprego no território comunitário consiste em colocar ao dispor das empresas um conjunto de infraestruturas (de transportes, ambiente e energia) necessárias à sua atividade. A existência de infraestruturas modernas e seguras constitui, portanto, um fator importante para a eficiência e competitividade das muitas empresas, para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o reforço da convergência europeia, ao influenciar a capacidade de atração económica e social dos países, das regiões e das cidades.

Assim, a melhoria da atratividade dos Estados-Membros, regiões e cidades passa por uma estratégia assente nos seguintes subdomínios de intervenção: i) “Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes” (com 1,9 mil M€ de fundo programado a título indicativo, 1,5 mil M€ de fundo aprovado e 745 M€ de fundo executado); ii) “Reforçar as sinergias entre a proteção ambiental e o crescimento” (2,9 mil M€, 2,3 mil M€ e 698 M€, respetivamente); iii) “Abordar a questão da utilização intensiva das fontes de energias tradicionais” (204 M€, 62 M€ e 7 M€); e iv) “Outras dimensões de valorização do território”, subdomínio acrescentado aos enumerados nas orientações comunitárias, com o intuito de integrar os três tipos de intervenção não cobertos pelos subdomínios anteriores (projetos integrados de reabilitação urbana e rural; infraestruturas de habitação; outras infraestruturas sociais) (1,3 mil M€, 1,1 mil M€ e 369 M€).

Figura 13: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio *Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar*, por subdomínios



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes

No domínio das infraestruturas de transportes, o QREN apresentava inicialmente duas prioridades centrais de intervenção: i) um conjunto de intervenções destinadas a melhorar a conectividade externa do país, permitindo a sua integração nas principais rotas de transporte de mercadorias e passageiros e a melhoria das ligações nacionais às redes transeuropeias de transporte (RTE-T); ii) um conjunto de intervenções dirigidas aos sistemas de transporte de âmbito regional, metropolitano e urbano.⁷

O contexto financeiro adverso e a necessidade de repensar as opções de investimento neste domínio estiveram na base da suspensão ou adiamento de grandes projetos de conectividade externa do país, como sejam o Novo Aeroporto de Lisboa, a conclusão de Itinerários Principais ou integração na rede transeuropeia de Alta Velocidade ferroviária. Mantém-se como referência do QREN neste âmbito a ligação ferroviária Sines-Elvas/Badajoz, um investimento com 483 M€ de fundo aprovado (a 31 de dezembro de 2011), que permitirá uma redução substancial das distâncias e dos tempos de transporte entre o Porto de Sines e o território espanhol. São também de referir os investimentos no domínio do sistema marítimo-portuário no Continente (melhoria das ligações ferroviárias aos portos principais nacionais e a concretização das Autoestradas do Mar, com um fundo aprovado de 84 M€), os quais contribuem para aumentar os níveis de eficiência e a competitividade internacional dos portos nacionais.

O QREN tem, ainda, concentrado a sua intervenção no fecho de malhas rodoviárias e na melhoria das condições de circulação e segurança interna em áreas fortemente congestionadas (destacando-se a conclusão da CRIL Buraca-Pontinha, com 96 M€ de fundo aprovado), em intervenções de requalificação e melhoria das condições de circulação rodoviária e mobilidade nos territórios regionais e municipais (154 M€) e a consolidação e modernização do sistema marítimo-portuário nas R. A. Açores e Madeira (51 M€).

⁷ No Terceiro Relatório Anual do QREN (ver ponto 4.11), relativo a 2010, procede-se a uma análise mais aprofundada das prioridades do QREN neste domínio.

Reforçar as sinergias entre a proteção ambiental e o crescimento

Os resultados dos financiamentos da Política de Coesão em matéria de ambiente em Portugal encontram-se refletidos na expressiva elevação dos níveis de cobertura da população em abastecimento e em drenagem e tratamento de águas residuais, na melhoria da qualidade do sistema público de água, na constituição dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão e tratamento de RSU, no encerramento de lixeiras, incremento da recolha seletiva e na crescente valorização energética de resíduos.

Não obstante os assinaláveis progressos, os fundos do QREN foram convocados para apoiar a superação das remanescentes, embora financeiramente expressivas, lacunas no quadro das infraestruturas ambientais (setor da água e dos resíduos), associadas aos objetivos da Diretiva Quadro da Água e da Diretiva Aterros, que têm integrado preocupações mais exigentes. Foram igualmente mobilizados para resolver problemas ambientais menos valorizados até à data (passivo ambiental) e para enfrentar outros que se agravaram (erosão costeira, conservação da natureza e da biodiversidade).⁸

As áreas prioritárias de intervenção do QREN no domínio ambiental, podem ser evidenciadas de acordo com os montantes de fundo aprovado até dezembro de 2011: assumem particular destaque as intervenções de abastecimento e saneamento de águas (963 M€), seguidas pelas ações de valorização e qualificação ambiental e de valorização do litoral (196 M€), as operações de valorização e otimização dos RSU (182 M€), as intervenções do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (162 M€), as operações que visam o combate à erosão (82 M€), seguidas das operações com vista à recuperação do passivo ambiental e reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas (63 M€) e, por último, as operações de gestão ativa dos espaços protegidos (48 M€).

As intervenções do QREN no domínio ambiental apresentam taxas de realização inferiores à média, estando grande parte dos problemas de execução concentrados num conjunto limitado de promotores públicos, que enfrentam dificuldades acrescidas de mobilização de contrapartida nacional. Esta constitui uma preocupação das autoridades de gestão, a ter em consideração nesta fase final do atual ciclo de programação, tendo presente os longos ciclos de execução das intervenções.

⁸ Uma análise mais aprofundada destes domínios encontra-se disponível nos Terceiro e Quarto Relatórios Anuais do QREN (ver pontos 4.8 e 4.7, respetivamente), relativos a 2010 e 2011.

O contributo do QREN para a melhoria das infraestruturas no sector da água

No contexto europeu, Portugal encontra-se numa posição média face ao indicador relativo à população coberta por sistemas públicos de abastecimento de água. Dados da Agência Portuguesa do Ambiente indicam que em 2009 o índice de cobertura da população portuguesa por sistemas públicos de abastecimento de água era de 97% (318 mil habitantes sem acesso) e o índice de cobertura da população em termos de saneamento (drenagem e tratamento) de águas residuais era de 72% (1 700 mil habitantes sem ligação a redes públicas de drenagem e 2 800 mil a sistemas de tratamento).

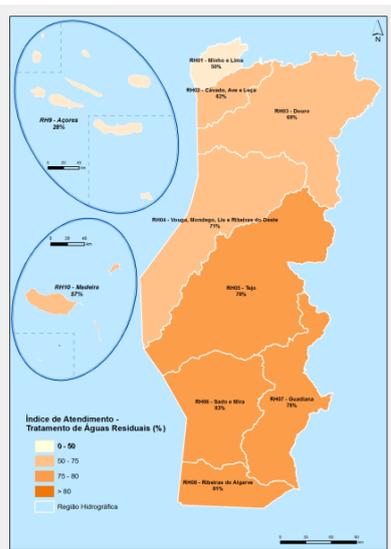
Figura 14: Índice de abastecimento de água (2009)



Figura 15: Índice de drenagem de águas residuais (2009)



Figura 16: Índice de tratamento de águas residuais (2009)



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Defendida como prioridade estratégica no atual período de programação, devido aos níveis ainda insuficientes de cobertura, o QREN mobilizou meios significativos para reforçar os investimentos neste domínio. Até dezembro de 2011, comprometeram-se 963 M€ de fundo para intervenções destinadas à construção, remodelação e ampliação de infraestruturas de abastecimento de água e da rede de drenagem e tratamento de águas residuais (ver também no anexo I uma boa prática neste domínio).

O QREN incorporou as metas fixadas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II), tendo por objetivo atingir no final do ciclo de programação uma taxa de cobertura de 95% nos sistemas públicos de abastecimento de água e 90% nos sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais. A distribuição regional das operações neste âmbito (a 31/12/2011) revela uma maior incidência das intervenções nos territórios que apresentam índices de cobertura menos próximos das metas definidas (em particular nas regiões Norte e Centro).

Quadro 2: Regionalização das aprovações no âmbito do abastecimento, drenagem e tratamento de águas até 31 de dezembro de 2011

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Não regionalizável	TOTAL
Nº de intervenções	88	107	7	40	12	30	8	1	293
Fundo aprovado (M€)	325	312	42	179	61	18	16	10	963
% no total de fundo	34%	32%	4%	19%	6%	2%	2%	1%	100%

Fonte: Sistema de Monitorização QREN

Apesar de se registar uma melhoria substancial nos níveis cobertos dos indicadores referidos (acréscimo na taxa de atendimento de habitantes com abastecimento de água e com tratamento de águas residuais, bem como um acréscimo na melhoria de ambos os serviços) os índices de drenagem e de tratamento de águas residuais encontram-se ainda aquém das metas estabelecidas. Os atrasos na execução (apenas 22% dos montantes comprometidos) refletem fortes constrangimentos, associados a aspetos como os longos ciclos de execução deste tipo de projetos, bem a dificuldade dos promotores (essencialmente públicos) em mobilizar a contrapartida nacional requerida. Estes atrasos levantam alguma preocupação, uma vez que podem por em risco a capacidade de atingir as metas inicialmente definidas neste domínio.

Abordar a questão da utilização intensiva das fontes de energia tradicionais

O volume de fundo destinado à área da energia em sede de programação do QREN é reduzido. Este facto decorre, em larga medida, da opção do Estado português de financiar as iniciativas com maior impacto na promoção das energias renováveis através de outras fontes (nomeadamente, por via da regulação das tarifas associada à produção de energia a partir de fontes renováveis).

Ainda assim, a programação do QREN afetou a este domínio mais de 200 M€, destinados a investimentos nas áreas das energias renováveis (biomassa, hidroelétrica e geotérmica, eólica e solar – cerca de 96 M€), da eficiência energética, cogeração e gestão de energia (com um valor idêntico de fundo indicativo programado) e, em menor medida, das redes de distribuição de gás natural (11 M€). A tradução dos valores programado em termos de implementação até final de 2011 foi modesta, tendo sido aprovados cerca de 61 M€ de investimentos e executados menos de 7 M€. Entre os projetos aprovados neste domínio realçam-se os que se relacionam com a eficiência energética na iluminação pública (ver exemplo de boa prática neste domínio no anexo I) e nos equipamentos coletivos.

Importa notar que os estímulos à eficiência energética e a utilização das energias renováveis no âmbito do QREN fazem-se também por via de projetos de investimento empresarial, estimando-se em perto de 180 M€ o fundo aprovado nos sistemas de incentivos às empresas do QREN que incidem sobre esta área.

Num quadro de reforço do conhecimento do contributo do QREN para a eficiência energética nos territórios que apresentam maior premência neste domínio (as áreas urbanas), foi integrado na Avaliação Estratégica do QREN um lote relativo ao “Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética”, com o objetivo de avaliar de que forma as preocupações no domínio da eficiência energética têm vindo a ser consideradas nos critérios de seleção e na definição dos volume e intensidades de cofinanciamento público dos projetos apoiados no âmbito das intervenções do QREN dirigidas às áreas urbanas, bem como nos processos de acompanhamento e de avaliação de resultados e impactos destes projetos. Esta avaliação deverá contribuir para a reflexão sobre o papel que os fundos estruturais poderão desempenhar no próximo ciclo de programação no domínio da eficiência energética.

Outras dimensões de valorização do território

Além das iniciativas enquadradas nos subdomínios atrás abordados, merecem referência outros investimentos que também para a valorização territorial, seja no domínio da Política de Cidades e de áreas de baixa densidade, seja nos domínios das infraestruturas sociais.

A Política de Cidades inscrita no QREN elegeu como prioridades a requalificação de áreas urbanas específicas (como os centros históricos) e a promoção da competitividade das cidades através da sua inserção em redes de conhecimento e inovação⁹. Neste domínio, destacam-se os projetos enquadrados em PRU, RUCI e AIDU, com um total de fundo aprovado de 618 M€. Ainda neste domínio, são também de realçar as intervenções de requalificação paisagística e ambiental de espaços urbanos e rurais (160 M€).

⁹ As intervenções do QREN neste domínio são discutidas em maior detalhe nos Primeiro e Terceiro Relatórios Anuais do QREN (ver pontos 3.4.7 e 4.9, respetivamente), relativos a 2008 e 2010.

O QREN atribuiu também relevância ao reforço da coesão social e territorial, através do apoio a investimentos que visam melhorar o acesso das populações às redes de equipamentos de proximidade¹⁰. Até final de dezembro de 2011 tinham sido aprovados cerca de 250 M€ de fundo para construção e modernização de equipamentos de proteção social (destinados a crianças, idosos ou grupos populacionais com necessidades especiais) e de equipamentos culturais e desportivos. Encontra-se neste momento em curso um estudo de avaliação que visa analisar a pertinência, eficiência, eficácia, utilidade e sustentabilidade (financeira e ambiental) deste tipo de investimentos, estando a sua conclusão prevista para o 1º semestre de 2013.

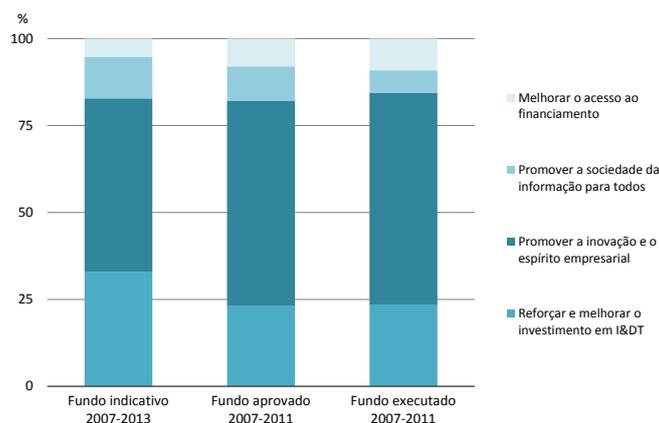
2.1.2 Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento

As orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão preconizam o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a reorientação estrutural das economias europeias para as atividades baseadas no conhecimento. Em particular, ao nível da inovação e do empreendedorismo, defende-se: i) a melhoria dos baixos níveis de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), em especial no setor privado; ii) a promoção da inovação através de novos e melhores produtos, processos e serviços capazes de resistir à concorrência internacional; e iii) o apoio aos investimentos de risco, facilitando o acesso ao financiamento para o desenvolvimento de atividades inovadoras. As orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão referem também a promoção da sociedade da informação, cujos impactos deverão sentir-se em várias áreas da vida económica e social das regiões (e.g. reorganização dos métodos de produção, surgimento de novas empresas e de novos serviços, maior eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos).

Mais de 1/4 (5,8 M€) dos fundos do QREN para o período 2007-2013 destinam-se, a título indicativo, ao conjunto de intervenções enquadráveis por esta orientação comunitária, distribuindo-se da seguinte forma: 2,9 M€ para o subdomínio da “Promoção da inovação e do espírito empresarial”, cerca de 1,9 M € para “Reforçar e melhorar o investimento em I&DT”, perto de 700 M€ para a “Promoção da sociedade da informação” e 305 M€ para “Melhorar o acesso ao financiamento”. A proporção de fundo aprovado e executado em cada um destes subdomínios até ao final de 2011 não se afastava substancialmente daquela distribuição indicativa, verificando-se um peso superior das intervenções destinadas à promoção da inovação e do espírito empresarial, bem como à melhoria do acesso financiamento, em detrimento das restantes.

¹⁰ Uma análise mais aprofundada destas intervenções encontra-se disponível nos Terceiro e Quarto Relatórios Anuais do QREN (ver pontos 4.7 e 4.8, respetivamente), relativos a 2010 e 2011.

Figura 17: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento, por subdomínios



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Reforçar e melhorar o investimento em I&DT

O aumento dos investimentos em I&D é assumido no QREN como um elemento central para a necessária transformação do perfil de especialização da economia portuguesa. As políticas de I&D em Portugal têm tido nos fundos comunitários a sua principal fonte de financiamento público¹¹, sendo a única exceção assinalável o sistema de incentivos fiscais à I&D (financiado através do Orçamento de Estado). Em termos de fundo aprovado, destacam-se os apoios que visam diretamente o envolvimento das empresas em I&D (em projetos individuais ou em atividades de colaboração com outras empresas e/ou entidades do sistema científico e tecnológico), responsáveis por mais de 530 M€ de fundo aprovado no final de 2011. É de notar o crescimento substancial dos fundos destinados ao envolvimento das empresas (em particular de PME) em atividades de I&D face ao anterior período de programação (no qual o valor total de incentivo não foi além de 65 M€).

São também expressivos os apoios dirigidos à formação avançada (com um valor de fundo aprovado no final de 2011 de cerca de 210 M€), à investigação científica (155 M€) e ao emprego científico (46 M€). Importa, ainda, referir os apoios destinados a serviços, equipamentos e infraestruturas de suporte (parques de ciência e tecnologia, incubadoras de empresas, laboratórios, centros de investigação, instituições de ensino superior, etc. – 210 M€ - ver também boa prática neste domínio no anexo I).

Os fundos estruturais canalizados para cofinanciar atividades de I&DT têm, assim, dado um contributo decisivo para o bom desempenho de Portugal em vários dos indicadores relevantes (como sejam a formação de novos doutorados, as publicações científicas internacionais, o registo de patentes por universidades, a colaboração entre PME inovadoras ou a despesa pública em I&D), bem como o ritmo assinalável de recuperação noutros indicadores onde o desempenho português está ainda longe da média da UE (como sejam as despesas em I&D realizada nas empresas ou o registo de patentes triádicas). Não obstante, Portugal apresenta ainda debilidades no que respeita à transformação dos investimentos e da excelência científica em resultados económicos (o que se reflete, por exemplo, nas receitas de licenciamento de propriedade industrial). São ainda identificadas insuficiências na

¹¹ As intervenções do QREN neste domínio são discutidas em maior detalhe no Quarto Relatório Anual do QREN (ver ponto 4.5), relativo a 2011.

articulação entre as várias formas de intervenção pública de apoio à I&D e à inovação em Portugal¹², fator essencial para potenciar as complementaridades e sinergias entre políticas de cariz setorial a diferentes escalas territoriais (local, regional e nacional). No futuro, a manutenção do investimento público nestes domínios deverá ser acompanhado de um maior esforço de articulação, coerência e orientação para os resultados.

Promover a inovação e o espírito empresarial

Tendo em vista a renovação e modernização do tecido empresarial português, o QREN destina uma parte significativa dos seus recursos ao investimento em inovação, ao empreendedorismo, à cooperação entre atores do sistema nacional de produção e inovação, bem como à transferência de tecnologias para as empresas (em especial, PME)¹³. Os principais instrumentos de política neste domínio são os sistemas de incentivos ao investimento empresarial (com 2,9 mil M€ de fundo aprovado no final de 2011¹⁴) e os apoios às ações coletivas de entidades empresariais e associativas (mais de 190 M€).

Importa ter presente que os montantes de fundos estruturais destinados à promoção do investimento empresarial representam uma parcela modesta do volume total de investimento realizado (mesmo em setores onde o peso dos incentivos cofinanciados por fundos estruturais assumem um maior peso no investimento total). Assim, longe de se poderem constituir como um mecanismo de financiamento generalizado do investimento empresarial em Portugal, os sistemas de incentivos constituem um instrumento de política necessariamente concentrado e focalizado no apoio a atividades e projetos de investimento com características específicas, tendo em vista os objetivos estratégicos definidos no QREN (em particular, o estímulo a atividades produtivas mais expostas à concorrência internacional e a investimentos empresariais qualificados). Este papel dos sistemas de incentivos foi reafirmado nas duas reprogramações gerais do QREN (de 2011 e 2012) onde, paralelamente ao aumento de dotação de fundos neste domínio, se preconizou uma manutenção ou mesmo reforço da sua seletividade.

Contrastando com anteriores ciclos de programação, os sistemas de incentivos ao investimento empresarial previstos no QREN foram objeto de uma focalização acentuada¹⁵, concentrando-se em atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e mais intensivas em conhecimento e tecnologias. Os sistemas de incentivos do QREN privilegiam projetos com um cariz inovador e com uma forte componente de fatores imateriais de competitividade (ver também boa prática neste domínio no Anexo I), sendo restringido o acesso aos incentivos para investimentos de mera expansão, de modernização ou de criação em atividades sem potencial de crescimento sustentado.

Note-se que os incentivos farão tanto mais sentido quanto conseguirem induzir comportamentos e resultados empresariais que acarretem benefícios para o tecido económico e social envolvente (e.g. sob a forma de novos conhecimentos, informações e competências), comportamentos esses que não se verificariam, pelo menos com a mesma intensidade, na ausência de intervenção pública. A reduzida proporção de projetos encerrados no final de 2011 não permite ainda avaliar os impactos efetivos das intervenções cofinanciadas neste domínio. Esta é uma preocupação que estará, por isso, presente no conjunto de avaliações do QREN e dos PO a decorrer até final do

¹² Ver, por exemplo, Vitor Corado Simões e Manuel Mira Godinho (2011), Mini Country Report/Portugal, *INNO Policy TrendChart*, PRO INNO Europe.

¹³ Para uma análise mais aprofundada destas intervenções ver III e IV Relatórios Anuais do QREN (pontos 4.3-4.4 e 4.4, respetivamente), relativos a 2010 e 2011.

¹⁴ Incluem-se aqui os incentivos a projetos de I&DT empresarial, já tratados no ponto anterior.

¹⁵ Augusto Mateus e Associados (2011), *Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade* - Relatório Final.

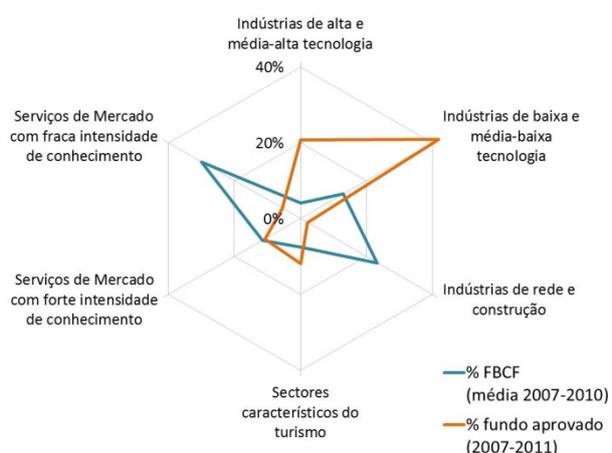
1º semestre de 2013. De qualquer modo, com base dos dados de monitorização dos projetos aprovados e das avaliações já concluídas, é possível sublinhar que existem indicadores que apontam no sentido dos apoios do QREN estarem a dar um relevante contributo para a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, nos termos previstos nos objetivos e prioridades estabelecidas (ver caixa).

O contributo do QREN para a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa

Quando comparada com a média da UE, a economia portuguesa encontra-se sobre-especializada em setores de baixo valor acrescentado, baixa intensidade de conhecimento e orientados para o mercado interno, tanto na indústria transformadora como nos serviços. Este perfil de especialização penaliza fortemente as perspetivas de crescimento da economia portuguesa. Por conseguinte, o QREN estabeleceu como um dos seus objetivos a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, mobilizando para tal um conjunto de instrumentos que visam reforçar o investimento naquele tipo de atividades. Entre estes, destacam-se pela sua relevância financeira os sistemas de incentivos às empresas (sendo também de referir o apoio a entidades e infraestruturas científicas e tecnológicas, os mecanismos de apoio ao capital de risco, bem como a promoção de Estratégias de Eficiência Coletiva).

A análise da distribuição setorial do fundo aprovado nos sistemas de incentivos sugere que estes estão a contribuir, efetivamente, para uma alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, reforçando o peso dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis (com destaque para a indústria transformadora) e estimulando atividades que geram um nível significativo de valor acrescentado nacional (ou seja, líquido de conteúdo importado) através das exportações.

Figura 18: Peso dos diferentes setores na FBCF (média 2007-2010) e no fundo aprovado nos sistemas de incentivos do QREN (31/12/2011)



Fonte: INE/SCIE e Sistema de Monitorização QREN

Figura 19: Peso dos setores no fundo aprovado nos sistemas de incentivos do QREN (31/12/2011) e exportações líquidas de conteúdo importado (2008)



Fonte: GEE (com base em INE) e Sistema de Monitorização QREN

Comparando a distribuição setorial do fundo aprovado com a da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) nacional verifica-se ainda que o peso das indústrias de alta e média-alta tecnologia nos sistemas de incentivos (21%) é mais de cinco vezes superior ao seu peso no investimento (4%) e o peso das indústrias de baixa e média-baixa tecnologia três vezes superior (42% para 13%). Também as atividades características do turismo absorvem uma proporção de incentivos superior ao seu peso na FBCF (12% para 7%), sendo estas aproximadamente idênticas no caso dos serviços mercantis mais intensivos em conhecimento (11% e 12%). Tendencialmente, os setores que mais beneficiam dos sistemas de incentivos do QREN são também aqueles que mais contribuem para as exportações líquidas de conteúdo importado, sugerindo que o QREN favorece o desenvolvimento de atividades que contribuem para a criação de valor acrescentado através das exportações.

Os dados referidos indicam que a implementação do QREN é globalmente coerente com as prioridades estratégicas estabelecidas em sede de programação. A tradução desta implementação em resultados – sob a forma de uma efetiva alteração do perfil de especialização da economia portuguesa – não é possível de verificar nesta fase, dado o número ainda reduzido de projetos apoiados de investimento empresarial encerrados.

Melhorar o acesso ao financiamento

A escassez de mecanismos de partilha de riscos no sistema financeiro nacional foi identificada na fase de programação do QREN como um dos entraves à inovação por parte de empresas e empreendedores em Portugal. Referia-se, então, o insuficiente desenvolvimento do capital de risco e, em particular, da oferta de capitalmente. Assim, o QREN estabeleceu como objetivo o estímulo à incorporação do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas. Paralelamente, procurava-se também o desenvolvimento de instrumentos de financiamento às PME por via de capitais alheios, nomeadamente através da consolidação do sistema de garantia mútua, bem como do alargamento do espetro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias.

Com a crise internacional que eclodiu em 2008, o QREN foi chamado a intervir no apoio ao financiamento das PME, designadamente das regiões do Continente, através do apoio às linhas de crédito PME Investe I e II, ao abrigo do Sistema de Apoio ao Financiamento e à Partilha dos Riscos da Inovação (SAFPRI). Estas linhas de crédito financiaram 4 476 empresas até ao final de 2011, correspondendo a um fundo aprovado próximo dos 120 M€ (onde se incluem as verbas destinadas ao reforço do Fundo de Contra Garantia Mútuo, bonificações de taxas de juro e bonificações de comissões de garantia). Nas R. A. foram igualmente criadas linhas de crédito específicas, tendo sido apoiadas 1 759 empresas na R. A. Açores e 883 na R. A. Madeira (num total de cerca de 7 M€ de fundo aprovado).

No que respeita ao capital de risco, até ao final de 2011 tinham sido aprovados apoios a 27 fundos deste tipo (26 no Continente – alguns dos quais viriam a desistir dos projetos aprovados – e um na R. A. Açores), bem como uma Linha de Financiamento a *Business Angels*, totalizando perto de 190 M€ aprovado. Os valores de execução deste domínio de intervenção do QREN até final de 2011 são modestos (cerca de 28 M€), o que resulta de dificuldades de ordem diversa. Por um lado, o processo de constituição dos fundos capital de risco revelou-se demorado (em muitos casos só ficando concluído no segundo semestre de 2011) devido, essencialmente, a dificuldades de mobilização de recursos por parte dos promotores. Por outro lado, a reestruturação das empresas públicas de capital de risco público, que conduziria à criação de um operador único já em 2012, refletiu-se em baixos níveis de execução dos sete fundos públicos com projetos aprovados. Os baixos níveis de execução dos fundos de capital de risco poderão também estar associados à dificuldade de identificar projetos de qualidade e com boas perspetivas de rentabilidade, num contexto macroeconómico pouco auspicioso.

Promover a sociedade da informação para todos

A simplificação e aumento da eficiência das relações entre o Estado e os cidadãos e as empresas são identificados no QREN como fatores relevantes para a promoção da competitividade e da coesão social e territorial. Nos últimos anos Portugal apostou fortemente no desenvolvimento do governo eletrónico, investindo na racionalização dos portais administrativos na internet, na desmaterialização processual e documental, e implementação de sistemas de informação de suporte. De facto, os indicadores associados ao governo eletrónico e à prestação de serviços públicos com recurso às TIC revelam uma rápida convergência com as melhores práticas a nível europeu. Atualmente, a totalidade dos 20 serviços públicos básicos considerados pelo Eurostat são disponibilizados através da internet, existindo condições muito favoráveis para que se consolide a relação, por via eletrónica, entre o Estado e os cidadãos, tendo os fundos comunitários ao serviço da Política de Coesão um importante papel nesta trajetória.

O QREN contribuiu para a melhoria do acesso a serviços públicos por via eletrónica (o que inclui as dimensões de *back-office*, *front-office* e de redes e infraestruturas de suporte), apoiando até o final de 2011 um total de 360 projetos, o que se traduz em cerca de 290 M€ de FEDER aprovado. Estes são investimentos relevantes para a melhoria do acesso das populações aos serviços públicos em áreas setoriais de política pública tão diversas como a Justiça, a Saúde (Prescrição eletrónica de medicamentos e de meios de diagnóstico complementares ou Agendamento eletrónico de serviços de saúde), as Finanças (sistema integrado de atendimento ao contribuinte) ou a Administração Local (balcões virtuais e plataformas multicanal).

Não obstante esta evolução, verifica-se ainda um contraste significativo entre a disponibilização de serviços públicos em plataformas online e a regular e efetiva utilização da internet pelos cidadãos para interagir com as autoridades públicas em Portugal (ainda que, também nesta matéria, se registre uma evolução favorável). Tal como noutros países, este facto decorre dos níveis ainda reduzidos de confiança das populações face às novas tecnologias. No caso português acresce o facto de a população registar níveis de infoexclusão elevados¹⁶.

Tendo entre os seus objetivos preparar as novas gerações para os desafios da sociedade do conhecimento, foi lançado em 2007 o Plano Tecnológico da Educação. O QREN apoiou neste âmbito diversos projetos de infraestruturização tecnológica das escolas, de disponibilização de conteúdos e serviços em linha, e de reforço das competências TIC de alunos e docentes (cerca de 120 M€ de Fundo aprovado até final de 2011).

São ainda de assinalar os incentivos aos investimentos em PME no domínio das TIC e da economia digital, tendo sido aprovados cerca de 1 400 projetos de investimento envolvendo este tipo de despesa até final de 2011, correspondendo a um montante de fundo de cerca de 50 M€.

2.1.3 Criar Mais e Melhores Empregos no quadro da Estratégia Europeia para o Emprego

De acordo com as orientações comunitárias em matéria de coesão, a estratégia de desenvolvimento do capital humano de cada Estado-Membro deve estar alicerçada em três subdomínios nucleares, os quais reproduzem, em larga medida, as linhas diretrizes da Estratégia Europeia para o Emprego¹⁷: i) atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de proteção social; ii) melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados de trabalho; iii) aumentar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências. A estes subdomínios devem ser adicionados outros dois, referentes à capacidade administrativa e à manutenção de uma população ativa saudável.

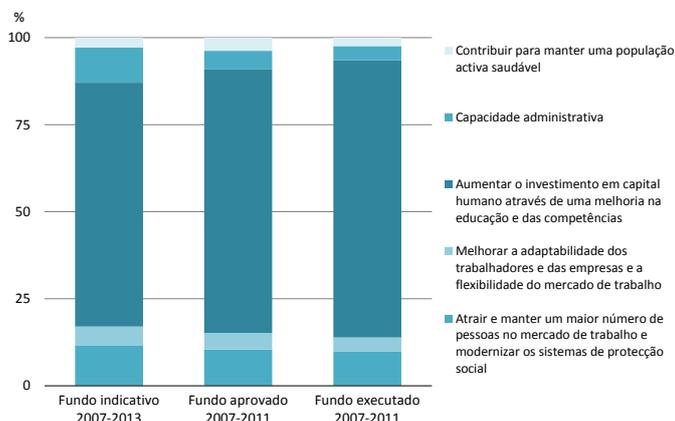
O investimento que o QREN e os seus PO afetam a este domínio está patente no montante total de fundo indicativo, 9,2 mil M€ (dos quais 65% são FSE), correspondendo a cerca de 43% do total de fundos do QREN. Entre as intervenções que têm por objetivo “Criar mais e melhores empregos” destacam-se as que se enquadram no subdomínio “Aumento do investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências”, com 5,9 mil M€ de fundo indicativo (ou seja, cerca de 70% dos fundos destinados a este domínio). Os restantes subdomínios apresentam dotações de fundo substancialmente menores, o que se explica,

¹⁶ A título de exemplo, refira-se que, em 2011, 41% da população portuguesa nunca tinha utilizado a internet, sendo os valores para a média da UE de 24%.

¹⁷ Por esta razão, entendeu-se que a análise do contributo dos fundos comunitários ao serviço da Política de Coesão para a Estratégia Europeia para o Emprego e, em particular, do papel do FSE nesse âmbito, poderia ser feita em simultâneo com a abordagem deste domínio das orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão.

essencialmente, pelo facto de grande parte do seu financiamento provir de outras fontes que não o QREN. Não obstante, são também de destacar as iniciativas destinadas a “Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de proteção social” (com um montante total de fundo indicativo de 1,1 mil M€) e a promover a “Capacidade administrativa” (922 M€).

Figura 20: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até 31 de dezembro de 2011) no domínio *Criar mais e melhores empregos*, por subdomínios



Fonte: Sistema Monitorização QREN

Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar sistemas de proteção social

O QREN tem procurado contribuir para uma maior e melhor integração da população ativa no mercado de trabalho, em particular dos jovens à procura do primeiro emprego, dos desempregados de longa duração e de outros subgrupos populacionais com dificuldades de integração laboral¹⁸. Para tal, prosseguiu vias complementares¹⁹: apoio à transição dos jovens para a vida ativa (em particular, via estágios profissionais) e promoção da criação de emprego, através dos apoios à contratação, ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego (nomeadamente, apoiando projetos de investimento que se propõem criar e consolidar postos de trabalho sustentáveis para desempregados).

No âmbito dos estágios profissionais, o contributo do FSE foi particularmente relevante: o volume de estágios cofinanciados quase duplicou face aos valores registados anteriormente (nomeadamente, a partir de 2009), através de um reforço conjunto de orçamento nacional e fundos europeus. O volume médio de abrangidos situou-se próximo dos 20 mil/ano e, no segmento dos jovens licenciados, esse contributo traduziu-se numa taxa de cobertura significativa na ordem dos 30% dos desempregados dessa faixa etária com ensino superior. Desde o início do QREN, o fundo aprovado nos apoios aos estágios profissionais e os apoios ao emprego ascendeu a 262M€ e 96M€, respetivamente.

No quadro das medidas específicas de combate à crise, é de referir o contributo dos fundos para medidas de apoio à inserção de desempregados (designadamente as que visam criar emprego em atividades socialmente úteis, em

¹⁸ As intervenções do QREN nestes domínios são discutidas em maior detalhe nos Terceiro e Quarto Relatórios Anuais do QREN (ver pontos 4.5 e 4.1, respetivamente), relativos a 2010 e 2011.

¹⁹ Não é aqui referido o aumento das condições de empregabilidade e da qualidade no emprego através da formação profissional, aspeto tratado nos pontos seguintes do Relatório.

particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais – cerca de 13 mil abrangidos e 22M€ de fundo aprovado) e medidas dirigidas à manutenção de postos de trabalho em empresas economicamente viáveis, mas que registavam quebras significativas de procura, reforçando simultaneamente as competências dos seus trabalhadores (120 projetos apoiados e 15 M€ de fundo aprovado).

A recente avaliação das políticas ativas de emprego²⁰ aplicadas em Portugal entre 2004 e 2011 conclui que: i) as medidas de emprego têm um efeito positivo, por vezes forte, sobre a empregabilidade dos beneficiários; ii) as medidas com efeitos estimados mais positivos são aquelas que estabelecem uma ligação direta e imediata entre o trabalhador e os empregadores (como sejam o apoio à contratação e medidas de apoio ao empreendedorismo); e iii) os efeitos dos vários tipos de medidas não diferem substancialmente entre homens e mulheres.

Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho

Tendo em vista promover a adaptabilidade de trabalhadores e empresas, o QREN estabeleceu como objetivo o desenvolvimento das competências dos adultos através de ações de formação profissional associadas a processos de modernização, reestruturação e inovação organizacional e de gestão das entidades empregadoras. Pretendia-se, deste modo, contribuir para a modernização do tecido produtivo, o aumento da competitividade e a melhoria da qualidade do emprego, tendo as entidades empregadoras como promotoras de iniciativas de formação.

Para responder a este objetivo, o QREN tem vindo a apoiar modalidades formativas não formais para ativos empregados (incluindo dirigentes de PME)²¹, para além de ser também de sublinhar a relevância que as ações de qualificação de adultos de dupla certificação podem e devem ter para este efeito, sendo que estas são analisadas a propósito do aumento do investimento em capital humano. Assim, entre 2007 e 2011 foram abrangidos pelas intervenções aqui consideradas: i) 466 mil colaboradores de empresas em projetos de formação com vista à modernização organizacional com objetivos de inovação, de reforço da produção de bens transacionáveis de maior valor acrescentado e com presença em mercados internacionais (totalizando 113 M€ de fundo aprovado); ii) 289 mil colaboradores da Administração Pública, numa ótica de reestruturação e modernização dos serviços públicos e de formação de quadros especializados, nomeadamente, no sector da saúde (64 M€); e iii) 247 mil colaboradores e empresários de PME e de colaboradores de entidades da economia social, numa lógica de formação-ação (que inclui serviços de diagnóstico e orientação específicos para cada entidade, seguidos de ações de formação decorrentes desse trabalho prévio, com vista a desenvolver um plano estratégico de cada entidade envolvida) (149 M€).

Em termos de balanço, apesar da forte adesão às intervenções orientadas para a modernização organizacional do tecido produtivo por via da formação profissional, as empresas focalizaram este tipo de projetos na melhoria das competências e do desempenho individual dos ativos, sendo limitada a ligação entre estas atividades e os projetos de modernização e inovação em curso²². No que diz respeito às intervenções que adotam a lógica de formação-ação, foram identificados resultados significativos que se traduziram fundamentalmente em mudanças nas práticas organizativas e de gestão e na introdução de novos instrumentos de gestão. Não obstante, não foram

²⁰ Costa Dias, Mónica; Varejão, José (2012), *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego – Relatório final*, Universidade do Porto.

²¹ As intervenções do QREN nestes domínios são discutidas em maior detalhe nos Terceiro e Quarto Relatórios Anuais do QREN (ver pontos 4.1 e 4.3, respetivamente), relativos a 2010 e 2011.

²² Geoidéia (2010), *Avaliação da operacionalização da tipologia de intervenção 3.2 – Formação para a Inovação e Gestão e tipologias análogas para as regiões do Algarve e Lisboa (8.3.2 e 9.3.2) do PO PH no âmbito da Operacionalização do QREN*, Sumário Executivo.

identificadas até ao momento mudanças significativas, resultantes das intervenções, ao nível das competências dos empresários e das dinâmicas de inovação e reestruturação, que induzam e sustentem processos de mudança. Consta-se ainda que neste tipo de intervenções tem sido privilegiada a componente de consultoria em detrimento da formativa. Ambas as opções podem pôr em causa a sustentabilidade das intervenções efetuadas²³. Os dados disponíveis não permitem ainda identificar um alinhamento entre os projetos apoiados de formação em contexto empresarial e as prioridades estratégicas em matéria de desenvolvimento regional e de perfil de especialização²⁴. De facto, é muito restrito o número de empresas beneficiárias dos sistemas de incentivos que mobilizam a formação profissional como elemento do seu projeto de investimento.

Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria na educação e das competências

Neste domínio, o QREN definiu como principais objetivos: i) aumentar os níveis de qualificação inicial de jovens e adultos; ii) reduzir o abandono escolar precoce; iii) melhorar o desenvolvimento de competências na formação de jovens e adultos; e iv) adequar a qualificação dos ativos à procura de trabalho.²⁵

Para o cumprimento destes objetivos, o QREN estipulou como intervenções prioritárias: i) a promoção e diversificação das vias profissionalizantes de dupla certificação, como forma de ajustar as qualificações dos jovens às necessidades das empresas e reduzir o abandono escolar precoce (abrangeu 484 mil jovens desde 2007, correspondendo a um fundo aprovado de cerca de 1 569 M€); ii) a promoção de projetos específicos de combate ao abandono escolar precoce (e.g. Territórios de Educação de Intervenção Prioritária – TEIP) (96 M€); iii) a qualificação dos profissionais do setor da educação (110 mil abrangidos e 22 M€ de fundo aprovado); iv) o aumento da frequência pós-secundária e secundária (7 mil abrangidos e 53 M€); e v) a promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida através da promoção de ofertas de formação profissional de dupla certificação e de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (1,3 milhões de abrangidos e 1 537 M€ de fundo aprovado).

As avaliações concluídas²⁶ fazem uma apreciação muito positiva do contributo das vias profissionalizantes e dos TEIP para o abandono escolar precoce, e, conseqüentemente, para o aumento dos níveis de qualificação inicial dos jovens. Com efeito, a evolução muito positiva da taxa de abandono escolar precoce nos últimos anos (de 36% em 2007 para 23% em 2011 – ver caixa) é, em larga medida, reflexo das intervenções cofinanciadas neste domínio. Contudo, importa ter presente que os níveis de abandono escolar em Portugal se encontram ainda muito acima do padrão europeu. Por outro lado, os efeitos da crise económica e o facto de um amplo conjunto de jovens (nomeadamente, aqueles que apresentam características pessoais e socioeconómicas mais complexas) continuar a abandonar a escola antes de terminar o ensino secundário, levam a questionar se as intervenções em curso serão suficientes, nos moldes em que estão definidas, para atingir a meta fixada pela Estratégia 2020 (de 10% em 2020). Finalmente, as avaliações alertaram para possíveis efeitos perversos (nomeadamente, em termos de reputação) da utilização das vias profissionalizantes enquanto modalidades formativas fundamentalmente dirigidas a alunos com percursos de insucesso escolar.

²³ Quatenaire Portugal (2012), *Estudo de avaliação da operacionalização das ações de formação-consultoria (tipologia 1.2.3)* do programa RUMOS, Sumário Executivo.

²⁴ Idem.

²⁵ As intervenções do QREN nestes domínios são discutidas em maior detalhe no Quarto Relatório Anual do QREN (ver pontos 4.1 e 4.3), relativo a 2011.

²⁶ Nomeadamente, IESE (2009), *Avaliação externa do impacto da expansão dos cursos profissionais nos sistema nacional de qualificações*, Relatório Final, ANQ; CIES (2011), *Efeitos TEIP: avaliação de impactos escolares e sociais em sede de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*, Relatório Final, Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Relativamente aos resultados das intervenções cofinanciadas pelo QREN ao nível da qualificação de adultos, os efeitos do investimento efetuado são expressivos a partir de 2008 e sobretudo em 2011 (a taxa de escolaridade de nível secundário subiu de 27% em 2007 para 35% em 2011). Não obstante, mantém-se notória a disparidade entre a realidade portuguesa e a média europeia (73% em 2011). Em termos de impacto das intervenções, as modalidades formativas dirigidas a adultos revelam efeitos positivos na probabilidade de encontrar emprego e na evolução das remunerações²⁷. No caso dos processos de reconhecimento e certificação de competências, identificam-se impactos favoráveis na vida pessoal dos abrangidos, no envolvimento dos descendentes no processo de qualificação, no aumento da literacia, na capacidade de aprender a aprender e nos conhecimentos em TIC²⁸. No entanto, não existem dados que confirmem a existência de efeitos positivos deste tipo de intervenções ao nível da atividade profissional, nomeadamente em termos de empregabilidade e remunerações²⁹.

No que respeita aos objetivos de aumentar os níveis de competências e de ajustar a oferta à procura de qualificações, apesar dos avanços que se têm registado (e.g. a constituição do Catálogo Nacional de Qualificações), a margem de progresso é ainda substancial. As avaliações efetuadas a diferentes modalidades formativas continuam a apontar debilidades ao nível da: i) orientação e encaminhamento de jovens e adultos para formações adequadas às suas preferências e às necessidades do tecido produtivo; ii) identificação de necessidades de formação; iii) estruturação da oferta formativa em conformidade com a procura de qualificações por parte do tecido produtivo local e regional; iv) qualidade do ensino e respetivos mecanismos de monitorização e avaliação³⁰.

Neste domínio é ainda de ressaltar o forte contributo do QREN para a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação através do investimento em infraestruturas de ensino e de acolhimento à infância. Este investimento decorre, por um lado, da necessidade de dotar os equipamentos existentes das condições funcionais necessárias à prossecução de um conjunto de novos objetivos de política e, por outro lado, do imperativo de dar resposta a novas realidades e exigências sociais, com vista a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para a promoção da coesão social e territorial do país.

Destacam-se, a este nível, os investimentos no alargamento no número de creches, bem como na reorganização da rede escolar. No que a esta rede diz respeito, o QREN está a contribuir para melhorar o acesso das populações a uma educação de qualidade, essencialmente por via da construção de inúmeros centros escolares (ensino pré-escolar e 1º CEB) e da requalificação das escolas do 2º e 3º CEB e do ensino secundário (que registavam problemas graves de degradação física e de obsolescência dos equipamentos), melhorando o acesso das populações (crianças, jovens e adultos) a serviços públicos de educação e formação que se pretendem de grande qualidade. É neste quadro de reorganização da rede escolar nacional, que foram aprovados 852 equipamentos (712 dos quais (destinados ao ensino pré-escolar e 1º CEB, correspondendo a 83,3% do total) até dezembro de 2011, num volume global de FEDER comprometido de cerca de 1,8 mil M€ (876 M€ para o ensino pré-escolar e 1º CEB, 48,4% do total).

²⁷ Instituto Superior Técnico (2012), *Avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares Certificadas: empregabilidade de formações*, ANQ.

²⁸ Universidade Católica Portuguesa (2009), *Avaliação externa da Iniciativa Novas Oportunidades*, ANQ.

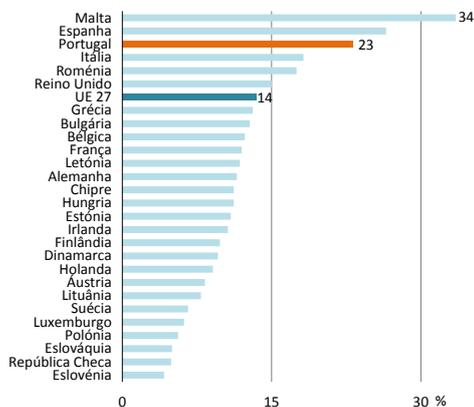
²⁹ Instituto Superior Técnico (2012), *Os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o desempenho no mercado de trabalho*, ANQ.

³⁰ IESE (2009), *Avaliação externa do impacto da expansão dos cursos profissionais nos sistemas nacionais de qualificações*, Relatório Final, ANQ. Gabinete Oliveira das Neves (2010), *Avaliação da Operacionalização das tipologias de intervenção 2.3, 8.2.3 e 9.2.3 – Formações Modulares Certificadas do POPH no âmbito da operacionalização do QREN*, POPH.

O contributo do QREN para a redução do abandono escolar precoce em Portugal

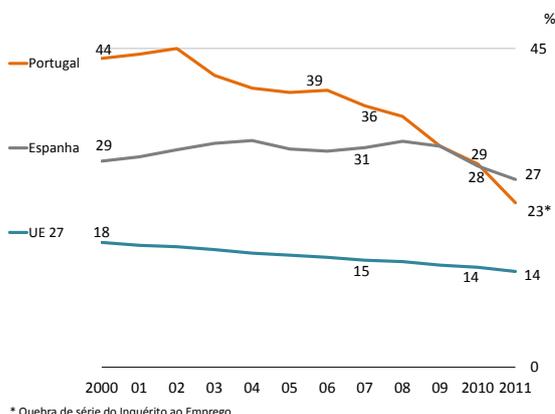
Embora a taxa de abandono escolar precoce em Portugal continue a ser bastante superior ao padrão europeu, este indicador tem registado uma evolução muito positiva na última década, caindo de 45% em 2002 para 23% em 2011. Esta redução foi particularmente acentuada após 2006, o que refletirá a intensificação da aposta realizada desde então no combate ao insucesso e abandono escolar em Portugal, no quadro, designadamente, da Iniciativa Novas Oportunidades.

Figura 21: Taxa de abandono precoce no contexto europeu, 2011



Fonte: Eurostat

Figura 22: Taxa de abandono precoce, Portugal e UE27, 2000-2011



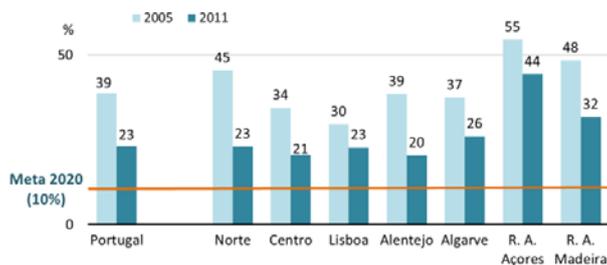
* Quebra de série do Inquérito ao Emprego

Fonte: Eurostat

A evolução positiva da taxa de abandono escolar precoce surge associada mais diretamente a dois tipos de intervenção cofinanciados pelo QREN³¹: a expansão da oferta das vias profissionalizantes (ver boa prática neste domínio no Anexo I) e os TEIP. As vias profissionalizantes conferem uma dupla certificação (escolar e profissional) que habilita os jovens a uma inserção qualificada no mercado de trabalho. A componente mais prática destes cursos associada à qualificação profissional tem-se revelado um fator de atração e de maior motivação dos jovens que não têm como objetivo (pelo menos, imediato) prosseguir estudos para níveis de ensino superiores. Por seu lado, os projetos TEIP têm como objetivo a promoção e elaboração de projetos educativos em escolas inseridas em áreas de maior incidência de problemas de integração dos seus alunos, envolvendo um conjunto diversificado de medidas e ações de intervenção na escola e na comunidade, explicitamente orientadas para a: i) qualidade do percurso e dos resultados escolares; ii) redução do abandono e insucesso escolar dos alunos; iii) transição da escola para a vida ativa; iv) intervenção da escola como agente educativo e cultural central na vida das comunidades em que se insere. O montante de fundo aprovado nos dois tipos de intervenção referidos ascende a 1,7 mil M€.

Os contributos regionais para a evolução deste indicador são diferenciados. Enquanto as regiões Norte e Alentejo reduziram para cerca de metade a proporção de jovens adultos que não concluiu o ensino secundário (no total de jovens), na região Centro e na R. A. Madeira esta redução é de mais de 1/3.

Figura 23: Taxa de abandono precoce, por região NUTS II, 2005-2011



Fonte: Eurostat

³¹ Outro tipo de contributo relevante do QREN para a redução do abandono escolar consiste nos investimentos na requalificação das escolas e na reorganização da rede escolar, fatores que influenciam as condições de ensino e aprendizagem e, por essa via, favorecem o desempenho escolar dos alunos. Relevante também o Programa Escolhas para o combate ao insucesso e abandono escolar de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

Capacidade administrativa

A estratégia que Portugal desenvolveu no quadro da orientação comunitária Criar Mais e Melhores Empregos inclui, para além dos subdomínios descritos anteriormente, a aposta na promoção da capacidade administrativa, enquanto fator fundamental para a promoção do crescimento económico e do emprego, mas também para uma mais consequente conceção, execução e avaliação das políticas públicas e programas cofinanciados pelos fundos comunitários.

Neste contexto, foram aprovados, até final de 2011, 384 M€ de fundos destinados maioritariamente à atividade dos Programas Operacionais de Assistência Técnica (FEDER e FSE).

Não obstante esta preponderância, é ainda de sublinhar o apoio do QREN e dos seus PO a iniciativas de reforço do capital humano da Administração Pública (nacional, regional e local) designadamente aqueles investimentos que são orientados para domínios de intervenção onde se verificam os maiores obstáculos ao desenvolvimento socioeconómico do país.

Contribuir para manter uma população ativa saudável

O QREN tem contribuído para manter uma população ativa e saudável essencialmente por via do apoio a iniciativas de reorganização e qualificação das redes prestadoras de cuidados primários, de cuidados hospitalares e de cuidados continuados. Com estas iniciativas procura-se, em última instância, contribuir para uma maior qualificação dos serviços de modo não só a prevenir a doença e promover uma melhoria nas condições de saúde das pessoas, mas também a garantir maior equidade, por parte dos cidadãos, no acesso aos cuidados de saúde.

Neste âmbito, o papel do QREN tem sido relevante, com a aprovação, até dezembro de 2011, de 121 projetos, o que perfaz um total de FEDER comprometido de aproximadamente 258,7 M€. Este conjunto de projetos visa facilitar e reforçar o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, através: i) da implementação de Unidades de Saúde Familiar, enquanto unidades autónomas mas integradas e sujeitas ao controlo do Serviço Nacional de Saúde; ii) do reforço do papel dos centros de saúde e das suas extensões, enquanto pontos de contacto privilegiados do cidadão e da sua família com o sistema de cuidados de saúde primários; iii) do desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, destinada a assegurar uma resposta coerente e integrada às pessoas que se encontrem em situação de dependência temporária ou prolongada, através da prestação de cuidados de proximidade, individualizados, humanizados e com uma abordagem multidisciplinar; iv) da qualificação da rede hospitalar e de urgências, procurando colmatar a desadequação de instalações para o bom desempenho dos profissionais da saúde e o atendimento dos utentes com conforto e eficácia.

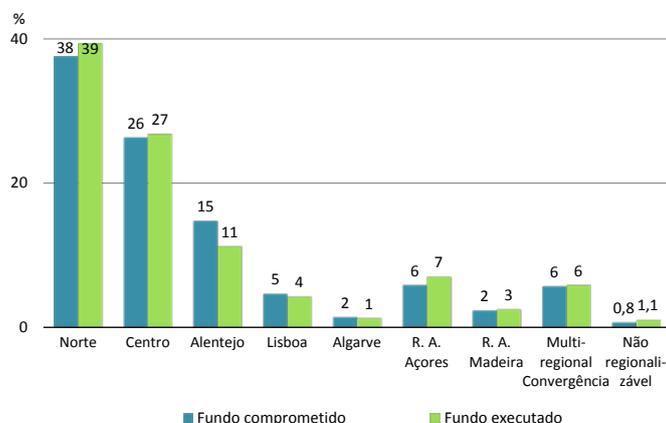
2.1.4 A territorialização da Política de Coesão e o contributo da Cooperação Territorial Europeia

Uma das perspetivas de análise da territorialização da Política de Coesão, de carácter mais quantificável, reside na aferição da afetação regional dos recursos disponibilizados pelos fundos estruturais e de coesão, através da qual se pode analisar em que medida os recursos estão a ser canalizados, de forma coerente e integrada, para colmatar os défices estruturais dos territórios, naturalmente distintos entre si, quer do ponto de vista das potencialidades que detêm e do tipo de constrangimentos com que se defrontam, quer da intensidade de que se revestem.

Como consequência direta da definição dos envelopes financeiros regionais da Política de Coesão, 91% dos fundos estruturais aprovados e executados, até final de 2011, concentraram-se nas regiões do objetivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo, R. A. Açores e multi-regional convergência), o que revela o alinhamento das intervenções

do QREN com as preocupações de afetação regionalmente diferenciada, em favor de uma maior coesão do todo nacional. A proporção das restantes regiões assume uma expressão pouco significativa: Lisboa com 4% do fundo executado, R. A. Madeira com 3% e Algarve com 1%.

Figura 24: Distribuição regional do fundo comprometido e executado até 31 de dezembro de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Para além da execução cujo investimento é diretamente imputável a cada uma das regiões do objetivo Convergência, há ainda investimento executado que não se encontra afeto exclusivamente a uma destas regiões, sendo classificado como multi-regional convergência, ou não regionalizado, representando, respetivamente, 6% e 1% do montante total executado, até dezembro de 2011³².

A análise das intensidades regionais de apoio inerente ao volume de execução registado até final de 2011 revela o reduzido valor das capitações de fundos executados nas regiões do Continente que estão fora do objetivo Convergência (Lisboa e Algarve, esta última em regime de *phasing out*), fruto do seu menor envelope financeiro.

Figura 25: Intensidades de apoio do fundo aprovado e executado, por habitante, até final de 2011

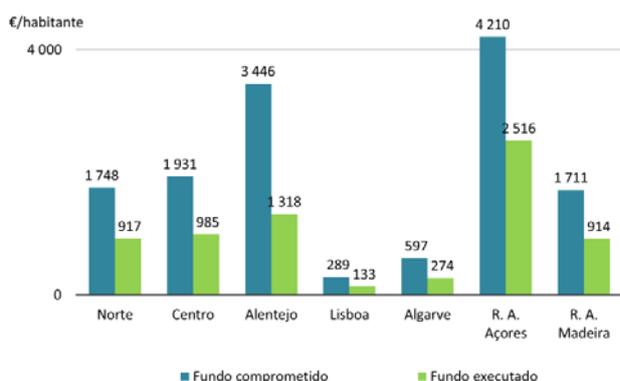
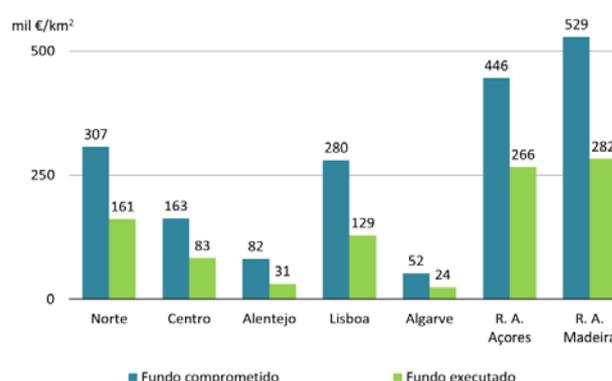


Figura 26: Intensidades de apoio do fundo aprovado e executado, por km², até final de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

³² Exemplos de projetos nesta situação, para além das operações de assistência técnica, são as bolsas de doutoramento em instituições estrangeiras, o programa de estágios internacionais de jovens quadros no âmbito do INOV Contacto (PO PH), projetos que abrangem duas ou mais regiões convergência no âmbito dos sistemas de incentivos, do apoio à modernização administrativa, ações coletivas (PO FC); ou o projeto de equipamentos terminais de comunicação de tecnologia digital.

Nas regiões do objetivo Convergência do Continente, o Alentejo regista o maior fundo executado *per capita*, o que deriva, sobretudo, das especificidades do investimento público associado a regiões com padrão de povoamento difuso, tal como espelha a inversão de posições quando se analisa o rácio de aprovações por área. A R. A. Açores regista o valor mais elevado no que respeita à intensidade de apoio por habitante inerente ao volume de execução, com a diferença face às restantes regiões a ser atenuada quando se relativiza pela área (e não pela população). Contudo, nenhum destes denominadores – população e área – capta a questão específica associada à necessidade de um maior peso de investimento público nesta região, que deriva da configuração do arquipélago.

No caso das duas Regiões Autónomas, um dos fatores que também contribuiu para este efeito é terem envelopes financeiros específicos por serem Regiões Ultraperiféricas (RUP), beneficiando de verbas adicionais para compensação dos custos referentes à sua insularidade.

O QREN e as Regiões Ultraperiféricas

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) em Portugal, identificadas no artigo 299º do Tratado, são os territórios insulares das R. A. Açores e Madeira. A situação particular destas regiões - devido ao seu afastamento, insularidade, pequena dimensão do mercado, relevo e dependência económica num número reduzido de produtos - é desde logo reconhecida no Tratado, sendo explicitada a possibilidade de adoção de medidas específicas e de financiamento adicional, destinados, em especial, a estabelecer condições de aplicação dos tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

No atual período de programação os regulamentos comunitários consagram a possibilidade destas regiões poderem utilizar financiamentos comunitários para comparticipação dos sobrecustos decorrentes da sua situação de ultraperiféricidade. O Regulamento (CE) nº 1080/2006 refere que a dotação concedida a estas regiões deve ser utilizada, em pelo menos 50% do seu montante, em ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas e a restante parcela em investimentos em infraestruturas e equipamentos.

Nos PO FEDER das R. :A. Açores e Madeira foi criado um eixo exclusivo para este efeito, com uma dotação FEDER disponível para este período de programação de 65,6 M€ na R. A. Açores e de 66,3 M€ na R. A. Madeira, destinado a integrar os apoios relativos à compensação dos custos adicionais relacionados com as desvantagens destas regiões, definidas no n.º 2 do artigo 299º do Tratado.

No PO Açores FEDER, no eixo prioritário que compreende a dotação específica para a R. A. Açores, enquanto região ultraperiférica, foram comprometidos, até 31 de dezembro de 2011, 59,2 M€ (90% da dotação), dos quais 41,7 M€ correspondem à componente de apoios a obrigações de serviço público, e os restantes 17,5 M€ a investimentos na rede regional de aeroportos/aeródromos. Deste compromisso foram executados 52,1 M€ (79% da dotação), dos quais 37,4 M€ em obrigação de serviço público e 14,7 M€ em investimento.

No PO Madeira FEDER, no eixo que compreende a dotação específica para a R.A. Madeira, enquanto região ultraperiférica, foram comprometidos, até 31 de dezembro de 2011, 37,7 M€ (57% da dotação), dos quais 21,6 M€ correspondem à componente de despesas de funcionamento das atividades económicas, e os restantes 16,1 M€ a investimentos em infraestruturas e equipamentos públicos. Deste compromisso foram executados 25,5 M€ (39% da dotação), dos quais 10,7 M€ em despesas de funcionamento e 14,8 M€ em investimento.

As taxas resultantes dos montantes comprometidos e executados demonstram níveis razoáveis de execução (inclusive com valores superiores à média do programa, no caso da R. A. Açores), evidenciando ausência de dificuldade de absorção deste apoio específico às RUP.

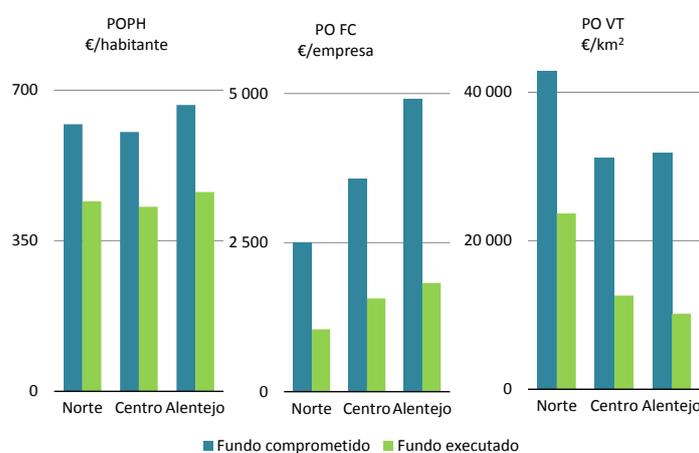
As verbas alocadas às RUP contribuem para amortecer os custos adicionais que estas regiões suportam resultantes das suas condições específicas. Exemplo disso é o apoio concedido à SATA neste domínio, como é descrito no anexo I de boas práticas.

Aprofundando a distribuição regional de cada um dos PO temáticos nas regiões objetivo Convergência do Continente, através da relativização dos fundos comprometidos e executados - pela população, no caso do PO PH, pelo número de empresas existentes na região, no caso do PO FC, ou por área, no caso do PO VT - conclui-se que:

- i) No PO PH, as intensidades de apoio regional não registam diferenças muito significativas entre as três regiões, embora se registre um valor mais elevado no Alentejo (666 €/habitante de fundo comprometido), face ao valor que se verifica em contraponto na região Centro (603 €/habitante de fundo comprometido);
- ii) No PO FC, o Alentejo surge com uma intensidade de apoio significativamente superior à das restantes regiões, fruto da aprovação de alguns Grandes Projetos de investimento de inovação produtiva numa região com fraca densidade empresarial, e pelo facto do tecido produtivo desta região ser marcado por empresas de maior dimensão do que nas outras duas regiões;
- iii) No PO VT, é a região Norte que surge com o valor mais elevado na relativização dos apoios aprovados pela área da região, logo seguida da região Centro.

As intensidades dos apoios em termos do fundo executado registam comportamentos semelhantes às intensidades das aprovações, embora a ritmos diferenciados.

Figura 27: Intensidade de apoio nos PO Temáticos por região objetivo Convergência até 31-12-2011



Fonte: Sistema de monitorização do QREN

A análise da distribuição regional dos fundos comprometidos e executados até final de 2011 de cada um dos PO temáticos nas três regiões do objetivo Convergência do Continente permite ainda concluir o seguinte:

- No PO PH, o peso da região Norte (48%) é mais expressivo devido, sobretudo, a uma maior concentração de apoios no âmbito da formação de dupla certificação e da formação para a gestão e aperfeiçoamento profissional. Estes dados são coerentes com os reduzidos níveis de qualificações da população desta região. As intervenções referidas assumem um peso de 75% do total dos apoios à região Norte. No caso da região Centro, a sua relevância deriva igualmente da mesma tipologia de intervenções (com 72% dos apoios), enquanto no Alentejo assumem maior preponderância, em termos relativos, as intervenções no âmbito da qualificação de jovens e adultos (com 70% dos apoios) e, num plano já muito inferior, as intervenções relativas à cidadania, inclusão e desenvolvimento social (com 9%);
- No PO FC, a maior expressão da região Norte (32% do comprometido) deriva, sobretudo, da relevância dos incentivos às empresas e à I&DT e dos investimentos em ações coletivas, enquanto nas regiões Centro e Alentejo os incentivos às empresas (SI Inovação e SI Qualificação de PME) assumem maior preponderância relativa. Na territorialização das intervenções do PO FC destacam-se as intervenções indiferenciadamente associadas ao conjunto das regiões do objetivo Convergência do Continente, que derivam, sobretudo, das

aprovações no âmbito da engenharia financeira e da administração pública eficiente e de qualidade, com 68% dos apoios e, em menor escala, dos incentivos concedidos às empresas;

- No PO VT, a região Alentejo concentra 30% do fundo comprometido até ao final de 2011, o que deriva, no essencial, dos investimentos aprovados no projeto da rede ferroviária de alta velocidade Eixo Lisboa/Madrid - subtroço Poceirão/Évora, bem como dos projetos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Com a anulação do projeto relativo ao subtroço Poceirão/Évora, concretizada no 1º semestre de 2012, o peso da região Alentejo passou para 19% do fundo aprovado no PO VT. As regiões Norte e Centro concentram a maioria do restante fundo aprovado (27% e 26%, respetivamente), sendo determinantes os investimentos de requalificação da rede de escolas com ensino secundário e de requalificação/ampliação de infraestruturas universitárias e os investimentos em sistemas ambientais, nomeadamente, os Grandes Projetos do sistema de saneamento das águas do Ave e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, bem como o projeto ERSUC – Resíduos Sólidos Urbanos do Centro.

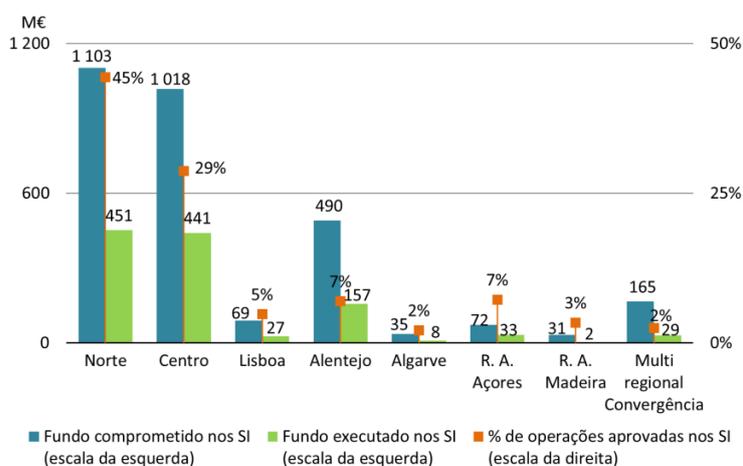
Uma análise mais fina da territorialização dos apoios comprometidos no âmbito do PO VT demonstra que as intervenções na área do combate à erosão e defesa costeira surgem como relativamente mais relevantes na região de Lisboa.

Em termos de execução, o maior peso vai para as operações localizadas na região Norte (34% de fundo executado), o que denota o peso das operações relativas à requalificação da rede de escolas com ensino secundário e à rede estruturante de abastecimento de água e saneamento.

De seguida apresenta-se uma análise da distribuição territorial dos indicadores físicos de três das principais áreas de intervenção do QREN, mais especificamente: os incentivos diretos a empresas, a formação e qualificação de jovens e adultos e a modernização do parque escolar.

Os incentivos diretos a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos a nível nacional totalizaram apoios, até final de 2011, superiores a 3 mil M€, alavancando um investimento de mais de 9 mil M€. Os incentivos aprovados concentraram-se nas regiões Convergência, com 90% das operações aprovadas (5 854), correspondendo a 2,8 mil M€ FEDER (destacam-se as regiões Norte, com 45% das operações aprovadas (1,1 mil M€ FEDER) e Centro, com 29% (mil M€ FEDER).

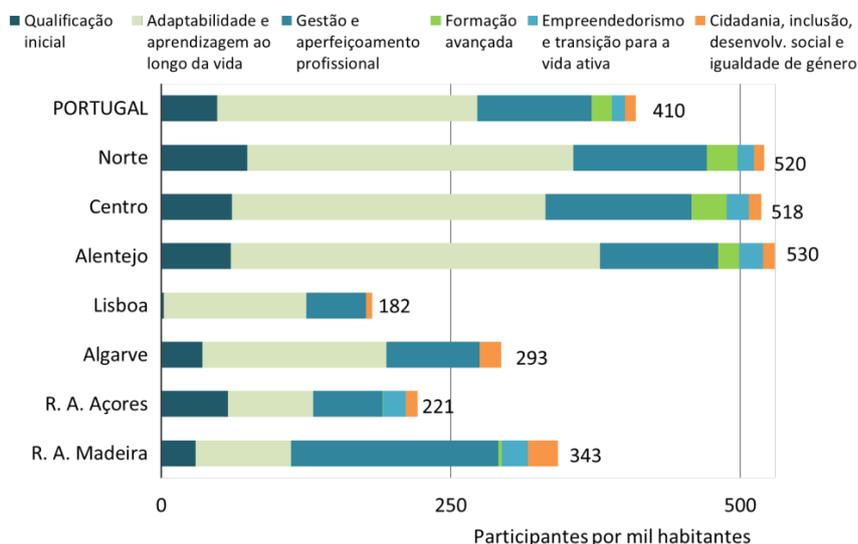
Figura 28: Operações aprovadas e executadas nos sistemas de incentivos, por NUTS II, até final de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização QREN

A análise territorial das ações de formação e qualificação de jovens e adultos, cofinanciadas pelo FSE, aferidas com base no número de participantes abrangidos por mil habitantes, permite concluir que as três regiões do objetivo Convergência do Continente apresentam intensidades acima da média nacional no período 2007-2011.

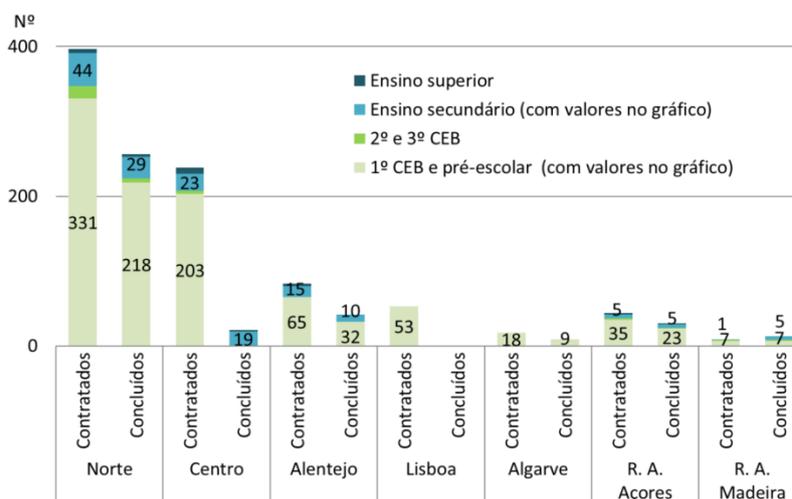
Figura 29: Participantes abrangidos pelo FSE executado, por NUTS II, até final de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização QREN

No que respeita às intervenções de modernização do parque escolar, dos 852 estabelecimentos de ensino contratados a nível nacional (370 dos quais já concluídos), 90% estão concentrados nas regiões do objetivo Convergência, com destaque para as regiões Norte e Centro (47% e 28%, respetivamente).

Figura 30: Estabelecimentos escolares contratados e concluídos por NUTS II, até final de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização QREN

De referir, ainda, a experiência no quadro da territorialização das políticas públicas desenvolvida no âmbito de um conjunto de iniciativas de cariz marcadamente territorial, que procuram estimular uma maior participação dos atores locais e regionais na aplicação das políticas públicas, sendo o apoio do QREN à concretização de estratégias

de desenvolvimento de cariz territorial efetuado de forma integrada. Deste conjunto de iniciativas são de destacar, pela sua relevância em termos de abrangência territorial e institucional e pelo volume de investimento associado, as contratualizações com associações de municípios – Comunidades Intermunicipais (CIM) e Área Metropolitana do Porto (AMP), os instrumentos da Política de Cidades - PRU e RUCI, e o PROVERE.

A relevância destes instrumentos está bem patente no peso das aprovações das CIM/AMP e das PRU/RUCI no total dos PO regionais do Continente até final de 2011, representando estes dois instrumentos 41% do FEDER aprovado nestes PO (27% de aprovações nas CIM/AMP e 14% de aprovações nas PRU/RUCI).

Acresce ainda a dimensão territorial associada aos fenómenos socioeconómicos de inclusão social, bem patente no conjunto de medidas de política pública cofinanciadas pelo QREN no âmbito dos apoios à inclusão, em particular no POPH: os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que visam promover a inclusão social de cidadãos residentes em territórios vulneráveis; os Contratos Territoriais para o Sucesso Educativo, que incidem, sobretudo, no financiamento dos TEIP, com vista à melhoria da qualidade educativa, à promoção do sucesso escolar e da transição para a vida ativa, bem como à integração comunitária, segundo uma abordagem de territorialização das políticas educativas em contextos socioeducativos particularmente complexos; e no quadro das PRU, a Iniciativa Bairros Críticos, outro exemplo de territorialização das políticas sociais.

A implementação deste conjunto de iniciativas de âmbito territorial e de complexidade acrescida, que resulta de se suportarem em processos de cooperação interinstitucional exigentes, aponta, em regra, para resultados globais ainda aquém das expectativas, pois apesar dos elevados níveis de compromisso, as taxas de execução continuam ainda baixas, particularmente no caso das PRU e RUCI (uma vez que a execução nas CIM denota uma recuperação designadamente desde de 2011, fruto também das medidas tomadas na sequência dos Memorandos de Entendimento celebrados entre o Governo e a ANMP), ao que não é alheio o contexto económico, principalmente as fortes restrições orçamentais dos municípios – atores chave na sua implementação – e a contração do investimento privado, fator muito importante no caso dos PROVERE. A avaliação dos resultados destes instrumentos de cooperação institucional deverá constituir um forte impulso para a melhoria destes processos, tendo nomeadamente em perspetiva as oportunidades e desafios que as propostas regulamentares para o próximo período de programação trazem em matéria de instrumentos de territorialização das políticas públicas cofinanciadas pelos fundos comunitários.

Para esta reflexão é ainda relevante referir as conclusões fundamentais que emergiram da concretização pelo Observatório do QREN, em articulação com os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais criados nas CCDR das cinco regiões do Continente e as Autoridades de Gestão e coordenação nacional dos fundos comunitários, do projeto Zooms Territoriais. Este projeto passou por análises territoriais específicas, numa perspetiva de estudos de caso, tendo em vista aprofundar o processo de monitorização da territorialização de áreas setoriais chave de política pública apoiadas no âmbito do QREN, incidindo assim até ao momento em três áreas de particular relevância: i) formação de ativos; ii) inclusão social; iii) sistemas de inovação³³.

³³ Os principais resultados dos zoom's relativos à formação de ativos e à inclusão social estão publicados em dois e-cadernos distintos do Observatório do QREN, disponíveis em www.observatorio.pt.

O trabalho desenvolvido no quadro destes zooms territoriais, que deve ser entendido como um trabalho exploratório, permitiu sistematizar os seguintes fatores chave ou críticos e que se interligam entre si:

- a articulação entre os diferentes atores presentes num dado território constitui um dos principais fatores críticos no planeamento e operacionalização das políticas públicas em análise, permitindo identificar como principal desafio neste domínio a estruturação de mecanismos/plataformas institucionais eficazes de concertação, capazes de promover práticas de trabalho partilhado entre entidades e com lideranças sustentadas e claras, por forma a que não sejam demasiado vulneráveis às mudanças nas mesmas;
- tendo em conta o descrito no ponto anterior e as debilidades por vezes encontradas ao nível da capacitação organizacional, trabalhar as competências das organizações parceiras das redes constitui um outro fator crítico a ponderar, sendo que esse reforço de competências terá, igualmente, implicações muito positivas na atividade interna das próprias organizações no desenvolvimento da sua missão;
- a capacidade de planeamento estratégico e operacional de base territorial, enquanto alicerce para o desenvolvimento de projetos robustos, coerentes e pertinentes face às realidades dos diferentes territórios, emerge como um terceiro fator crítico a ter em conta;
- a continuidade das políticas públicas assume relevância, já que as redes de cooperação institucional requerem tempo para o acumular de experiências e para o estabelecimento de laços de confiança entre os parceiros, sendo ainda relevantes para a promoção de áreas inovadoras e para o reforço da capacitação institucional, permitindo a amortização e a gestão do risco inerente aos investimentos.

Participação de Portugal no objetivo Cooperação Territorial Europeia

No atual período de programação, a Cooperação Territorial Europeia (CTE) é considerada como um dos três objetivos da Política de Coesão da UE, juntamente com os objetivos Convergência e Competitividade. Neste contexto, a CTE destina-se a reforçar, em articulação com as prioridades estratégicas da UE, as intervenções conjuntas dos EM em ações de desenvolvimento territorial integrado.

A CTE tem uma verba alocada de mais de 8,7 mil M€, distribuídos por mais de 70 programas nos EM onde intervém. Os programas da CTE continuam a contemplar três componentes: i) cooperação transfronteiriça; ii) cooperação transnacional; iii) cooperação inter-regional.

Visando potenciar as possibilidades consagradas nos regulamentos comunitários, que definem a CTE como um instrumento de intervenção chave para a prossecução dos objetivos da Política de Coesão e para o processo de integração europeia, Portugal assumiu esse objetivo como parte integrante do QREN, participando em 10 Programas de CTE³⁴ distribuídos pelas 3 vertentes deste objetivo, envolvendo um montante total aprovado

³⁴ No âmbito da programação do Objetivo Cooperação Territorial, Portugal beneficia de dez PO: dois PO de Cooperação Transfronteiriça com Espanha – PO Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e PO Bacia do Mediterrâneo; quatro PO de Cooperação Transnacional – Espaço Atlântico (abrangendo Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda), Espaço Sudoeste Europeu (integrando Portugal, Espanha, França e Reino Unido-Gibraltar), Espaço Ilhas (envolvendo os Açores, a Madeira e as Canárias) e Espaço Mediterrâneo (implicando Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Malta, Chipre e Eslovénia); e quatro iniciativas no âmbito da Cooperação Inter-regional (que envolve todos os Estados-Membros) – INTERREG IVC, INTERACT, URBACT e ESPON. Os beneficiários portugueses podem usufruir de apoios através destes PO, estimando-se que a alocação FEDER para Portugal (quando aplicável) atinja cerca de 99 M€ (cerca de 11% da dotação disponível naqueles PO), a que podem acrescer os montantes que advierem da participação portuguesa em projetos aprovados no âmbito da cooperação inter-regional e do intercâmbio de experiências, em que não há alocação indicativa.

ligeiramente superior ao valor indicativo previsto na programação para estes PO (em torno dos 100 M€). Contudo, os valores executados até ao final de 2011 eram ainda limitados, atingindo 1/4 do valor aprovado (cerca de 25M€ de FEDER).

Quadro 3: Programação e participação portuguesa nos PO da CTE até final de 2011

COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA	Programação 2007-2013				Participação portuguesa nas candidaturas aprovadas FEDER	Despesa Validada		Indicadores Financeiros (Fundo)		
	Investimento total	Despesa Pública	FEDER	Programação FEDER para PORTUGAL (Indicativa)		Despesa Pública	FEDER	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
								mil euros		
Cooperação Transfronteiriça A	543 257	535 971	441 013	60 882	57 242	18 470	13 853	94%	NA	NA
PO Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha	354 025	346 739	267 406	60 222	57 045	18 470	13 853	95%	23%	24%
PO Baía do Mediterrâneo	189 232	189 232	173 607	660	197			30%	ND	ND
Cooperação Transnacional B	612 641	611 722	452 050	38 144	41 950	13 008	9 306	110%	24%	22%
PO Espaço Atlântico	158 798	158 798	104 051	16 648	17 839	5 746	3 679	107%	22%	21%
PO SUDOE	132 056	132 056	99 413	7 456	8 886	4 202	3 151	119%	42%	35%
PO MAC	65 170	64 251	55 394	10 000	9 873	1 813	1 541	99%	15%	16%
PO MED	256 618	256 618	193 191	4 040	5 352	1 247	935	132%	23%	17%
Cooperação Interregional C	559 364	558 291	442 674		5 232	2 272	1 902	NA		36%
INTERREG IV C	405 095	405 095	321 322	(1)	4 373	1 889	1 606	NA	NA	37%
INTERACT	40 000	40 000	34 000	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
URBACT	68 891	67 818	53 319	(1)	659	320	248	NA	NA	38%
ESPON	45 378	45 378	34 034	(1)	200	63	48	NA	NA	24%
TOTAL	1 715 261	1 705 984	1 335 738	99 026	104 424	33 750	25 061	105%	25%	24%

(1) Sem distribuição indicativa

Fonte: Sistema de monitorização do QREN

No PO da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, a maior fatia dos 57,2 M€ de fundo aprovado, relativo a entidades portuguesas, encontra-se na área de cooperação Norte/Galiza com 17,3 M€ (30% do total), seguido das áreas Centro-Alentejo/Extremadura com 11,9 M€ (21%), Alentejo-Algarve/Andaluzia com 9,1 M€ (16%), Norte/Castilla-Leon com 7,7 M€ (14%) e Centro/Castilla-Leon com 4M€ (7%). A componente multi-regional absorveu 7,1 M€, o equivalente a 12% do fundo.

Em termos globais, a procura mais intensa dirigiu-se à prioridade 2 (Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos), que absorveu 37% do fundo aprovado, seguido pela prioridade 1 (Cooperação e gestão conjunta para o fomento da competitividade e a promoção do emprego) com 33% e, das prioridades 3, (Cooperação e gestão conjunta no ordenamento do território e acessibilidades) e 4 (Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional) com 18% e 12%, respetivamente. Existem 198 projetos aprovados envolvendo cerca de 230 parceiros portugueses e correspondendo a um total de 526 participações.

Relativamente aos PO da Cooperação Transnacional, o valor do fundo aprovado pelos diversos PO segue a respetiva distribuição da programação de fundo indicativa para Portugal. Assim, o PO Espaço Atlântico lidera o volume de aprovações com cerca de 41% do fundo total aprovado, seguido pelo PO MAC (23%), o SUDOE (20%) e o MED (12%). A distribuição do fundo aprovado por prioridades, comuns aos quatro PO, é bastante semelhante em

Em termos de estruturas de gestão, Portugal assume as funções de Autoridade de Certificação nos PO da Cooperação Transfronteiriça e no PO da Cooperação Transnacional que abarca o espaço ilhas (Madeira, Açores e Canárias) e assume as funções de autoridade de gestão, autoridade de certificação e autoridade de auditoria no âmbito do PO Espaço Atlântico (Cooperação Transnacional).

todos eles, devendo-se salientar a prioridade 1 (Inovação tecnológica) e a prioridade 2 (Proteção e gestão ambiental), com cerca de 39% e 37% do fundo aprovado, respetivamente.

Em termos de projetos aprovados e de parceiros portugueses envolvidos, é no SUDOE que se regista o maior envolvimento português. Neste PO existem 68 projetos aprovados que envolvem mais de 70 entidades nacionais com um total de 88 participações. O MAC apresenta um total de 64 projetos aprovados (com 132 participações), mais 7 que o Espaço Atlântico (108 participações), embora registre um envolvimento inferior de entidades (cerca de 65 para mais de 70, respetivamente), bem como de participações. No MED existem 40 participações (relativas a cerca de 30 entidades) para um conjunto de 31 projetos aprovados.

Na vertente Inter-regional, é o INTERREG IVC que reúne a maior participação nacional, com 28 projetos aprovados, dos quais 15 na prioridade 1 (Inovação e economia baseada no conhecimento) e 13 na prioridade 2 (Ambiente e prevenção de riscos). Nestes projetos estão envolvidos 31 parceiros portugueses, perfazendo 36 participações. Mais reduzida é a participação portuguesa nos programas das redes de cooperação URBACT e no ESPON, com 15 e 5 projetos aprovados, respetivamente. No primeiro participam 15 entidades nacionais e, no segundo, apenas 5.

Dos 467 projetos aprovados envolvendo entidades nacionais, existem 69 cujos beneficiários principais, ou chefes de fila, são portugueses. Destes, 38 correspondem a projetos do PO Transfronteiriço Portugal-Espanha.

2.4 O contributo do QREN para o Programa Nacional de Reformas, no quadro da Estratégia Europa 2020

O Regulamento (CE) nº 1083/2006, que estabeleceu as disposições gerais sobre o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão, determinou que a CE e os EM devem assegurar que 60 % das despesas, no caso do objetivo Convergência, e 75 % das despesas, no caso do objetivo Competitividade Regional e do Emprego, se destinam às prioridades da UE de promoção da competitividade e criação de empregos. Visa-se, desta forma, dar cumprimento dos objetivos das Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego, no contexto dos respetivos PNR. Estas metas são aferidas em função de um conjunto de categorias de despesa definidas no Anexo III do mesmo regulamento e que são consideradas (ou não) como relevantes para a prossecução dos objetivos e prioridades da Estratégia de Lisboa tendo em conta o perfil das operações apoiadas.

Em sede de programação do QREN, os valores previstos para investimentos nas categorias de despesa acima referidas – *earmarking* – superaram as metas mínimas definidas na regulamentação comunitária, atingindo os 82,4% no conjunto das regiões do objetivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo e R. A. Açores) e 80,6% na região Lisboa, inserida no objetivo Competitividade Regional e Emprego. Nas restantes duas regiões do país, enquadradas nos regimes transitórios, verifica-se que mais de 70% do investimento programado foi afeto a temas prioritários convergentes com a Agenda de Lisboa em Portugal – respetivamente, 73,8% no Algarve (região em regime de *phasing-out* do objetivo Convergência) e 75% na R. A. Madeira (integrada no regime de *phasing-in* do objetivo Competitividade Regional e Emprego).

Até final de 2011, as aprovações por objetivo da Política de Coesão evidenciaram os esforços de cumprimento do *earmarking* programado por parte das intervenções estruturais no âmbito dos objetivos Convergência (87% das aprovações) e Competitividade Regional e Emprego (82%), estando assim acima dos valores indicativos previstos.

A proporção de aprovações de despesas neste âmbito era, por sua vez, de 81% na região em *phasing-out* (Algarve) e de 78% na região em *phasing-in* (R. A. Madeira), superando também as metas previstas.

Ao nível da execução, o contributo das despesas executadas até final de 2011 nos vários PO, por objetivo, denota ainda de forma mais clara a relevância atribuída a estas prioridades por parte das intervenções estruturais e no contexto dos objetivos Convergência e Competitividade Regional e Emprego, uma vez que os valores atingidos até esse momento, de 87% e 82%, respetivamente, superam as metas indicativas definidas em sede de programação. No Algarve e na R. A. Madeira a proporção de despesa executada em domínios relevantes para o *earmarking* era, respetivamente, de 88% e 72%, ultrapassando de forma evidente a meta definida no primeiro caso, mas ficando abaixo da mesma, no segundo caso.

Quadro 4: Fundo aprovado e executado em tipologias *earmarking*, por objetivo, até final de 2011

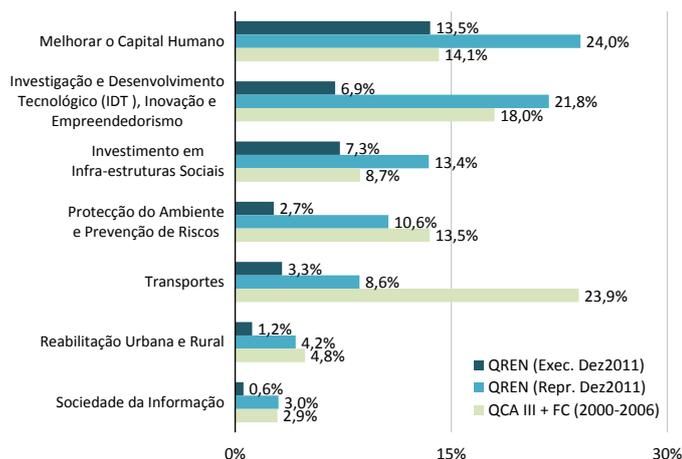
Objetivos da Política de Coesão segundo as regiões de Portugal	Fundo aprovado			Fundo executado		
	Total	Relevante para <i>earmarking</i>		Total	Relevante para <i>earmarking</i>	
	M€	M€	%	M€	M€	%
TOTAL	17 393	15 090	87%	8 718	7 704	88%
Objetivo Convergência	16 561	14 407	87%	8 316	7 374	89%
Convergência "pura" - Regiões Norte, Centro, Alentejo e R. A. Açores	16 375	14 255	87%	8 214	7 285	89%
<i>Phasing out</i> - Região Algarve	187	152	81%	102	90	88%
Objetivo Competitividade Regional e Emprego	832	684	82%	402	329	82%
Competitividade Regional e Emprego "pura" - Região Lisboa	454	387	85%	210	191	91%
<i>Phasing in</i> - R. A. Madeira	378	297	78%	192	139	72%

Fonte: Sistema de Monitorização QREN

A distribuição dos fundos do QREN pelas categorias de despesa relevantes para a prossecução dos objetivos e prioridades da Estratégia de Lisboa, de acordo com a reprogramação de dezembro de 2011, reflete a prioridade atribuída à melhoria da qualificação dos portugueses - através do cofinanciamento de um leque alargado de medidas orientadas para os objetivos centrais de aumento da participação no ensino e formação ao longo da vida, com 24% da dotação afeta ao tema prioritário melhoria do capital humano (e 13,5% de execução).

Assumem, também, relevância ao nível das dotações programadas e da execução os temas prioritários I&DT, inovação e empreendedorismo (21,8% da dotação, mas com uma execução claramente mais baixa, de 6,9%) e Investimentos em infraestruturas sociais (13% das aprovações e 7% da execução). Assim, evidenciam-se duas outras prioridades do QREN convergentes com os objetivos do PNR: i) o apoio a medidas de incentivo às empresas, ao investimento em atividades de investigação e inovação no meio empresarial, à transferência de tecnologias, ao empreendedorismo nas PME e ao aperfeiçoamento de redes de cooperação entre PME e entre estas e atores relevantes no sistema de inovação; ii) e o apoio ao reforço da rede de equipamentos coletivos do país, com destaque, neste domínio, para o forte investimento na modernização da rede escolar pública.

Figura 31: Afetação dos fundos do QREN por categorias de despesa, até final de 2011



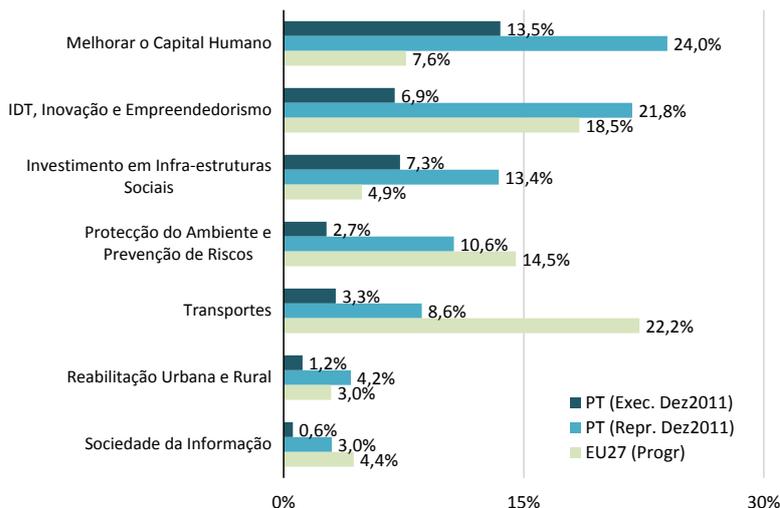
Fonte: Sistema de Monitorização QREN

Destaca-se ainda os montantes afetos à protecção do ambiente e prevenção de riscos (10,6% do total) e aos transportes (8,6%), baixando essa relevância em matéria de execução, o que reflete quer o maior tempo de execução de boa parte dos respetivos projetos, quer as dificuldades específicas de garantir a respetiva Contrapartida Pública Nacional (CPN) para assegurar essa execução.

A importância dos restantes temas relevantes para earmarking é significativamente inferior, embora ainda se destaque, com dotação superior a 900 M€, o peso dos investimentos no domínio da reabilitação urbana, e com dotação próxima dos 700 M€ os investimentos da sociedade da informação.

Comparando a afetação dos fundos por categorias de despesas no QREN e no QCA III verifica-se a grande alteração em termos de áreas prioritárias que se regista entre estes dois períodos de programação, o que também é visível quando se compara a afetação das verbas do QREN com a efetuada pelos 27 EM da EU.

Figura 32: Afetação dos fundos do QREN e da UE27 por categorias de despesa



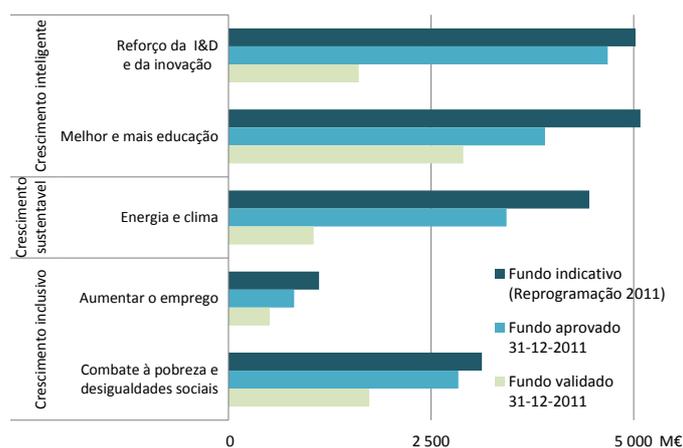
Fonte: Sistema de Monitorização QREN

No que respeita ao contributo do QREN para o PNR, no quadro da Estratégia Europa 2020, importa referir que Portugal foi dispensado de apresentar a revisão anual do mesmo, que é em regra exigida aos EM, no quadro do Semestre Europeu. Esta situação de exceção decorre do grau de detalhe das reformas previstas no PAEF (ver ponto seguinte) que enquadra o empréstimo internacional contraído pelo Estado português em 2011, bem como do acompanhamento regular da implementação das reformas que é assegurado por via dos exames trimestrais previstos nesse contexto. As recomendações do Conselho Europeu³⁵ relativa ao PNR apresentado por Portugal antes do pedido de assistência financeira vão, precisamente, no sentido de focalização no cumprimento das medidas constantes do Memorando de Entendimento celebrado a 17 de maio de 2011 entre o Estado Português e a CE, o BCE e o FMI. Foi neste contexto que o Governo português enviou uma carta à CE³⁶ apresentando o ponto da situação sobre os objetivos do PNR, bem como o enquadramento da política económica em curso – decorrente do Memorando – e o seu alinhamento com a Estratégia Europa 2020.

Para se estimar o contributo do QREN para o PNR tem-se por base as categorias de despesa relevantes para o *earmarking*, afetando as respetivas verbas previstas na programação indicativa, aprovadas e executadas em função dos cinco objetivos definidos no PNR em vigor. Conclui-se, deste modo, existir um forte alinhamento do QREN com o PNR: 88% do fundo programado, e 90% do fundo aprovado e validado até 31 de dezembro de 2011 estavam englobados em categorias de despesa que contribuem para os objetivos desse programa.

Em larga medida, o alinhamento do QREN com os objetivos do PNR definidos em 2011 decorre da opção assumida no início do QREN de concentrar a aplicação dos fundos em objetivos relevantes para a prossecução da Estratégia de Lisboa, os quais coincidem em grande parte com os da Estratégia UE 2020. Contudo, deve-se também sublinhar que as reprogramações do QREN aprovadas em 2011 e 2012 vieram reforçar esse alinhamento, em resultado das prioridades então estabelecidas. Assim, a reprogramação de 2011 aumentou em cerca de 3 p.p. o peso do fundo indicativo alocado a tipologias que contribuem para os objetivos do PNR (ou seja, mais cerca de 500 M€) e a proposta para a reprogramação de 2012 traduziu-se num aumento adicional de 1 p.p. (cerca de 240 M€).

Figura 33: Contributo potencial do QREN, por objetivo do PNR – Portugal 2020, até final de 2011



Fonte: Sistema de Monitorização QREN

³⁵ Recomendações do Conselho Europeu nº 11385/11, de 20 de junho e n.º 11268/12, de 6 de julho.

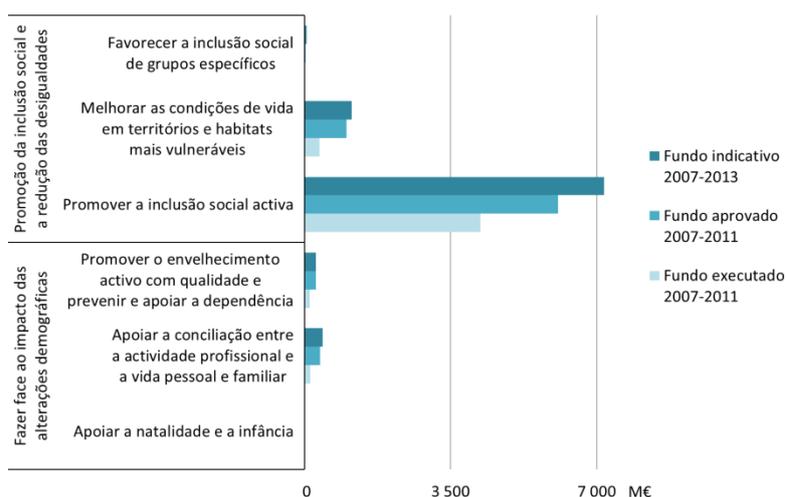
³⁶ Carta remetida em maio de 2012 à Secretária-Geral da CE, Catherine Day, com ponto de situação da concretização dos objetivos do PNR e o enquadramento da política macroeconómica nacional (que substituiu a atualização do PNR nacional).

2.5 O contributo do QREN, e do FSE em particular, para a Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social

Portugal é um país marcado por sérias desigualdades sociais, de carácter estrutural, às quais se juntaram, nos anos mais recentes, dificuldades conjunturais tributárias da crise socioeconómica que tem vindo a atingir o país. A complexidade e multidimensionalidade daquelas desigualdades estão sinalizadas em diversos documentos de política pública, dos quais se destacam o QREN e a ENPSIS – Estratégia Nacional para a Proteção Social e a Inclusão Social. A ENPSIS assume como principais constrangimentos ao desenvolvimento do país: i) a pobreza infantil e dos idosos; ii) o insucesso escolar e abandono escolar precoce; iii) os baixos níveis de qualificação; iv) a participação diminuta em ações de aprendizagem ao longo da vida; v) a info-exclusão; e vi) as desigualdades e discriminação no acesso a direitos por parte de grupos específicos.

Neste quadro foram definidos dois eixos de intervenção prioritários: Fazer face ao impacto das alterações demográficas e Promover a inclusão social e reduzir as desigualdades presentes na sociedade portuguesa. Cada um destes eixos desagrega-se em objetivos estratégicos, num total de seis, conforme o gráfico seguinte.

Figura 34: Fundo indicativo (2007-2013), aprovado e executado (até dezembro de 2011) em cada objetivo estratégico da ENPSIS



Fonte: Sistema de Monitorização QREN

O contributo do QREN e dos seus PO é bastante relevante nesta matéria, na medida em que todos os objetivos estratégicos da ENPSIS têm sido apoiados pelos fundos estruturais, com especial destaque para a Promoção da inclusão social ativa (cerca de 6 mil M€ de fundo aprovado, ou seja, 78% do total de fundo aprovado em iniciativas enquadradas na ENPSIS). A este nível sublinham-se os apoios a iniciativas nas áreas de educação e formação, de combate ao abandono escolar e de aposta na qualidade do ensino (com grande preponderância do FSE).

Destaca-se, ainda, o objetivo estratégico de Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis, com aproximadamente mil M€ de fundo aprovado. Neste domínio, salientam-se as iniciativas de territorialização das políticas sociais em Portugal, designadamente as PRU, Iniciativa Bairros Críticos e os CLDS.

No que respeita especificamente às medidas dirigidas à integração socioprofissional dos grupos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, através da promoção de políticas ativas de emprego ou de

formação profissional, até 2011 foram apoiados mais de 79 mil beneficiários diretos, distribuídos conforme a tabela seguinte.

Quadro 5: Participantes abrangidos (2007-2011), por género, segundo a tipologia de projetos apoiados

	Homem	Mulher	TOTAL
	nº		
Formação para a inclusão	10 456	18 665	29 121
Qualificação das pessoas com deficiência ou incapacidades	12 362	9 966	22 328
Apoio à integração de pessoas com deficiência ou incapacidades	2 089	1 298	3 387
Qualidade dos serviços e organizações	1 236	5 173	6 409
Formação em língua portuguesa para estrangeiros	8 769	9 824	18 593
TOTAL	34 912	44 926	79 838

Fonte: Sistema de Monitorização QREN

3 PROGRESSOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO QREN

3.1 Medidas implementadas para potenciar a concretização do QREN e sua articulação com os desenvolvimentos nas políticas públicas relevantes e com a concretização do plano europeu de relançamento da economia

Neste capítulo pretende-se apresentar as principais medidas levadas a cabo no decurso da implementação do QREN e dos PO, em função dos principais desafios que se têm colocado e a que foi necessário dar resposta. Tendo em vista potenciar a sua concretização face aos objetivos e prioridades estratégicas definidas e, simultaneamente, atenuar os impactos negativos da crise, procurou-se compatibilizar os efeitos estruturais que as intervenções apoiadas devem promover com os seus efeitos conjunturais. Parte das medidas implementadas implicaram a dinamização de processos de reprogramação dos PO e/ou de natureza global (ou seja, abrangendo, de forma articulada, a generalidade dos PO), com destaque para o processo que ocorreu durante o ano de 2011, aprovado no final desse ano, e para o apresentado em julho de 2012 e recentemente aprovado pela CE.

As principais medidas tomadas resultam, fundamentalmente, do efeito conjugado de dois vetores interligados: i) dos desenvolvimentos ocorridos na prossecução das políticas públicas que beneficiam do apoio dos fundos estruturais e do fundo de coesão, inserindo-se neste quadro o reforço do alinhamento do QREN com os objetivos nacionais (atendendo, nomeadamente, à entrada em funções de um novo governo em junho de 2011) e comunitários de desenvolvimento, designadamente no contexto da Estratégia Europa 2020 (ver ponto 2.4 do relatório); e ii) da resposta de Portugal ao plano europeu de relançamento da economia (ver anexo II, em que a mesma é descrita de forma mais detalhada, nos termos do solicitado no documento do COCOF), mobilizando para o efeito os recursos ao dispor no contexto da política de coesão, tal como expresso na Comunicação da Comissão “Política de coesão: Investir na economia real”³⁷.

Neste sentido, integramos neste ponto essas análises, que no documento de orientações do COCOF se encontram separados. Assim, nos últimos anos têm vindo a ser lançadas várias iniciativas que procuram, no essencial, agilizar as condições de execução dos projetos aprovados e que pretendem responder aos principais desafios que se colocam ao QREN, destacando-se:

i) Financiar a Contrapartida Nacional (CN), pública e privada, dos investimentos cofinanciados pelos fundos comunitários

- Aumento das taxas de cofinanciamento do investimento público, incluindo reforços temporários definidos no âmbito dos memorandos de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para a promoção da execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN (assinados em 2010 e 2011), ou o reforço para 85%, como regra, da taxa de cofinanciamento dos projetos promovidos por entidades públicas que consolidem para efeitos de contabilidade nacional, decidido no âmbito da proposta de reprogramação de 2012;

³⁷ COM(2008) 876 final, de 16 de dezembro, *Política de Coesão: Investir na economia real*.

- Aplicação do mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (UE) n.º 1311/2011, de 13 de dezembro, aos PO que cumpriam as condições previstas nessa regulamentação, permitindo assim um acréscimo em 10 p.p. das taxas de cofinanciamento aplicáveis a cada eixo prioritário dos seguintes PO: PO VT, PO Algarve, PO FEDER da R.A. dos Açores, PO FEDER da R.A. da Madeira e POAT FEDER;
- Mobilização dos mecanismos de adiantamento, quer no apoio ao investimento privado (empresas), quer público;
- Linha de crédito para financiamento da contrapartida nacional privada;
- Mobilização do empréstimo entre o Estado português e o BEI, permitindo apoiar a contrapartida nacional (inicialmente, na primeira tranche, só à CN pública, mas orientando a segunda tranche para apoio à CN privada);
- Revisão dos (grandes) investimentos públicos, no quadro da otimização da utilização do Fundo de Coesão e, em particular na área dos transportes (e.g. TGV e aeroporto de Lisboa), com a consequente redução das verbas para essa área (-623M€ com a reprogramação de 2011 e -335M€ com a proposta de reprogramação de 2012), compensado pelo aumento do peso dos investimentos na área do ambiente.

ii) Promover o financiamento das empresas, em especial das PME e articulação com a estratégia de alteração do padrão de especialização e de aumento do peso das exportações

- Reforço das verbas alocadas ao sistema de incentivos nos dois processos de reprogramação (+705M€ na reprogramação de 2012) e aos instrumentos de engenharia financeira (+137M€, na reprogramação de 2012);
- Criação de linhas de crédito de apoio ao investimento privado, quer genéricas (as linhas PME Investe I e II, lançadas em 2008), quer específicas para a execução de projetos de investimento privado aprovados no QREN (a linha QREN Investe, iniciada em julho de 2010);
- Mobilização da segunda tranche do empréstimo entre o Estado português e o BEI para apoio ao investimento privado (também referida anteriormente);
- Alterações diversas nos sistemas de incentivos - procurando, por um lado, adequá-los à situação conjuntural da economia e, por outro lado, reforçar a orientação para empresas produtoras de bens transacionáveis -, com destaque para: i) o alargamento das tipologias de investimento; ii) a revisão dos requisitos mínimos, designadamente financeiros, em termos de condições de acesso das empresas; iii) o aumento das taxas de cofinanciamento; iv) o aumento dos prazos de reembolso e de carência dos empréstimos; v) a simplificação dos quesitos de conversão dos subsídios reembolsáveis em subsídios não reembolsáveis; e vi) a revisão de critérios de admissão e seleção de candidaturas, visando o reforço da sua concentração em atividades transacionáveis.

iii) Sustentar o investimento em I&DT e inovação

- Reforço das verbas FSE alocadas indicativamente ao apoio à formação avançada (+266M€ no conjunto do eixo 4 PO PH, com a reprogramação de 2011, que inclui ainda o apoio às bolsas para estudantes do ensino superior e à promoção de emprego científico, sendo este eixo de novo objeto de um reforço de +203M€ com a reprogramação de 2012);
- Reforço das verbas alocadas aos sistemas de incentivos, com destaque neste âmbito para o SI Inovação (ver medidas de resposta às necessidades de financiamento das empresas);
- Manutenção do esforço do FEDER no apoio à I&D.

iv) Sustentar a trajetória de redução do abandono escolar precoce e de aumento da proporção de diplomados com o ensino superior

- Reforço das verbas alocadas à qualificação inicial de jovens (cerca de +170M€ no eixo 1 do POPH na reprogramação de 2011 e reprogramação apresentada em 2012);
- Reforço da aposta na requalificação da rede escolar (também como uma das medidas centrais da Iniciativa Investimento e Emprego), aos diferentes níveis de ensino, levando ao aumento das dotações programadas para esse efeito (+415M€ na reprogramação de 2011 para a modernização da rede de escolas secundárias e à afetação do FEDER ainda disponível no quadro do PO VT a estes investimentos);
- Reforço das verbas FSE alocadas indicativamente ao apoio às bolsas de estudantes no ensino superior (ver reprogramação do eixo 4 do PO PH, referida a propósito do desafio anterior);
- Reforço das verbas indicativamente alocadas aos TEIP.

v) Responder à situação desfavorável do mercado de trabalho

- Introdução de novas elegibilidades em matéria de políticas ativas de emprego, designadamente no quadro da Iniciativa para o Investimento e Emprego (em 2009, contratos emprego-inserção, programa qualificação-emprego), da medida estímulo 2012 (em 2011, medida de apoio à formação e contratação de desempregados) e da Iniciativa Impulso Jovem (reprogramação 2012, com destaque para os passaportes-emprego), sendo esta última iniciativa financiada quer pelo FSE, através do PO PH, quer nos PO FEDER;
- Reforço das verbas alocadas às medidas ativas de emprego, tendo em conta, nomeadamente, as suas novas elegibilidades (+96,5M€ para eixo 5 do POPH com a reprogramação de 2011, +56M€ para o mesmo eixo deste PO com a reprogramação de 2012 e +10M€ para o PO Madeira FSE);
- Reforço da prioridade à formação de desempregados, designadamente no quadro da reprogramação 2012.

vi) Responder ao aumento dos riscos de exclusão social

- Reforço do FSE alocado a intervenções neste domínio (+60M€ para o eixo 6 do PO PH com a reprogramação de 2011 e mais cerca de 174M€ com a reprogramação de 2012 para o mesmo eixo);
- Alargamento de elegibilidades, no quadro de tipologias de intervenção já previstas (e.g. aos TEIP) e introdução de novas elegibilidades (medidas dirigidas ao reforço da qualidade das organizações de acolhimento dos menores sujeitos a medidas de promoção e proteção, medidas de formação parental).

vii) Assegurar a consolidação dos padrões ambientais e uma maior sustentabilidade/eficiência energética

- Reforço das verbas alocadas a intervenções no domínio do ambiente (+353M€ de dotação programada para sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos, no Fundo de Coesão/PO VT, e inclusão de novas elegibilidades, com a reprogramação de 2011 e +135M€, com a reprogramação de 2012);
- Concentração no Fundo de Coesão/PO VT das intervenções neste domínio, com a reprogramação de 2011, sendo essa opção ainda reforçada com a reprogramação apresentada em 2012;
- Reforço das elegibilidades das intervenções em matéria de eficiência energética, designadamente no quadro da reabilitação urbana do edificado (elegibilidade, no âmbito do regulamento específico Reabilitação Urbana, das operações relativas à melhoria das condições de eficiência energética em habitações existentes e aos equipamentos de microprodução de energia através da utilização de fontes renováveis, da responsabilidade ou iniciativa dos proprietários de prédios urbanos, em condições específicas, e possibilidade de apoios neste domínio no quadro da implementação da Iniciativa JESSICA em Portugal).

viii) Reduzir o diferencial entre taxas de compromisso e de execução, estimulando a aceleração desta e a revogação ou revisão de compromissos com dificuldades de concretização

- Criação de uma bolsa de descativação no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas (julho de 2010);
- Criação de um mecanismo similar ao do sistema de incentivos no âmbito dos PO regionais do Continente, na sequência do segundo memorando entre o Governo e a ANMP, de fevereiro de 2011;
- Aprovação de medidas (na Resolução de Conselho de Ministros nº 33/2012, de 1 de março), que levaram à anulação de mais de 500 operações pelas AG dos PO temáticos e dos PO regionais do Continente (700 M€ de fundos);
- Criação no âmbito de cada PO regionais do Continente de uma “bolsa de mérito à execução”, acessível a Municípios das CIM com melhor capacidade de execução;
- Certificação da despesa de dez grandes projetos previamente à adoção da decisão pela CE, no montante de despesa pública de cerca de 370M€, na sequência da publicação do Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 9 de abril.

ix) Ajustamento da estrutura intra e inter PO em função da experiência de implementação

Principais ajustamentos no âmbito da reprogramação aprovada em 2011:

- Simplificação da estrutura de eixos prioritários no PO VT, com a criação do eixo prioritário Sistemas ambientais, incluindo prevenção, gestão e monitorização de riscos, cofinanciado pelo FC, com encerramento dos eixos VI, VII e VIII inicialmente estabelecidos neste PO;
- Alargamento do âmbito das elegibilidades do FC no PO VT, para incluir: i) ações inseridas no Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva que, pela sua natureza, sejam elegíveis a este fundo; ii) os projetos previstos no POVT enquadráveis no âmbito das RTE (Itinerários Principais; ferrovias; infraestruturas portuárias), com encerramento da elegibilidade em FEDER; iii) os projetos previstos no PO VT no âmbito dos sistemas ambientais (tratamento de resíduos), com encerramento da elegibilidade em FEDER; iv) operações do Ciclo Urbano da Água, com encerramento da elegibilidade relativa à vertente em baixa em FEDER nos PO regionais; v) ações materiais relativas à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, com encerramento destas elegibilidades em FEDER nos PO regionais; vi) ações relativas à gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental, reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas, otimização da gestão de resíduos, com encerramento destas elegibilidades em FEDER nos PO regionais; vii) o projeto do Metro do Porto, com encerramento desta elegibilidade no PO Norte;
- Concentração nos PO regionais do Continente dos investimentos relativos a escolas até ao 3º ciclo (incluindo requalificação da rede de escolas do 2º e 3º CEB), equipamentos desportivos e ações inovadoras de desenvolvimento urbano, com encerramento da elegibilidade no PO VT;
- Concentração no PO FC da elegibilidade das ações relativas a modernização administrativa, com encerramento desta elegibilidade nos PO regionais do Continente.

Principais ajustamentos no âmbito da reprogramação de 2012

- Introdução da elegibilidade nos PO regionais do Continente das regiões convergência de medidas de estágios e formação de vocação específica integrados no Impulso Jovem (passaportes emprego industrialização, inovação e internacionalização);
 - Concentração nos PO FEDER das elegibilidades em matéria de apoio ao empreendedorismo relativas às medidas neste domínio do Impulso Jovem, bem como ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECP);
-

- Concentração da elegibilidade do fundo JESSICA nos PO regionais do Continente, deixando essa tipologia de ser financiada no PO VT;
- Concentração da elegibilidade da formação para a inovação e gestão no PO FC e nos PO regionais do Continente das regiões convergência (de acordo com a dimensão das empresas beneficiárias), deixando essa tipologia de ser financiada no PO PH, visando o reforço da articulação entre formação e modernização do tecido produtivo, por via de uma maior integração entre os projetos de investimento e a qualificação dos respetivos trabalhadores.

ix) Ajustamento da estrutura intra e inter PO em função da experiência de implementação

- Implementação de modalidades de financiamento simplificadas no âmbito dos cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens cofinanciados pelo FSE;
- Adequação das modalidades de acesso ao financiamento às necessidades e especificidades das respetivas áreas de intervenção, bem como à conjuntura, com uma melhor programação dos concursos ou períodos de candidatura e com a passagem para o modelo de candidatura aberta, sempre que se verificou ser a forma de acesso mais adequada (e.g. nas candidaturas de iniciativa municipal);
- Introdução de outras medidas de simplificação e agilização de procedimentos de gestão, designadamente em matéria de pagamento aos beneficiários, das condições de aceitação das operações e dos processos de emissão de pareceres setoriais exigidos para a instrução das candidaturas, no quadro dos PO FEDER e FC.

Este conjunto diversificado de medidas que foram implementadas especificamente para responder aos principais desafios que se colocam ao QREN, enquadram-se nas políticas públicas adotadas nos últimos anos, sendo claro o seu contributo para as mesmas, entre as quais se destacam:

- Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), quer pelo contributo para a redução das necessidades de financiamento do OE e, como tal, para os objetivos do défice público, quer pelo esforço de mobilização mais intensa dos fundos para os respetivos objetivos de reforma estrutural, no quadro do PAEF/PNR;
- Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de Novembro), pelo contributo para a implementação do programa de reformas estruturais a concretizar no sector dos transportes e das infraestruturas, nas suas várias áreas de atuação;
- Alinhamento com as prioridades do PAEF/PNR, no domínio das iniciativas emblemáticas previstas no quadro dos objetivos, designadamente, “reforço da I&D e da inovação”, “melhor e mais educação”, “aumentar o emprego”, “combate à pobreza e às desigualdades sociais” e “clima/energia”, quer pelo alargamento de elegibilidades, quer pelo reforço de verbas alocadas a estes domínios de intervenção;
- Ajustamentos nos sistemas de incentivos às empresas, visando promover a sua eficácia e eficiência, numa conjuntura de crise, implicando alterações na respetiva regulamentação e também pela criação da bolsa de desativação, já referida;
- Aprofundamento da aposta nas vias de formação de jovens de dupla certificação (escolar e profissional), pelo contributo no reforço dos apoios à qualificação inicial de jovens;

-
- Focalização mais intensa dos apoios à formação nos desempregados, pelo reforço da prioridade à formação de desempregados e pela introdução de novas elegibilidades em matéria de políticas ativas de emprego, designadamente no quadro da Iniciativa para o Investimento e Emprego, da medida estímulo 2012 e da Iniciativa Impulso Jovem;
 - Reforço da comparticipação dos fundos (em especial do FSE) no apoio a outras medidas ativas de emprego (estágios profissionais, criação de emprego, etc.), que sofreram em regra também alterações na respetiva regulamentação ao longo deste período, em particular as medidas de apoio à realização de estágios;
 - Iniciativa Impulso Jovem, pelo contributo nos apoios a estágios profissionais, à contratação, ao empreendedorismo e ao investimento, em resposta ao agravamento da situação do desemprego jovem em Portugal, tendo em vista a sua integração no mercado de trabalho;
 - Articulação com a Estratégia para a Proteção Social e Inclusão Social, em linha com a Estratégia Europa 2020, pelo contributo dado com o reforço do FSE alocado a intervenções neste domínio;
 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEASAR II);
 - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);
 - Reforço nos apoios ao Empreendimento dos Fins Múltiplos do Alqueva;
 - Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015;
 - Política de cidades, incluindo nesse contexto a implementação da Iniciativa JESSICA, pelo contributo na possibilidade de apoios neste domínio;
 - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, pelo contributo no âmbito do reforço das elegibilidades das intervenções em matéria de eficiência energética;
 - Iniciativas desenvolvidas para promover a execução dos investimentos de iniciativa municipal no quadro dos dois memorandos assinados entre o governo português e a ANMP (e.g. anulação de projetos sem capacidade de execução, criação da bolsa de mérito, adequação das modalidades de acesso ao financiamento);
 - Alteração do modelo de financiamento dos cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens, para entidades privadas, pelo contributo da implementação de modalidades de financiamento simplificadas no âmbito dos cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens cofinanciados pelo FSE.

3.2 O QREN e o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) de Portugal

O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro que enquadra o empréstimo internacional contraído pelo Estado português (PAEF), decorrente da Decisão do Conselho 2011/344/UE, de 17 de maio de 2011, representa um desafio ainda mais exigente para a implementação do QREN, tendo, por exemplo, sido devidamente ponderado na proposta de reprogramação submetida à CE em julho de 2012. O Memorando de Entendimento que acompanha aquela decisão, assinado na mesma data, e os apêndices subsequentes, estabelecem as condicionalidades de política económica a que a assistência financeira está subordinada, incorporando assim um vasto conjunto de reformas que se encontram em curso e que estão fortemente alinhadas com os objetivos da Estratégia Europa 2020. É neste contexto que, quer a recomendação do Conselho Europeu a Portugal relativamente ao Programa

Nacional de Reformas de 2011 (Recomendação do Conselho 2011/C 216/01, de 12 de julho), quer a proposta de recomendação recentemente apresentada pela CE ao Conselho em relação ao PNR de 2012 e à emissão de um parecer sobre o Programa de Estabilidade para o período 2012-2016 (COM(2012) 324, de 30 de Maio), incitam Portugal a “aplicar as medidas tal como estabelecidas na Decisão de Execução 2011/344/UE e detalhadas no Memorando de Entendimento de 17 maio de 2011 e nos seus apêndices subsequentes”.

As áreas de prioridade do QREN – promoção da competitividade da economia portuguesa baseada no triângulo virtuoso internacionalização, inovação e *clusterização*; superação do persistente *gap* de qualificações da população portuguesa; promoção de maior coesão territorial e de padrões mais exigentes na área ambiental – apresentam e continuarão a apresentar, sem prejuízo das alterações determinadas pelas medidas previstas no Memorando de Entendimento, uma correspondência elevada e crescente com o desígnio da estratégia europeia, visando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Não obstante este alinhamento estratégico, as necessidades de ajustamento macroeconómico e orçamental decorrentes do PAEF, bem como o PNR e as respetivas metas de desenvolvimento definidas por Portugal, recomendam a intensificação das apostas em alguns domínios-chave (e.g. reforço do ajustamento do tecido produtivo, reforço das respostas ao desemprego e reponderação dos investimentos públicos), em linha com as conclusões do Conselho (designadamente as que decorrem do Conselho Europeu de 2 de março de 2012) e as orientações da CE acima referidas.

Assim, a recente proposta de reprogramação do QREN procura conciliar a prossecução das seguintes orientações, estabelecidas pela Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários³⁸: i) contribuir para a consolidação das contas públicas, por via da maximização da componente comunitária de financiamento das operações do QREN, tendo em consideração os montantes financeiros não comprometidos e os montantes financeiros descomprometidos designadamente na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 1 de março; ii) estimular a produção de bens e serviços transacionáveis e as condições gerais de financiamento das empresas, nomeadamente das que contribuam para a melhoria da balança externa; iii) reforçar os apoios à formação de capital humano, designadamente nas áreas da educação, ciência e da formação profissional certificada; e iv) promover ações de apoio e valorização de jovens à procura de emprego e de desempregados.

³⁸ Comissão criada através do Decreto-Lei nº 99/2012, de 7 de maio, para vigorar durante a vigência do PAEF a Portugal.

4 CONCLUSÕES GERAIS

O QREN num contexto de crise

A aplicação dos fundos da Política de Coesão em Portugal no período 2007-2013 fica marcada, de forma indelével, por um contexto socioeconómico muito desfavorável, bem distinto do cenário previsto na fase de conceção do QREN. O cenário macroeconómico então antecipado previa um crescimento real médio do PIB de 2,1% no período 2007-2013, o que compara com uma variação real média do PIB de, pelo menos, -0,9% para o mesmo período. A implementação do QREN tem decorrido, assim, num contexto particularmente difícil, resultante de uma crise sem precedentes nas últimas décadas, que se irá prolongar até ao final do período de programação.

A desaceleração da economia internacional (em particular na zona euro), a prossecução de uma política orçamental fortemente restritiva e as sérias restrições ao financiamento das empresas e dos particulares, concorreram para a contração económica registada em Portugal em 2011 e 2012, depois de uma ligeira recuperação em 2010. Esta contração económica levou a uma acelerada deterioração da situação do mercado de trabalho: no espaço de três anos, verificou-se uma destruição líquida de 360 mil postos de trabalho (62% dos quais ocupados por homens), tendo o desemprego atingido valores historicamente elevados, prevendo-se um novo aumento em 2013.

Esta conjuntura desfavorável tem impactos assimétricos, sob diversos pontos de vista:

- i) do ponto de vista setorial, atingindo fortemente os sectores mais dependentes da procura interna (pública e/ou privada), com destaque para a construção, para o (pequeno) comércio e alguns setores dos serviços, para além dos efeitos na administração pública, central e local, por via das severas restrições orçamentais impostas tendo em vista assegurar a sustentabilidade das finanças públicas;
- ii) do ponto de vista das pessoas, constatando-se, com base nos dados sobre a evolução do desemprego, que o aumento do desemprego afetou mais os jovens (incluindo jovens com qualificações elevadas), os homens e segmentos mais idosos e pouco qualificados, sendo que este último grupo terá dificuldades acrescidas em retornar ao mercado de trabalho, mesmo num contexto de retoma, agravando assim os riscos de exclusão social;
- iii) e do ponto de vista territorial, afetando de forma particularmente intensa regiões como o Algarve, a R. A. Madeira e Lisboa, precisamente as regiões que não são objetivo Convergência ou que se inserem nos regimes de transição (*phasing in* ou *phasing out*), no quadro da aplicação dos fundos da Política de Coesão no atual período de programação.

As respostas do QREN – principais resultados

A conjuntura vivida veio reforçar a necessidade de focar os fundos nos principais estrangimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável do país, identificados como grandes prioridades de intervenção dos fundos no QREN, sobretudo em dois domínios: o da promoção da competitividade e o desenvolvimento do potencial humano. Esta foi uma das conclusões nucleares da avaliação global da implementação do QREN, tendo sido validada por outros estudos entretanto desenvolvidos, focados em áreas específicas de intervenção do QREN.

Ainda assim, a conjuntura desfavorável conduziu à necessidade de introduzir ajustamentos na gestão dos fundos, tanto ao nível estratégico como operacional. No plano estratégico, procurou-se reforçar o alinhamento entre objetivos de política estruturais e conjunturais, visando designadamente assegurar os princípios de concentração e seletividade das intervenções. A deterioração da conjuntura e as crescentes restrições financeiras conduziram também à reponderação de alguns grandes projetos de investimento público.

A procura dos instrumentos de política financiados pelo QREN não diminuiu com a crise e reflete-se, nomeadamente, nos elevados níveis de compromisso, nalguns casos já superiores ao total de fundos disponíveis. Este elevado nível de compromissos assumidos até ao final de 2011 concentra-se, em primeiro lugar, na agenda Potencial Humano, com 40,3% dos fundos aprovados. Desta forma, a orientação estratégica definida para a Política de Coesão relacionada com a Estratégia Europeia do Emprego é aquela onde o montante de fundo aprovado era mais elevado (7,4 mil M€) no final de 2011. O peso da agenda do Potencial Humano é ainda maior em termos de execução financeira: 57% do total dos fundos QREN executados concentra-se nesta agenda. Mais de 4,4 milhões de indivíduos foram abrangidos nas ações cofinanciadas pelo FSE (46% homens e 54% mulheres), demonstrando o contributo deste fundo para a concretização do objetivo principal desta agenda – aumentar as qualificações dos residentes, atendendo aos seus baixos níveis em comparação com a generalidade dos países da UE, centrando a aposta em estratégias de educação e formação.

Esta aposta estratégica está a produzir resultados, sobretudo no domínio da qualificação inicial dos jovens. As avaliações concluídas fazem uma apreciação positiva do contributo das principais intervenções neste domínio (com particular relevância os investimentos realizados na formação de dupla certificação dos jovens), nomeadamente para a redução do nível de abandono escolar precoce, e, conseqüentemente, para o aumento dos níveis de qualificação inicial dos jovens. Com efeito, a evolução positiva da taxa de abandono escolar precoce nos últimos anos (de 36% em 2007 para 23% em 2011) é, em larga medida, reflexo das intervenções cofinanciadas.

Relativamente aos resultados das intervenções cofinanciadas ao nível da qualificação de adultos, os efeitos do investimento efetuado são expressivos a partir de 2008 (a taxa de escolaridade de nível secundário subiu de 27% em 2007, para 35% em 2011). Não obstante, o ritmo de recuperação dos níveis de qualificação dos adultos é ainda insuficiente, mantendo-se uma forte disparidade entre a realidade portuguesa e a média europeia (73% em 2011). Em termos de impacto das intervenções, as modalidades formativas dirigidas a adultos revelam efeitos positivos na probabilidade de encontrar emprego e na evolução das remunerações. Tais efeitos não parecem ser, contudo, significativos no caso dos indivíduos abrangidos por processos de reconhecimento e certificação de competências, o que contraria resultados positivos que se observam, por exemplo, no aumento da literacia (capacidade de aprender a aprender, conhecimentos em TIC) e no envolvimento dos descendentes nos processos de qualificação.

No quadro da agenda Potencial Humano e das orientações estratégicas comunitárias correspondentes, sublinhe-se ainda o papel crescente dos fundos na resposta à situação no mercado de trabalho. O peso dos desempregados abrangidos no total de beneficiários das intervenções apoiadas aumentou ao longo da implementação do QREN, o que expressa a necessidade de responder aos efeitos negativos da crise no mercado de trabalho e a pressão para a rápida execução de boa parte das intervenções neste domínio.

Os restantes 60% dos fundos aprovados até ao final de 2011 estão repartidos com valores muito próximos pelas outras duas agendas temáticas em que se estruturou o QREN: 29,4% na agenda Fatores de Competitividade e 30,3% na agenda Valorização do Território. Estas agendas têm correspondência, em termos globais, com a

orientação estratégica comunitária relativa a “Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento” (que atinge 5 mil M€ de fundo aprovado) e com a orientação estratégica relativa ao “Aumento da atratividade das regiões” (com 4,9 mil M€ de fundo aprovado).

No plano da execução, até ao final de 2011, estas duas agendas assumem um peso mais limitado no conjunto dos fundos do QREN (20% no que respeita à agenda Fatores de Competitividade e 23% na agenda da Valorização do Território) face aos valores relativos às aprovações. De facto, em algumas das áreas de intervenção destas agendas o diferencial entre o compromisso e a execução permanece elevado, apesar das medidas que foram sendo tomadas.

Na agenda Fatores de Competitividade a grande maioria das operações, bem como o fundo comprometido e executado, concentra-se no domínio dos apoios à inovação e qualificação das empresas, seja através dos sistemas de incentivos (6 525 operações aprovadas, com um FEDER de 3 mil M€, e uma execução do fundo de 1,1 mil M€, ou seja, 67% da agenda), seja através do apoio a linhas de crédito direcionadas para as PME (com 9% do fundo executado). Neste contexto, 7 322 empresas celebraram contratos no âmbito dos sistemas de incentivos até final de 2011, para a realização de investimentos no valor de 8,7 mil M€, sendo que 70% do total das empresas apoiadas são micro e pequenas empresas, abrangendo 38% do incentivo concedido. A este valor acrescentam as 4 476 empresas apoiadas no âmbito dos instrumentos de engenharia financeira, em particular das linhas de crédito criadas com o apoio do QREN, visando atenuar as dificuldades de acesso ao crédito.

Este conjunto de apoios, em particular os concedidos através dos sistemas de incentivos, tem conseguido manter uma focalização acentuada no quadro das reprogramações realizadas. A análise da distribuição sectorial do fundo aprovado nos sistemas de incentivos sugere que estes estão a contribuir para uma alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, reforçando o peso dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis (com destaque para a indústria transformadora) e estimulando atividades que geram um nível significativo de valor acrescentado nacional (ou seja, líquido de conteúdo importado) através das exportações. As intervenções no quadro das ações coletivas tem também contribuído para reforçar esta orientação, focando-se estas maioritariamente na promoção das exportações e no estímulo à projeção internacional das empresas.

No âmbito desta agenda destacam-se ainda os apoios à I&D. Incluem-se aqui, nomeadamente: o sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), o sistema de apoios a projetos de entidades do sistema científico e tecnológico nacional, os apoios a projetos de promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento e os apoios à formação avançada e ao desenvolvimento de serviços, equipamentos e infraestruturas de suporte. O peso das intervenções dirigidas à promoção da I&D assumem um peso no atual período de programação dos fundos estruturais sem precedentes em ciclos anteriores.

Os fundos estruturais canalizados para cofinanciar atividades de I&DT têm, assim, dado um contributo decisivo para o bom desempenho de Portugal em vários dos indicadores relevantes (como sejam a formação de novos doutorados, as publicações científicas internacionais, o registo de patentes por universidades, a colaboração entre PME inovadoras ou a despesa pública em I&D), bem como para o ritmo assinalável de recuperação noutros indicadores onde o desempenho português está ainda longe da média da UE (como sejam as despesas em I&D realizada nas empresas ou o registo de patentes triádicas).

A agenda Valorização do Território, que por sua vez se articula com a orientação estratégica para a Política de Coesão relativa a “tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e trabalhar”, regista uma

dispersão dos fundos por um maior número de grandes áreas de intervenção. Em termos de execução, destaca-se o domínio das acessibilidades e mobilidade (com 33% de fundo executado), devido, em larga medida, à execução de investimentos financiados pelo FC na ferrovia e pelo FEDER na mobilidade territorial, seguindo-se a proteção e valorização do ambiente (com 20%) – onde assumem especial relevância as intervenções relativas ao ciclo urbano da água – os equipamentos para a coesão (com 19%) e a Política de Cidades (13%).

Os recursos destinados à área da energia, bem como os respetivos níveis de aprovação e execução, são reduzidos. Este facto decorre, em larga medida, da opção do Estado português de financiar as iniciativas com maior impacto na promoção das energias renováveis através de outras fontes (nomeadamente, por via da regulação das tarifas associada à produção de energia a partir de fontes renováveis). Neste contexto, o QREN tem sobretudo apoiado projetos no domínio da eficiência energética nas empresas e nos serviços do Estado, domínios que assumirão maior relevância no futuro.

No domínio das infraestruturas de transportes, o QREN apresentava inicialmente duas prioridades centrais de intervenção: i) um conjunto de intervenções destinadas a melhorar a conectividade externa do país, permitindo a sua integração nas principais rotas de transporte de mercadorias e passageiros e a melhoria das ligações nacionais às redes transeuropeias de transporte (RTE-T); ii) um conjunto de intervenções dirigidas aos sistemas de transporte de âmbito regional, metropolitano e urbano. A prossecução da primeira prioridade viu-se seriamente condicionada pelo contexto financeiro e orçamental adverso, que obrigou a repensar opções centrais de investimento neste domínio, levando à suspensão ou adiamento de grandes projetos de conectividade externa do país, como sejam o Novo Aeroporto de Lisboa, a conclusão de Itinerários Principais, ou a integração na rede transeuropeia de Alta Velocidade ferroviária. Em relação à segunda prioridade, o QREN concentrou a sua intervenção no fecho de malhas rodoviárias e na melhoria das condições de circulação e segurança em áreas fortemente congestionadas.

No domínio da proteção e valorização ambiental, o contributo do QREN concentrou-se, sobretudo, no financiamento de intervenções de abastecimento e saneamento de águas (mais de 950 M€ em fundo aprovado), tendo em vista alcançar as metas previstas no PEASAR II em matéria de taxas de cobertura da população pelos sistemas de abastecimento de água (95%) e pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (90%), que respeitam, por sua vez, as metas europeias definidas neste domínio. A distribuição regional das operações aprovadas neste âmbito revela que aquelas se concentram nos territórios que apresentam menores índices de cobertura. Contudo, os atrasos registados na execução destes investimentos (22% do total aprovado), fruto dos constrangimentos orçamentais vividos e dos longos ciclos de execução deste tipo de projetos, suscitam dúvidas quanto à capacidade para se atingir todas as metas inicialmente definidas no QREN.

Em relação a outros domínios relevantes nesta agenda, assinalam-se os seus contributos para a requalificação dos espaços urbanos e para a melhoria sustentável da cobertura do território com equipamentos que asseguram adequados níveis de acesso a serviços básicos. O contributo efetivo das intervenções apoiadas nestes domínios é objeto de estudos de avaliação, atualmente em curso.

A implementação do QREN permitiu a concretização de um conjunto diversificado de instrumentos visando reforçar os mecanismos de integração territorial ou sectorial das políticas cofinanciadas em alguns domínios-chave de intervenção. Tais mecanismos visavam aumentar a coerência e pertinências das intervenções, promovendo sinergias entre diferentes prioridades de intervenção definidas, designadamente no quadro das EEC (Polos de

Competitividade e Tecnologias e Outros *Clusters*, PROVERE e Política de Cidades). Exemplos de boas práticas no que respeita à concertação entre atores para uma mais eficaz intervenção pública, que importa valorizar para o futuro, coexistem com a persistência de dificuldades de integração territorial e de coerência em intervenções cofinanciadas.

As lições da experiência – condições-chave para uma aplicação mais eficaz dos fundos comunitários

O balanço global do QREN, desenvolvido a partir dos principais resultados observados ou estimados até à data, permite destacar um conjunto de conclusões, cuja ponderação pode ser relevante tanto para uma boa execução dos programas operacionais 2007-2013 nesta fase final do atual período de programação, como para a preparação do próximo ciclo 2014-2020.

Essas conclusões são de seguida apresentadas, sob a forma de condições chave de sucesso.

1. Coerência e continuidade nos objetivos estratégicos de médio prazo

A coerência das opções estratégicas que configuram as políticas públicas cofinanciadas constitui um fator-chave para a otimização na utilização dos recursos de investimento disponíveis. Essa coerência é dada, por um lado, pela sua adequação às necessidades de desenvolvimento do país e das suas regiões, e, por outro, pela robustez das respostas na produção dos feitos desejados, características de um processo de programação tecnicamente rigoroso e participado, que é indissociável da persistência de políticas, muitas vezes atravessando diferentes ciclos políticos, o que contribui para que possam produzir os resultados esperados.

Não é demais sublinhar a relevância da coerência entre as opções associadas à aplicação dos fundos e os objetivos definidos nos principais documentos de programação estratégica do país e da EU, com destaque no momento atual, para a Estratégia Europa 2020 e, no plano nacional, para o PNR, o PAEF e os instrumentos de programação orçamental plurianual. Neste sentido, a resposta que o país tem de assegurar em matéria de cumprimento de algumas das condicionalidades *ex ante* que estão previstas nas propostas regulamentares para o próximo período de programação (e.g. a apresentação de planos estratégicos temáticos) é uma oportunidade para reforçar a coerência das políticas a financiar.

2. Compromisso político na concentração nas prioridades definidas

A adequada focalização da intervenção dos fundos nas prioridades definidas é um requisito indispensável à produção de resultados com a necessária expressão nos domínios considerados críticos para o desenvolvimento do país.

Num contexto de forte restrição orçamental e de acrescida pressão sobre os instrumentos cofinanciados, a preservação desta condição assume uma particular acuidade, domínio em que a dimensão da esfera política tem que ser devidamente valorizada.

3. Escrutínio rigoroso sobre a fundamentação das intervenções financiadas e avaliação de resultados

O debate sobre as principais opções para o desenvolvimento económico, social e ambiental é um processo que, quando devidamente fundamentado no plano técnico, o qualifica e tendencialmente introduz uma racionalidade acrescida no processo de decisão. Nesse sentido, os estudos de avaliação conduzidos com rigor e transparência em

todas as fases do ciclo das intervenções, da análise da sua racionalidade à produção de informação sobre os seus resultados, constituem um instrumento muito importante para a promoção de um escrutínio permanente sobre a mais valia económica das intervenções e dos projetos em concreto.

4. Valorização de estratégias integradas na resposta a problemas multidimensionais

Muitos dos principais desafios com que a economia e a sociedade se confrontam carecem de respostas que não se circunscrevem às áreas de atuação de um ministério ou de um nível de administração. A promoção da inovação e da valorização económica do conhecimento, a salvaguarda da coesão social, os ganhos de eficiência energética ou o combate ao abandono escolar, apenas para referir alguns dos temas prioritários da EU2020, não são objetivos exclusivamente setoriais. A obtenção de resultados em qualquer destas áreas pressupõe a definição de intervenções integradas de espectro muito alargado.

Apesar de algumas experiências positivas no âmbito do atual período de programação, persistem dificuldades na exploração mais intensa da integração das respostas, tanto entre setores como entre níveis de intervenção territorial. O leque diversificado de instrumentos previstos na proposta de regulamentos comunitários para o próximo período de programação visa estimular esta lógica integrada de intervenção, podendo incluir intervenções cruzadas de todos os fundos comunitários. Importa ponderar e preparar adequadamente as soluções neste domínio, mobilizando-as na medida em que deem garantias na implementação das políticas públicas cofinanciadas, dando especial atenção aos mecanismos de governança (entidades responsáveis pela coordenação e gestão, regras de contratualização baseadas em resultados, etc.) que assegurem ganhos efetivos de eficiência.

5. Flexibilidade da programação operacional face à evolução da conjuntura económica e social

A coerência e a persistência nas opções estratégicas não se confundem com rigidez na operacionalização. A experiência do atual QREN demonstrou que é possível preservar o essencial das opções tomadas na programação, promovendo ajustamentos ao longo da fase de implementação que se considerem adequados, seja na perspetiva de uma melhor adequação às alterações conjunturais de contexto, seja na perspetiva de correções de trajetória estimuladas pela apreciação de resultados a meio percurso ou opções de natureza política.

A programação dos fundos, tendo em consideração a sua dimensão temporal para um período de sete anos, não pode deixar de incorporar os elementos de flexibilidade que potenciem esta capacidade de ajustamento.

6. Eficácia das regras para aferição da mais-valia económica e da sustentabilidade financeira dos projetos e maior integração dos recursos comunitários no processo orçamental

O reforço dos critérios operacionais para aferição da mais-valia económica, social ou ambiental dos projetos cofinanciados, juntamente com a operacionalização de novos mecanismos de aferição dos encargos futuros para os orçamentos públicos, constituem requisitos a que a nova geração de intervenções comunitárias deverá responder.

A disciplina orçamental a que as administrações pública estão sujeitas impõe a ponderação de novas formas de articulação entre os processos de gestão das intervenções cofinanciadas e a gestão orçamental nacional, fomentando as perspetivas integradas na utilização de recursos públicos.

7. Equilíbrio entre a desburocratização e a procura de simplificação com a garantia de segurança e transparência na gestão de recursos públicos

Apesar dos esforços continuamente empreendidos tendo em vista tornar o sistema de acesso, gestão, acompanhamento e controlo dos fundos mais amigável para todos os atores envolvidos, com particular destaque para os seus beneficiários, é reconhecido que novos e decididos passos têm de ser dados neste domínio. A aplicação mais generalizada de modalidades de financiamento simplificadas hoje permitidas pela regulamentação comunitária – e que permanecem nas propostas de regulamentos para o futuro período de programação – constitui uma área-chave onde se podem registar avanços mais significativos, podendo ainda abrir espaço para uma maior focalização de todos os atores envolvidos na prossecução dos resultados pretendidos.

Esses esforços deverão, contudo, ser plenamente compatibilizados com as necessidades de garantir uma correta e segura utilização destes recursos, que tem sido uma característica essencial da experiência portuguesa nos últimos ciclos de programação.

ANEXOS

Anexo I: Boas práticas

Anexo I.1: Crescimento inteligente

1.1 PO PH: Escola Profissional de Vouzela – Cursos Profissionais

Região	Centro	
Operação/ medida/política	Programa: PO PH – Programa Operacional Potencial Humano Eixo: 1 – Qualificação Inicial Tipologia: 1.2 – Cursos Profissionais Designação da Operação: Escola Profissional de Vouzela, Cursos Profissionais	
Duração	3 anos (duração dos cursos)	
Objetivo	Convergência	
Financiamento	Aprovado Custo total: €1.011.915 Custo total elegível: €1.011.915 Financiamento comunitário FSE: €706.411 Financiamento nacional público: €302.751 Contribuição privada: €2.746	Financiamento
Contactos	Responsável pelo projeto: Suzana de Almeida Martins Organização: Escola Profissional de Vouzela Morada: Rua António Sérgio, 3670-242 Vouzela Email: dfinanceira@epvouzela.pt Internet: www.epvouzela.pt	
Operação/ descrição da política	<p>A modalidade de educação de nível secundário desenvolvida pela intervenção caracteriza-se por um ensino prático que recorre à formação em contexto real e simulado de trabalho, aliando a teoria à vertente técnico-prática. Esta modalidade confere um diploma de ensino secundário e uma qualificação de nível IV.</p> <p>A intervenção tem como objetivos gerais: contribuir para o desenvolvimento e incremento da qualificação dos jovens (incluindo aqueles com carências sociais e económicas e com dificuldades de acesso à formação) proporcionando-lhes o acesso ao ensino e formação profissional em áreas previamente diagnosticadas como sendo as de melhor empregabilidade na região onde a entidade se encontra inserida. Para isso, a Escola estabelece uma rede de parcerias/protocolos de colaboração com um vasto conjunto de empresas, visando a Formação em Contexto Trabalho dos seus alunos e posteriormente a sua integração profissional.</p> <p>Como objetivos específicos a intervenção pretende: formar jovens empreendedores, capazes de criar o seu próprio negócio/posto de trabalho; formar para o desenvolvimento de competências individuais dos jovens, tornando-os adultos responsáveis e confiantes.</p> <p>As atividades desenvolvidas centraram-se na realização de cursos de: Técnico de Restauração (3 turmas); Técnico de Manutenção Industrial (3 turmas); Técnico de Mecatrónica (2 turmas).</p> <p>Como resultados assinalam-se: taxas de conclusão de 100% e taxas de empregabilidade que rondam os 100% nos últimos dois anos. Relativamente à avaliação da componente prática em contexto de trabalho (estágio) e refletindo a opinião das empresas, a maioria dos alunos apresenta no seu estágio uma postura muito positiva e ativa, com bons alicerces ao nível da formação tecnológica, que se reflete nas atividades desenvolvidas ao longo do estágio. São alunos referenciados como bons profissionais, cumpridores e respeitadores, que desempenham com zelo as tarefas designadas. Um dos indicadores é a nota final do estágio, que se evidencia ao nível do “Muito Bom” e “Excelente”.</p>	
Contexto estratégico	A intervenção procura encontrar formas de ajustamento entre as necessidade do mercado de trabalho e a qualificação profissional de jovens contribuindo igualmente para a diminuição do abandono escolar precoce e o aumento da qualificação dos portugueses, definido o nível do secundário como patamar mínimo de qualificação. Outra das preocupação inerentes ao presente estudo é a diminuição do desemprego jovem.	

	<p>Por outro lado, tem sido uma prioridade proporcionar uma igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e formação, dando especial atenção aos jovens desfavorecidos socialmente (isolados em lugares e frequentemente sem acesso a um transporte público), permitindo-lhes obter uma qualificação profissional e uma mudança no estilo de vida.</p>
Operação/ conceção da política/ implementação	<p>Como estratégia de implementação, a Escola aprofunda a cooperação e estabelece parcerias com as entidades com quem trabalha frequentemente: Centro de Emprego local, empresas da região, serviços de ação social do município, assistentes sociais da região, escolas, serviços de psicologia e orientação escolar, conselhos pedagógico e consultivo, e afere assim quais as necessidades em termos de formação para o crescimento económico da região. Ao longo dos anos fez investimentos em recursos físicos e humanos nas áreas diagnosticadas e em cada ano dá resposta a essas necessidades. Do diagnóstico conclui-se que, atualmente, as áreas prioritárias para a região são as de mecânica, eletricidade/eletrónica e da restauração.</p> <p>A Direção técnico-pedagógica da entidade tem sob controlo a situação de cada aluno, nomeadamente, sobre a existência de dificuldades na aprendizagem ou outras que dificultam o sucesso escolar. Procura junto dos professores encontrar formas de superar as situações. Diligência junto dos alunos e dos respetivos encarregados de educação, para um maior esforço e empenhamento, que possibilite a necessária recuperação. A psicóloga da escola participa nas reuniões dos conselhos de turma, analisa os elementos, faz o diagnóstico da situação, aconselha procedimentos e intervém junto dos formandos.</p> <p>Para os alunos com mais dificuldades são realizados planos de apoio; para alguns módulos em atraso são definidas épocas de exame; para os alunos com faltas é elaborado um plano de com soluções de recuperação dos conteúdos programáticos ação (e.g. aulas de compensação, trabalhos individuais e/ou de grupo), garantindo-se a cada aluno a conclusão do plano de formação.</p> <p>A Escola procura minimizar algumas causas dos problemas dos alunos recorrendo a parceiros sociais e a sessões de esclarecimento.</p> <p>No final de cada letivo, a escola realiza a avaliação do processo de formação para cada uma das turmas e níveis de ensino, a qual permite que se ponderem os aspetos mais conseguidos e a melhorar.</p> <p>A Escola participa no Projeto “Empreendedorismo nas Escolas”, que tem como objetivo a promoção do empreendedorismo na Região Dão Lafões e a criação de uma rede regional de empreendedorismo. A avaliação do projeto foi bastante positiva ao nível do enriquecimento pessoal e profissional dos alunos, permitindo abrir horizontes.</p> <p>Tem-se conseguido, assim, desenvolver estratégias diversificadas de aprendizagem que maximizam o sucesso visando preparar os alunos para uma boa integração na vida ativa.</p>

1.2 PO FC: IMPETUS – SI I&DT e SI Inovação

Região	Norte
Operação/ medida/política	<p>Programa: COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade</p> <p>Eixo: “1 – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico” e “2 –Inovação e Renovação do Modelo empresarial e do Padrão de Especialização”</p> <p>Tipologia: “Incentivos à I&DT” e “Incentivos à Inovação”</p> <p>Designação da Operação: “Desenvolvimento de um portfólio de artigos multifuncionais personalizados para a área da proteção” e “Protechdry um estímulo à inovação”</p>
Duração	Dezembro de 2010 a Dezembro de 2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	<p>Aprovado</p> <p>Custo total: €5.430.583</p> <p>Custo total elegível: €4.806.299</p> <p>Financiamento comunitário FEDER: €1.363.188 Financiamento nacional público: na</p> <p>Contribuição privada: €3.443.110</p>
Contactos	<p>Nome: Luísa Lopes</p> <p>Organização: Impetus Portugal Têxteis SA</p> <p>Morada: Estrada da Praia, 1755 4740-696 Barqueiros Barcelos</p> <p>Email: geral@impetus.pt</p> <p>Internet: www.impetusunderwear.com</p>
Operação/ descrição da política	<p>O projeto tem por objetivo desenvolver um portfólio de produtos multifuncionais e personalizados para aplicação na área da proteção. A tecnologia de produção têxtil de malhas de trama será utilizada na produção de vários artigos de proteção adequados às necessidades específicas de diferentes situações de risco. Dependendo do tipo de aplicação e das situações de risco associadas, serão utilizados materiais que incorporam as funcionalidades a integrar nos artigos de proteção, tais como, proteção contra o calor</p>

	<p>e a chama, proteção contra o corte e a perfuração e proteção contra micro-organismos.</p> <p>O projeto abarca duas vertentes: a proteção personalizada individualizada para o utilizador comum e a proteção personalizada para diferentes grupos profissionais. Abrangendo o desenvolvimento de produtos de proteção nas seguintes subáreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – proteção contra microrganismos (evitar infeções, irritações cutâneas, micoses, entre outras); – proteção térmica (calor): proteção contra UV, individualizada e para grupos de profissionais como, polícia, carteiros, desportistas outdoor, profissionais da construção civil, militar, etc.; – proteção térmica (frio): individualizada e para grupos de profissionais como, polícia, carteiros, desportistas outdoor, profissionais da construção civil, militares etc.; – proteção mecânica: contra o corte, rasgo, impacto e perfuração. <p>As peças produzidas apresentam um conteúdo técnico e tecnológico extremamente inovador, indo ao encontro das necessidades do público-alvo a que se destinam.</p> <p>Em termos de resultados, o projeto encontra-se terminado, o produto final está patenteado e em comercialização. Tratou-se de um projeto individual de SIDT com recurso à contratação de serviços da Universidade do Minho. Este projeto está intimamente ligado com o projeto de inovação que está a decorrer, que envolveu até ao momento prospeção de mercado para o novo produto, a participação em feiras e a adequação da capacidade produtiva.</p>
Contexto Estratégico	<p>A Inovação e o I&DT são fatores chave nas economias modernas e, consequentemente, nos sectores têxtil e do vestuário (STV) nacionais.</p> <p>Neste contexto importa salientar a aposta do país na I&D e na melhoria da performance do país em matéria de inovação produtiva, em particular em bens transacionáveis.</p>
Operação/ conceção da política/ implementação	<p>A Impetus desenvolveu este projeto no âmbito dos dois Sistemas de Incentivos para: apoio ao desenvolvimento de novos produtos de base empresarial, com forte conteúdo inovador e competitivos a nível internacional; estímulo ao reforço das despesas empresariais em atividades de I&DT; apoio à produção de novos produtos tendo por base o desenvolvimento com sucesso de projetos de I&DT. Considera-se potenciadora dos resultados do projeto esta prática de utilização, em complementaridade dos dois sistemas de incentivos.</p>

1.3 PO Centro: ISQ Centro – Castelo Branco (SAECTN)

Região	Centro
Operação/ medida/política	<p>Programa: Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro</p> <p>Eixo: 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p>Tipologia: Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas</p> <p>Designação da Operação: ISQ Centro –Castelo Branco (ID nº 36102)</p>
Duração	20 de Julho de 2009 a 30 de Setembro de 2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	<p>Aprovado</p> <p>Custo total: €1.816.831</p> <p>Custo total elegível: €1.816.831</p> <p>Financiamento comunitário FEDER: €1.271.782</p> <p>Financiamento nacional público: €1.271.782</p> <p>Contribuição privada: €545.049</p>
Contactos	<p>Responsável pelo projeto: Francisco José Frazão Alves Guerreiro</p> <p>Organização: ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade (Delegação de Castelo Branco)</p> <p>Morada: Zona Industrial de Castelo Branco – Apartado 1112 – 6000-997 Castelo Branco</p> <p>Email: fjGuerreiro@isq.pt</p> <p>Internet: www.isq.pt</p>
Operação/ descrição da política	<p>O projeto ISQ Centro tem por objetivo a implementação, na delegação de Castelo Branco, de um sistema integrado de execução de ensaios de vida acelerada, efetuados nas fases finais de desenvolvimento de um produto de forma a avaliar a sua performance e robustez.</p> <p>São objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – desenvolver um sistema integrado de realização de ensaios de vida acelerada, com a aquisição em simultâneo de variáveis pertinentes aos ensaios; – criar um centro de competências na área dos ensaios em componentes, sendo uma alavanca decisiva na fixação de empresas nacionais e multinacionais do ramo automóvel, aeroespacial e eletrónica, dado que atrairá centros de desenvolvimento de produtos e não apenas a sua fabricação; – contribuir para uma melhoria dos produtos e processos aplicáveis às empresas com atividade na área

	<p>de componentes, em particular na indústria automóvel.</p> <p>Os investimentos previstos no projeto visam, precisamente, o reforço e alargamento da capacidade instalada ao nível da inspeção e desenvolvimento que permitam a caracterização termodinâmica de materiais em condições extremas de temperatura (-100°C a + 1.200°C) e em condições de vácuo até pressão atmosférica. Outra das áreas abrangidas pelo projeto foi o estudo do comportamento de materiais com utilização de <i>shaker</i> de elevada performance, através da análise de vibrações, análises convencionais e, principalmente, a muito recente tecnologia de análise modal operacional, cada mais solicitada por indústrias de ponta, nomeadamente a aeroespacial.</p> <p>Em termos operacionais, o projeto está fundamentalmente centrado no apetrechamento tecnológico do LABET – Laboratório de Ensaios Termodinâmicos, atualmente assumido como uma unidade de excelência na estratégia de expansão do ISQ. Considerado como um dos laboratórios mais avançados da Europa, o LABET foi o primeiro laboratório mundial a desenvolver testes ao revestimento térmico do vaivém espacial que está a ser construído pela ESA – Agência Espacial Europeia. Os testes realizados envolveram a simulação de 50 lançamentos da nave para o espaço e 50 reentradas na atmosfera, estando prevista, ainda para este ano, a realização de novos testes desta vez ao nariz da nave.</p> <p>Como resultados deste projeto, é de salientar a consolidação do ISQ, enquanto parceiro estratégico da ESA, em programas de desenvolvimento de veículos para a área espacial, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> Programa Intermediate eXperimental Vehicle, orientado para a conceção de um novo vaivém espacial europeu; Programa Snick flow, vocacionado para o estudo da permeabilidade e distribuição de temperaturas dentro dos revestimentos de veículos espaciais na fase de reentrada; Programa CUST - Criogenic Upper Stages, que visa o desenvolvimento de novos revestimentos dos andares de combustíveis do lançador Ariane V, com a incorporação de matérias compósitas. <p>Este investimento veio, igualmente, expandir a atividade do ISQ-LABET, quer a nível nacional, quer a nível internacional, com a participação do ISQ-LABET em grandes projetos na área Aeroespacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> – conclusão de projeto CUST com caracterização termodinâmica de materiais em baixas e altas temperaturas e ambiente de vácuo; – realização do Projeto Ariane 5 (concluído com excelente êxito em Outubro de 2012); – realização de ensaios no projeto ECOTRAIN de chão em sandes de cortiça (Grupo Amorim); – realização de ensaios de vibrações a quadro elétrico de comandos para a Siemens; – realização de ensaios de certificação de Ambulâncias para o mercado Inglês; – realização de trabalhos de apoio na construção de equipamentos especiais (jigs de adaptação) para as peças a ensaiar efetuados por diversas empresas locais; – conversações para a realização em 2013 de ensaios ao Nozze (nariz) IXV (ensaios de vibração, choque e caracterização termodinâmica); – conversações para realização em 2013 de ensaios de Nozzle (escape de nave espacial), ensaios de vibração choque e pressão; – obtenção de contracto com a Embraer para a realização de ensaios para componentes de aeronave em novos materiais, ensaios a realizar em 2013, 2014 e 2015; – acordo, em fase de negociação, de colaboração com o Departamento de Aeronáutica da Universidade da Beira Interior. – realização de ensaios, em fase de negociação, para empresas portuguesas de construção de bancos para carruagens de comboio (até agora estes ensaios só conseguiam ser efetuados no Canadá). – realização de ensaios de homologação, em fase de negociação, a de grupos de frio produzidos nas fábricas de Thermoking em Barcelona e Irlanda, em resultado de um recente ensaio efetuado para este construtor e à visita por ele efetuada às nossas instalações (Outubro de 2012), e onde o laboratório foi considerado por este como o mais avançado da Europa. A celebração deste contrato implicará também uma negociação paralela, já iniciada, com empresa de frio da zona, para realização dos trabalhos de montagem e afinação das máquinas durante os ensaios no nosso laboratório.
Contexto estratégico	A operação integra-se num contexto de internacionalização das empresas e das infraestruturas científicas e tecnológicas regionais, contribuindo para o reforço das suas competências e para a densificação da rede de parcerias institucionais de relevo nas áreas estratégicas abrangidas pelo projeto.
Operação/ conceção da política/ implementação	Considera-se como fator crítico de sucesso deste projeto o facto de criar um centro de competências na área dos ensaios em componentes (através do apetrechamento tecnológico e do desenvolvimento de conhecimento) que permita, de forma integrada e complementar, por um lado, prestar serviços às empresas com atividades na área dos componentes com vista à melhoria dos seus produtos e processos, e, por outro, participar em projetos relevantes internacionais na área aeroespacial. Esta complementaridade potenciará o desenvolvimento de competências do próprio centro e a criação de redes de interação empresarial, com resultados expectáveis muito positivos na atratividade e desenvolvimento de empresas naquela região.



1.4 PO Norte: Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto

Região	Norte
Operação/ medida/política	<p>Programa: ON.2 – O Novo Norte – Programa Operacional Regional do Norte</p> <p>Eixo: 7 – Competitividade, Inovação e Conhecimento; Eixo 8 - Valorização Económica Recursos Específicos</p> <p>Tipologia: Apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica</p> <p>Designação das Operações:</p> <p>Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto;</p> <p>Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar da UPTEC;</p> <p>Reforço das infraestruturas específicas do PINC1</p>
Duração	46 meses
Objetivo	Convergência
Financiamento	<p>Aprovado</p> <p>Custo total: €26.305.961</p> <p>Custo total elegível: €22.241.041</p> <p>Financiamento comunitário FEDER: €17.200.800</p> <p>Financiamento nacional público: € 4.832.236</p> <p>Contribuição privada: €0</p>
Contactos	<p>Responsável pelo projeto: Clara Gonçalves, Diretora Executiva</p> <p>Organização: UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela</p> <p>Morada: Rua Actor Ferreira da Silva, nº 100 4200-298 Porto</p> <p>E-mail: cgoncalves@uptec.up.pt</p> <p>Internet: http://uptec.up.pt/</p>
Operação/ descrição da política	<p>A UPTEC apresentou, no contexto do ON.2, um plano com o objetivo de consolidar o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, enquanto espaço de valorização mútua de competências do meio universitário e empresarial. Este Parque está estruturado em torno de 4 temas a que correspondem a infraestruturas autónomas: Polo Tecnológico (UPTEC TECH), Polo de Biotecnologia (UPTEC BIO), Polo das Indústrias Criativas (UPTEC PINC) e Polo do Mar (UPTEC MAR).</p> <p>A atividade destas estruturas funciona em torno de dois conceitos chave: incubadoras e centros de inovação empresarial. Nas incubadoras, os empreendedores encontram apoio para transformação das suas ideias em projetos empresariais sólidos, beneficiando de um conjunto de estruturas e serviços especializados desenvolvidos para atender às necessidades típicas do arranque da atividade empresarial. Nos centros de inovação empresarial, empresas nacionais e internacionais encontram espaço e infraestruturas tecnológicas ideais para sediar e operacionalizar as suas atividades de inovação ao usufruírem das interações e outras sinergias com os departamentos de I&D+i e institutos de interface da Universidade do Porto.</p> <p>O investimento em causa tem como resultado o apoio a 3 unidades de I&DT, as quais permitem acolher 85 empresas de base tecnológica, 9 projetos de I&DT e 65 <i>start-ups</i>. Dos indicadores do projeto destacam-se, ainda, as 150 ações previstas de apoio a atividades de transferência de tecnologia.</p> <p>O conjunto das estruturas a desenvolver permite aumentar a capacidade de acolhimento de novas iniciativas empreendedoras, potenciando, ainda mais, as condições para o desenvolvimento e dinamização do empreendedorismo nos vários polos que compõem o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto.</p> <p>É um dos cinco projetos finalistas selecionados para os prémios Europeus RegioStars 2013, na categoria <i>Smarth Growth</i>.</p>

Contexto estratégico	<p>No âmbito da iniciativa “NORTE2015”, exercício de planeamento e prospetiva que sustentou o diagnóstico do ON.2, defendeu-se a necessidade de promoção de uma rede de Parques de Ciência e Tecnologia, incluindo incubadoras de empresas de cariz tecnológico, enquanto espaços ou centros de prestação de serviços avançados às empresas, por oposição à tradicional oferta de espaço infraestruturado para acolhimento empresarial. Pretendia-se, com esta rede, fomentar a articulação entre o tecido empresarial do Norte de Portugal, as infraestruturas tecnológicas, o sistema de ensino superior e, em geral, o sistema científico e tecnológico, permitindo, simultaneamente, a difusão no tecido produtivo e na formação superior de boas práticas suscetíveis de melhoria do desempenho da função empresarial.</p> <p>De forma mais horizontal, trata-se de uma aposta continuada no empreendedorismo de base tecnológica que permita transformar o Norte numa região NUTS II importadora de recursos humanos qualificados, em nítido contraste com a situação atual. Neste contexto, a criação e desenvolvimento de um número elevado de novas empresas de base tecnológica representa um fator decisivo para a localização de IDE.</p>
Operação/ conceção da política /implementação	<p>Realça-se como fatores determinantes do sucesso deste projeto a articulação de um vasto conjunto de valências (referenciado no ponto anterior) e a criação de estruturas com massa crítica (através da concentração de competências) e que prestem serviços relevantes a empresas.</p>

Anexo I.2: Crescimento Sustentável

2.1 PO FC: CaetanoBus – SI I&DT

Região	Norte
Operação/ medida/política	Programa: COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade Eixo: 1 – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico Tipologia: Incentivos à I&DT Designação da Operação: CaetanoBus
Duração	Fevereiro de 2010 a Dezembro de 2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo total: €1.116.466 Custo total elegível: €1.094.244 Financiamento comunitário: €389.054 Financiamento nacional público: na Contribuição privada: €705.190
Contactos	Responsável pelo projeto: Andrei Bunghez Organização: CAETANOBUS – Fabricação de Carroçarias, S.A. Morada: Morada: Av. Vasco da Gama, 1410 4431-901 Vila Nova de Gaia Email: andrei.bunghez@caetanobus.pt Internet: www.caetanobus.pt
Operação/ descrição da política	Este projeto teve como objetivo desenvolver um autocarro elétrico para utilização em via pública, utilizando apenas propulsão com recurso a potência eletromotriz. O Caetano 2500 EL (designação do autocarro), tem uma autonomia que varia entre 100 e 120 quilómetros com uma carga de bateria, que demora 10 horas numa carga lenta e 1h30 em carga rápida. O projeto encontra-se em fase de análise do encerramento. Os resultados são muito positivos - o autocarro elétrico desenvolvido tem tido uma grande aceitação na Europa. A fábrica de Gaia produz vários modelos e, entre eles, está uma excentricidade feita por encomenda: um autocarro de duas frentes. Atualmente uma unidade encontra-se a ser testada no aeroporto de Schiphol, em Amesterdão, seguindo depois para Estugarda, na Alemanha. A CaetanoBus prevê entregar as primeiras unidades de produção para serviço do aeroporto no final deste ano. Uma segunda unidade foi para a Finlândia, onde integrará um teste inédito e o desenvolvimento de uma segunda versão das baterias com maior autonomia, que pode chegar a 200/220 quilómetros. O Município de Gaia associou-se ao projeto para implementação do primeiro autocarro elétrico no país. Este projeto foi desenvolvido por um consórcio constituído pela CaetanoBus, EFACEC e INEGI. A CaetanoBus ao lançar um produto altamente concorrencial para os mercados exportadores conseguiu reforçar a sua quota de mercado no segmento de transporte de passageiros. O projeto em questão está relacionado com o LITEBUS (candidatura ao 6º PQ) que teve como principal objetivo o desenvolvimento de tecnologias modulares para o fabrico de assentos para autocarros, usando materiais com capacidade de carga.
Contexto Estratégico	Apoio ao desenvolvimento de novos produtos de base empresarial, com forte conteúdo inovador e competitivos a nível internacional. Estímulo ao reforço das despesas empresariais em atividades de I&DT. Alinhamento com prioridades dos Polos de Competitividade reconhecidos.
Operação/ conceção da política/ implementação	Uma das vantagens deste projeto remete para a lógica de funcionamento dos Sistemas de Incentivos que promove o trabalho em rede, articulando autoridades de gestão nacionais (PO FC) e regionais e agências públicas. Este facto tem sido valorizado nos exercícios de avaliação.

2.2 PO VT: Alargamento ao Médio Tejo (Saneamento) e Saneamento de Castelo Branco, F.do Zêzere e Proença-a-Nova

Região	Centro
Operação/ medida/política	Programa: POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território Eixo: 2 – Sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos (Fundo de Coesão) Tipologia: Redes estruturantes de abastecimento de água e saneamento Designação da Operação: Alargamento ao Médio Tejo (Saneamento) e Saneamento de Castelo Branco, Ferreira do Zêzere e Proença-a-Nova

Duração	Prevista – 01-01-2009 a 31-12-2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	<p>Aprovado</p> <p>Custo total: €33.718.862</p> <p>Custo total elegível: €32.365.862</p> <p>Financiamento comunitário FC: €22.656.103</p> <p>Financiamento nacional público: €9.709.759</p> <p>Contribuição Privada: na</p>
Contactos	<p>Responsável pelo projeto: Amável Francisco dos Santos</p> <p>Organização: Águas do Centro, SA.</p> <p>Morada: Largo Doutor José Lopes Dias 6000-462 Castelo Branco</p> <p>Email: amavel.santos@aguasdocentro.pt</p> <p>Internet: www.aguasdocentro.pt</p>
Operação/ descrição da política	<p>A operação em apreço visa a construção e a remodelação de infraestruturas de saneamento de águas residuais da designada vertente em "alta" nos concelhos de Mação, Sardoal, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere e Proença-a-Nova, tendo por base dois objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – alargar o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento da Raia, Zêzere e Nabão aos municípios do Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, no seguimento do Despacho nº 14871/2009, de 6 de Maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional que autorizou a Águas do Centro, SA. a celebrar contratos de recolha com os municípios acima referidos; – beneficiar os sistemas de tratamento de águas residuais dos municípios de Castelo Branco, Ferreira do Zêzere e Proença-a-Nova, quer através da remodelação de ETAR existentes, quer através da construção de novas ETAR em substituição das ETAR atuais, a fim de permitir o cumprimento dos requisitos relativos aos valores de descarga que decorrem do atual quadro normativo. <p>Esta operação visa a construção/remodelação de 23 ETAR, 14 estações elevatórias e 27 km de interceptores.</p> <p>Relativamente aos resultados, o conjunto de investimentos previstos na candidatura para o município de Vila Nova da Barquinha, mais concretamente os relativos aos subsistemas de Praia do Ribatejo, irão contribuir para um acréscimo de cerca de 14% no nível de cobertura em tratamento de águas residuais do referido município, que se situa atualmente em 68% de acordo com as estimativas do INSAAR. A operação contribui para o acréscimo de aproximadamente 20% no nível de cobertura médio dos concelhos de Mação e Sardoal (atualmente situa-se em 74%), correspondendo a um total de 1.841 mil habitantes que não dispõem atualmente de qualquer sistema público desta natureza. Note-se que o valor referido só será alcançado em articulação com os investimentos que se encontram previstos pelas entidades gestoras da designada vertente em "baixa".</p> <p>Em suma, os resultados da intervenção, são os seguintes: Estações de Tratamento de Águas Residuais construídas/remodelada: 11 (em execução); população servida pelo sistema de saneamento de águas residuais urbanas após a conclusão das intervenções ainda em execução: 76.168; acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais: 1.841 mil habitantes após a conclusão das intervenções ainda em execução.</p>
Contexto estratégico	<p>A realização desta operação contribuiu para o cumprimento da Diretiva 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, dado que permite:</p> <ul style="list-style-type: none"> – eliminar descargas diretas de efluentes sem tratamento que se registam atualmente em algumas zonas do concelho de Vila Nova da Barquinha; – aumentar a fiabilidade e a qualidade do tratamento aplicado aos efluentes produzidos num conjunto de subsistemas que já dispõe atualmente de infraestruturas e tratamento de águas residuais. <p>Por outro lado, a concretização desta operação permitirá corresponder a algumas medidas do PEASAR 2007-2013 (Plano Estratégico do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas da designada vertente em "alta" e à continuação da infraestruturização da designada vertente em "baixa", com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes; – promover uma adequada integração territorial e funcional de sistemas municipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e de gama e mais-valias ambientais.
Operação/ conceção da política/ implementação	<p>A integração de um conjunto de intervenções (e.g. ETAR e estações elevatórias) e a inter-relação com outros projetos (e.g. sistemas em "alta" vs. em "baixa") potenciam os resultados deste projeto. Por outro lado, a boa articulação entre um conjunto de atores de natureza diversa (e.g. entidades gestoras e municípios) garante, igualmente, uma operacionalização do projeto eficaz.</p>

2.3 PO Algarve: Energia – Iluminação Pública: Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso em diversos Concelhos do Algarve

Região	Algarve
Operação/ medida/política	Programa: Programa Operacional do Algarve Eixo: 2 – Proteção e Qualificação Ambiental Tipologia: Energia Designação da Operação: Energia – Iluminação Pública - Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso em diversos Concelhos do Algarve (10 concelhos)
Duração	2011 a 2013
Objetivo	Convergência (<i>phasing out</i>)
Financiamento	Aprovado Custo total: €2.025.659 Custo total elegível: €1.976.210 Financiamento comunitário FEDER: €988.105 Financiamento nacional público: €1.037.554 Contribuição privada: na
Contactos	Responsável pelo projeto: José Oliveira Organização: AREAL- Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve Morada: Apartado 1317 Vilamoura 8125-507 Quarteira Email: jliveira@areal-energia.pt Internet: www.areal-energia.pt
Operação/ descrição da política	<p>O objetivo do projeto consiste na redução do consumo de energia e das emissões de CO₂, em períodos programados, nos sistemas de iluminação pública.</p> <p>O projeto tem como principais operações a instalação de 285 luminárias LED (mais eficientes) nos concelhos de Albufeira e Vila Real de Santo António e a instalação de 151 Reguladores de Fluxo Luminoso (concebidos para a estabilização da tensão de alimentação e para a regulação da potência em sistemas de iluminação) no exterior de Postos de Transformação (PT) que alimentam as redes de Iluminação Pública (IP) nos concelhos de Albufeira, Aljezur, Alcoutim, Faro, Lagoa, Loulé, Olhão, Portimão, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António</p> <p>Cada uma destas instalações divide-se em quatro fases: colocação de armários e execução das canalizações; montagem dos reguladores de fluxo e ligações dos cabos; montagem dos quadros de <i>bypass</i> e comunicações; instalação do <i>software</i> de controlo e gestão do equipamento.</p> <p>As redes de iluminação pública não sofrerão qualquer tipo de alteração no que se refere à sua tipologia, mantêm-se aéreas e subterrâneas, e também não sofrerão qualquer alteração a nível de potência ou cablagem.</p> <p>Relativamente aos resultados, com a instalação de reguladores de fluxo luminoso junto dos Postos de Transformação que alimentam as Redes de Iluminação Pública (IP) pretende-se diminuir automaticamente o fluxo luminoso da IP a partir de uma determinada hora (e.g. das 22h às 06h), visto não ser necessário que a intensidade luminosa seja a mesma durante todas as horas em que a IP se mantém acesa, levando assim à diminuição do consumo de energia durante esse período, bem como das Emissões de CO₂ associadas a esse consumo.</p> <p>Com este sistema obtém-se um nível de iluminação uniforme e evita-se a criação de áreas escuras. As condições de visibilidade são garantidas perante as modificações na variação gradual e regulação da tensão, assegurando a correta alimentação da Instalação de Iluminação.</p> <p>Uma alimentação correta, devido à estabilização da tensão, aumenta consideravelmente o tempo de vida das lâmpadas e diminui conseqüentemente os custos com manutenção. A redução em potência garante uma redução suplementar nos custos da energia.</p> <p>Por outro lado, a substituição, nos municípios de Albufeira e de Vila Real de Santo António, de 285 luminárias existentes por luminárias tipo LED, mais eficientes, conduzirá a uma conseqüente diminuição das emissões de CO₂ e dos custos em IP.</p> <p>Assim, com a implementação destas Operações, é expectável uma redução de consumo energético de 3.821.700kWh/ano, que significam uma poupança de 404.521€/ano e uma redução de gases de efeito de estufa (CO₂) de 2.507 ton/ano.</p>
Contexto estratégico	A Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020) enquadra as linhas de rumo para a competitividade, o crescimento e a independência energética do país, através da aposta nas energias renováveis e na promoção integrada da eficiência energética, garantindo a segurança de abastecimento e a sustentabilidade económica e ambiental do modelo energético.

	<p>Esta estratégia encontra-se assente num conjunto de eixos, dos quais se destaca a eficiência energética e a sua promoção através de medidas que evitem desperdícios de energia.</p> <p>O domínio “Energia” visa a criação de um quadro energético regional inovador, pautado por critérios e práticas estruturantes de eficiência energética, estímulo às operações que se orientem para a prossecução dos objetivos de eficiência energética e de redução das emissões de gases de efeito de estufa.</p> <p>Nestes objetivos enquadra-se a utilização racional de energia e a eficiência energético ambiental em equipamentos de iluminação pública existentes, com a consequente diminuição das emissões de CO2 .</p>
Operação/ conceção da política/ implementação	A articulação de um número alargado de municípios permitiu ganhar escala e capacidade de implementação.

2.4 PO Centro: Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel

Região	Centro
Operação/ medida/política	<p>Programa: Programa Operacional do Centro</p> <p>Eixo: 2 – Valorização do Espaço Regional</p> <p>Tipologia: Ações de Valorização do Litoral</p> <p>Designação da Operação: Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel</p>
Duração	31 Meses (05/01/2009 a 05/08/2011) – prevista e verificada (operação concluída)
Objetivo	Convergência
Financiamento	<p>Aprovado</p> <p>Custo total: €585.195</p> <p>Custo total elegível: €539.291</p> <p>Financiamento comunitário FEDER: €431.433</p> <p>Financiamento nacional público: €153.762</p> <p>Contribuição privada: na</p>
Contactos	<p>Responsável pelo projeto: Sandra Maria Felizardo de Oliveira Paiva e Cunha da Cruz</p> <p>Organização: Município da Marinha Grande</p> <p>Morada: Praça Guilherme Stepenhs, 2431-960 Marinha Grande</p> <p>Email: candidaturas.dif@cm-mgrande.pt</p> <p>Internet: http://ww2.cm-mgrande.pt/</p>
Operação/ descrição da política	<p>O Plano de Valorização Ambiental e Turística de S. Pedro de Moel agrega um conjunto de ações materiais e imateriais que reforçam e qualificam a oferta turística. O projeto tem como objetivos melhorar o espaço e ambiente urbano para promover a oferta turística nos domínios do turismo ambiental e ecoturismo, intensificando a relação dos cidadãos com os espaços de natureza singular que envolvem o aglomerado de S. Pedro de Moel – o mar, as dunas e o pinhal.</p> <p>As operações executadas foram a Requalificação do Parque Urbano do Vale do Ribeiro, a Requalificação Paisagística dos Antigos Campos de Ténis, os Balneários e Sanitários dos Novos Campos de Ténis, as Pontes Pedonais e a Requalificação do Espaço Envolvente ao BAMBI. As ações materiais projetadas nesta candidatura tiveram a intenção principal de reconstrução, reformulação e manutenção das suas funções iniciais, de forma a manter, por um lado, a sua identidade e, por outro, o local tradicional que durante vários anos era ponto de passagem e paragem para toda a população. Foram redefinidos os planos de água, restabelecendo os seus traçados e a sua estabilização através do revestimento do leito e a consolidação das margens e zonas adjacentes e adquiriram-se infraestruturas modelares de apoio para melhorar os espaços adjacentes à zona de campos de Ténis.</p> <p>De forma a dar maior visibilidade aos projetos físicos executados em S. Pedro, foram também elaboradas algumas ações imateriais de valorização do potencial ambiental, patrimonial e cultural, tais como, Ações Divulgação Ambiental, a Requalificação da Casa Museu Afonso Lopes Vieira e o Plano de Divulgação Turística. Com efeito, promoveu-se a divulgação e informação turística em S. Pedro de Moel através da implementação sinalética de informação e interpretação para divulgação turística do património histórico e natural de S. Pedro de Moel, da realização de ações de sensibilização ambiental e a edição de alguns materiais didáticos e de divulgação turística do património histórico e natural. Foram ainda promovidas ações de divulgação e promoção dos valores naturais, através da realização de três caminhadas pelos vários tipos de habitats (zonas de pinhal e costeiras) em função dos percursos pedestres implementados, para observação e interpretação da natureza (fauna, flora, habitats).</p> <p>Em termos de resultados, S. Pedro de Moel tornou-se num local de visita regular, com espaços distintos</p>

	<p>e adequados às diversas camadas etárias, visando com a concretização deste projeto de revitalização de áreas degradadas proporcionar um espaço acolhedor e agradável aos visitantes e a integração social dos moradores e turistas.</p> <p>Com o Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro, importa salientar a reabilitação de 32.000m² de área ambientalmente degradada, os quais foram distribuídos por áreas de lazer, vegetação e histórica.</p> <p>Os passeios pedestres implementados no âmbito do Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro continuam a realizar-se, principalmente, para os alunos da rede escolar do concelho da Marinha Grande, de forma a fomentar a atividade física, o contacto com o meio ambiente e sensibilizar para a proteção do ambiente.</p> <p>Com a realização do projeto foi beneficiada uma população residente de cerca 300 habitantes e uma população flutuante de cerca 40.000 habitantes.</p>
Contexto estratégico	Alicerçada numa estratégia de desenvolvimento ambiental e turístico do litoral, pretendeu-se com o Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro promover o ordenamento e requalificação de áreas que se apresentavam degradadas e desajustadas, adequando-se o espaço a um local de visita constante dos habitantes e turistas.
Operação/conceção da política/implementação	A realização de um conjunto de intervenções integradas, nomeadamente, um vasto número e diversificado de operações de reconstrução de infraestruturas de valorização turística e ambiental, ações de divulgação e desenvolvimento de atividades de lazer relacionadas com o turismo permitiu concretizar uma estratégia eficaz de atração turística.



Anexo I.3: Crescimento Inclusivo

3.1 PO VT: Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário – Coimbra

Região	Centro
Operação/ medida/política	Programa: POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território Eixo: 15 – Infraestruturas e Equipamentos para a Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano Tipologia: Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário Designação da Operação: Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Centro: Coimbra, Lote 2AC2
Duração	Prevista – 28-05-2009 a 30-11-2011; Intervenções fisicamente concluídas em Setembro de 2011
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo total: €36.863.067 Custo total elegível: €36.855.975 Financiamento comunitário FEDER: €31.327.579 Financiamento nacional público: €5.535.488 Contribuição privada: na
Contactos	Responsável pelo projeto: Ana Pereira Organização: Parque Escolar, E.P.E. Morada: Av. Infante Santo, n.º 2 – 7 1350-178 Lisboa Email: ana.pereira@parque-escolar.min-edu.pt Internet: www.parque-escolar.pt
Operação/ descrição da política	Esta operação refere-se à intervenção em duas escolas secundárias com 3º ciclo do Ensino Básico, localizadas na região Centro – Coimbra: ESCOLA 1: Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Quinta das Flores e Conservatório e ESCOLA 2: Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Infanta Dona Maria. O objetivo consubstancia-se na: <ul style="list-style-type: none"> – renovação e modernização dos edifícios originais, introduzindo as infraestruturas, equipamento e dispositivos que otimizem as condições de habitabilidade e de conforto ambiental e estético; – permanência de todas as valências atuais, racionalizando a distribuição dos espaços letivos e introduzindo as áreas necessárias à sua compatibilização com os novos conteúdos curriculares; – reorganização e expansão dos espaços vocacionados para a partilha e intercâmbio com a comunidade, possibilitando a sua utilização autónoma e acesso independente; – reorganização e tratamento dos espaços exteriores e de envolvimento dos edifícios, promovendo a sua atratividade, segurança e conforto de utilização; – reorganização das áreas desportivas, dotando-as de polivalência e de todos os requisitos exigidos para este tipo de equipamento; – beneficiação de revestimentos interiores, remodelação integral das infraestruturas, correção das patologias existentes e melhoria das condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada; – instalação de elevadores e demolição de um bloco e construção de novo edifício para instalação de um conservatório, auditório, laboratórios, refeitório, bar e biblioteca. Os resultados desta operação em 2 escolas com ensino secundário que abrangem 2265 alunos, contribuem para os indicadores aprovados no Programa, relativos ao domínio de intervenção “Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário” do EIXO V do POVT .
Contexto estratégico	A operação consiste na requalificação de duas escolas com ensino secundário, contribuindo para a concretização do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário, aprovado pela RCM n.º 1/2007, de 3 de Janeiro. Este Programa tem como objetivo contribuir para a superação do atraso educativo português face aos padrões europeus, designadamente através da melhoria da eficácia física, funcional e tecnológica do parque escolar, como forma de promover a integração de todas as crianças e jovens na escola, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem renovado, motivador, exigente e gratificante.
Operação/ conceção da política/ implementação	A intervenção no âmbito da “Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário” permite criar um novo modelo de gestão das instalações, garantindo uma otimização de recursos instalados e uma correta gestão da conservação e manutenção do edifício após a intervenção, abrir a Escola à comunidade, criando condições para uma maior articulação com o meio envolvente, associado a uma correta valorização patrimonial garantindo o aproveitamento integral das potencialidades instaladas na infraestrutura escolar.



3.2 PO Lisboa: Escola do 1º CEB nº 3 de Alcabideche

Região	Lisboa	
Operação/ medida/política	Programa: POR Lisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa Eixo: 3 – Coesão Social Tipologia: Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e da Educação Pré-Escolar Designação da Operação: Escola do 1º CEB nº 3 de Alcabideche	
Duração	Prevista Início: 2008-10-02 Fim: 2011-05-31	Verificada Início: 2009-05-11 Fim: 2011-09-30
Objetivo	Competitividade Regional e Emprego	
Financiamento	Aprovado Custo total: €3.432.746 Custo total elegível: €1.507.970 Financiamento comunitário FEDER: €980.180 Financiamento nacional público: €2.452.566 Contribuição privada: na	Executado Custo total: €1.511.057 Custo total elegível: €1.507.970 Financiamento comunitário FEDER: €980.180 Financiamento nacional público: €530.087 Contribuição privada: na
Contactos	Nome: Isabel Grego Organização: Município de Cascais Morada: Praça 5 de Outubro - 2754-501 Cascais - Portugal Email: isabel.grego@cm-cascais.pt Internet: www.cm-cascais.pt	
Operação/ descrição da política	Este projeto teve por objetivo a construção da Escola do 1º CEB nº 3 de Alcabideche, freguesia com uma das maiores taxas de crescimento demográfico do Concelho. Indicadores de Caracterização: 2 salas de aula do ensino pré-escolar construídas; 8 salas de aula do 1º ciclo construídas; 1 polivalentes/refeitórios construídos; 1 bibliotecas construídas; 1 salas de professores construídas; 4,800m ² de área exterior intervencionada; 1 valências de utilização comum ou polivalente. Resultados: Impacto do investimento realizado em termos sociais e económicos – a construção deste equipamento escolar permitiu o acesso de cerca de 250 crianças ao ensino público, incluindo a oferta de Jardim de Infância estendida até à faixa etária dos 3 anos de idade. Esta escola tem uma manifesta resposta social, que se estende ao universo da família e restante comunidade envolvida. Insere-se no território educativo de Alcabideche para o qual se prevê um crescimento de população a escolarizar de 35% para o Pré-Escolar e de 60% para o 1ºCiclo.	
Contexto estratégico	A escola está enquadrada na Carta Educativa e considerada como de necessidade urgente. Insere-se no território educativo de Alcabideche para o qual se prevê um crescimento de população a escolarizar de 35% Pré-Escolar e 60% 1ºCiclo. Este projeto corresponde às prioridades definidas pelo Programa Operacional, pois visa a requalificação e modernização do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, promovendo a utilização de edifícios escolares dotados de elevada qualidade arquitetónica e funcional possibilitando um eficaz reordenamento da rede educativa, eliminando os regimes de funcionamento duplos e assim melhorar a qualidade da aprendizagem.	
Operação/ conceção da política/ implementação	Esta escola foi construída no sítio designado como Alto da Peça, freguesia de Alcabideche, situa-se no eixo de ligação entre um bairro de realojamento e um aglomerado urbano de construção recente. O projeto de arquitetura, promove uma clara interação com áreas de circulação e de estar dos Bairros envolventes, apelando à participação no equipamento educativo pelo seu usufruto pela comunidade onde se insere. O equipamento, de 8 salas de 1º ciclo 2 salas de Jardim de Infância, conta com um amplo espaço de biblioteca, um ginásio/polivalente e uma área para atividades lúdicas e expressivas – o projeto	

salvaguarda a possibilidade de isolar a zona de educação formal, por forma a viabilizar a abertura das áreas comuns à comunidade envolvente. Uma ludoteca comunitária e uma biblioteca local são alguns dos projetos que esta escola pode oferecer, fora dos tempos letivos.

A qualidade das infraestruturas e dinâmica que se tem conseguido com esta escola atrai população de zonas mais alargadas, estratos socioeconómicos diversificados e constitui um polo aglutinador de saberes e encontros, mesmo em períodos fora do horário letivo. A abertura da escola à comunidade teve nesta nova escola uma oportunidade pioneira no concelho, através da criação da Ludoteca e da biblioteca, abertas não só aos dias de semana mas também aos fins-de-semana. É um espaço de partilha intergeracional e aberto à comunidade, inserida no conceito de Cidade Educadora. É garantida a acessibilidade para todos, através de soluções arquitetónicas (sem barreira físicas) - instalações sanitárias adaptadas; plataforma elevatória; rampas e acessos nivelados. Em termos económicos os indicadores reportam-se à resposta social conseguida e à sua interligação com a qualidade de vida economia e familiar da comunidade.

Inaugurada a 22/Jan/11, a nova escola recebeu o nome de Escola EB1 e Jardim de Infância Alto da Peça.



3.3 PO Açores FEDER: Construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça

Região	Região Autónoma dos Açores	
Operação/ medida/política	Programa: PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência Eixo: 8 – Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana Tipologia: Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e da Educação Pré-Escolar Designação da operação: Construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça	
Duração	17-07-2008 a 31-12-2010	
Objetivo	Convergência	
Financiamento	<p style="text-align: center;">Aprovado</p> Custo total: €17.183.569 Custo total elegível: €16.842.356 Financiamento comunitário FEDER: €14.316.003 Financiamento regional público: €2.867.566 Contribuição privada: na	<p style="text-align: center;">Executado</p> Custo total: nd Custo total elegível: €16.484.085 Financiamento comunitário FEDER: €14.011.472 Financiamento regional público: €2.472.613 Contribuição privada: na
Contactos	Nome: Organização: Direção Regional da Educação e Formação Morada: Paços da Junta Geral - Rua Carreira dos Cavalos, 9700-167 Angra do Heroísmo Email: dref.info@azores.gov.pt Internet: www.edu.azores.gov.pt	
Operação/ descrição da política	A intervenção visou a construção da Escola E.B.I. de Ponta Garça com o objetivo de assegurar as necessárias condições de conforto a uma população escolar de 1.115 alunos salvaguardando as exigências de uma utilização criteriosa de energia. O edifício é constituído por seis corpos interligados por galerias de circulação, com os seguintes tipos de utilização: O Corpo A: destina-se exclusivamente ao ensino (1º ciclo), constituídos essencialmente por salas de aulas e respetivas áreas de apoio, nomeadamente circulações, instalações sanitárias e arrumos. O Corpo B: é constituído por dois pisos divididos em duas áreas distintas, o piso superior que se destina ao pré-escolar e o piso inferior, no qual estão instaladas áreas de apoio e de ensino do 1º ciclo. O Corpo C: é constituído por três pisos, sendo que no superior está instalado o espaço de administração e gestão e respetivas áreas de apoio. No piso intermédio está o auditório, o centro de recursos, com uma mediateca constituída por uma biblioteca, videoteca e audioteca, hemeroteca, um espaço de informática e produção gráfica, audiovisual e áreas de apoio. No piso inferior estão os espaços de apoio sócio educativo e de apoio geral (cozinha, oficinas, lavandaria, instalações sanitárias, etc.) e as áreas sociais, de convívio (refeitórios e bar).	

	<p>O Corpo D: é constituído por dois pisos, que se destinam, ambos, aos 2º e 3º ciclos. No piso superior estão salas de aula e áreas de apoio, nomeadamente circulações, instalações sanitárias, gabinetes diversos e os laboratórios de físico-química e respetivas áreas de apoio. No piso inferior estão instaladas áreas de apoio e de ensino do 1º ciclo.</p> <p>O Corpo E: é constituído por dois pisos, que se destinam, ambos, aos 1º, 2º e 3º ciclos. No piso superior estão salas de aula do 2º e 3º ciclo. No piso inferior está instalado o Gimnodesportivo e as respetivas áreas de apoio, tais como instalações sanitárias, circulações, balneários e arrumos.</p> <p>O Corpo F: com espaços de educação física e de desporto, nomeadamente um pavilhão desportivo coberto com área para espectadores, uma piscina coberta, um campo de futebol no exterior e as respetivas áreas de apoio, tais como instalações sanitárias, circulações, balneários, arrumos e salas de ensino teórico.</p>
Contexto estratégico	Operação executada no âmbito da política do Governo relativa à Educação: Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos – melhoria continuada das infraestruturas e equipamentos escolares, com a construção, ampliação e requalificação de várias escolas e com o apetrechamento dos estabelecimentos com novos equipamentos e recursos pedagógicos, que suportem um ensino progressivamente mais adequado às exigências da atualidade.
Operação/ conceção da política/ implementação	<p>A Escola E.B.I. de Ponta Garça tem um “Sistema de Gestão Técnica Centralizada/SGTC” baseada em microprocessadores controladores que permitem transmitir e receber comunicações em rede. Esta instalação de supervisão central possui uma programação convenientemente estruturada e confirmada, sendo essa programação acessível a indivíduos das diferentes especialidades, não necessariamente informáticos.</p> <p>Pretende-se, assim, que este sistema assegure a gestão autónoma desta instalação. Face às dimensões da instalação mecânica, a conceção do presente sistema teve como objetivo prioritário a simplificação da exploração e o controlo dos consumos energéticos. O SGTC constitui uma poderosa ferramenta de auxílio à manutenção das diversas instalações técnicas e assegura o cumprimento do regulamento de Qualidade dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios.</p>



3.4. PO Madeira FSE: Programa Incentivos à Contratação

Região	Região Autónoma da Madeira
Operação/ medida/política	Programa: RUMOS - Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM Eixo: 2 – Emprego e Coesão Social Tipologia: Apoios à Contratação Designação da operação: Prémio à Criação de Postos de Trabalho
Duração	Período de acompanhamento ao projeto: 3 anos
Objetivo	Competitividade Regional e Emprego – Phasing in
Financiamento	Aprovado Custo total: €34.884,00 Custo total elegível: €34.884,00 Financiamento comunitário FSE: €27.907,20 Financiamento regional público: €6.976,80 Contribuição privada: na
Contactos	Responsável pelo projeto: Martinho da Silva Camacho Organização: O Caçador do Funchal, Lda. Morada: Caminho das Romeiras, n.º35-A, Santo António - FUNCHAL (SEDE) Email: cacador dofunchal@sapo.pt Internet: na

Operação/ descrição da política	<p>O Programa de Incentivos à Contratação do PO RUMOS da R.A. da Madeira destina-se a apoiar financeiramente entidades empregadoras que criem postos de trabalho para desempregados com idades superiores a 45 anos ou que convertam contratos a termo em contratos sem termo. A sociedade unipessoal O Caçador do Funchal, Lda., que apresentou uma candidatura ao referido apoio financeiro, teve por objetivo específico a criação de quatro postos de trabalho, na modalidade de Prémio à Criação de Postos de Trabalho para quatro desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, inscritos há mais de 3 meses.</p> <p>Como resultado: a empresa criou 4 novos postos de trabalho previstos sendo estes desempregados contratados sem termo (efetivos) e tendo idade superior a 45 anos, grupo este considerado particularmente de difícil inserção no mercado de trabalho.</p>
Contexto estratégico	<p>O apoio a este projeto está integrado no projeto FSE 1038/2010 que abrange um total de 136 postos de trabalho e insere-se no âmbito das políticas de emprego que visam apoiar as entidades empregadoras na contratação de grupos de pessoas com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Concretamente, o Programa visa reforçar os incentivos à criação de novos postos de trabalho, incentivar a conversão de contratos a termo em sem termo e incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego para contratar novos trabalhadores, preferencialmente de pessoas em situação de desvantagem comparativa face ao mercado de trabalho.</p>
Operação/ conceção da política/ implementação	<p>Apesar de ser, em termos relativos, uma medida de fácil concretização (dado o acesso direto a apoio público), o fator crítico de sucesso situa-se na boa gestão do ajustamento das competências básicas dos desempregados aos perfis funcionais das entidades acolhedoras, contribuindo desta forma para que esta mantenha os postos de trabalho após o fim do programa.</p>

Anexo I.4: Territorialização

4.1 PO Açores FEDER: Compensações Financeiras à SATA Air Açores (2010-2011)

Região	Região Autónoma dos Açores
Operação/ medida/política	Programa: PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência Eixo: 19 – Compensar os Sobrecustos da Ultraperiféricidade Tipologia: Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade Designação da Operação: Compensações Financeiras à SATA Air Açores (2010-2011)
Duração	01-10-2009 a 28-06-2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo total: €45.715.616 Custo total elegível: €45.715.616 Financiamento comunitário FEDER: €22.857.808 Financiamento regional público: €22.857.808 Contribuição privada: na
Contactos	Responsável pelo projeto: Luis Filipe de Medeiros Quintanilha Organização: Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos Morada: Rua do Mercado, nº 21, 9500-326 Ponta Delgada Email: drtam@azores.gov.pt Internet: www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtt-drt/
Operação/ descrição da política	A intervenção operacionalizou a utilização de uma dotação específica para a compensação das obrigações de serviço público, com o objetivo de assegurar serviços mínimos de transporte aéreo entre as ilhas dos Açores, fixando para isso, entre outras, imposições ao nível das frequências, capacidade, tarifas, continuidade, pontualidade, horários de voo, categoria das aeronaves, comercialização dos voos e serviços postais, as quais foram publicados no Jornal Oficial da União Europeia nº. C111, de 15 de Maio de 2009. Os parâmetros que serviram de base ao cálculo das compensações financeiras foram previamente estabelecidos, não ultrapassando o necessário para cobrir a totalidade ou parte dos custos gerados pela execução das obrigações de serviço público. Como exemplo de indicadores constantes na apresentação deste serviço público para o apoio comunitário das 15 rotas entre as 9 ilhas sujeitas a obrigação de serviço público refiram-se: as 91 frequências semanais com a oferta de 9.300 lugares.
Contexto estratégico	A Região Autónoma dos Açores é reconhecida, no âmbito do Tratado da União Europeia, como Região Ultraperiférica. O Artigo 349º reconhece as regiões ultraperiféricas e enuncia os handicaps que as caracterizam em relação às regiões centrais e periféricas e explicita a possibilidade de adoção de medidas específicas, destinadas, em especial, a estabelecer condições de aplicação dos tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns. O arquipélago dos Açores é constituído por 9 ilhas, ao longo de um eixo de 600 km, em pleno Atlântico Central, obrigando a um sistema de transporte complexo e com custos acrescidos na mobilidade interna de pessoas e produtos, constituindo a utilização do transporte aéreo uma referência desta temática. No atual período de programação da política regional europeia 2007-2013, e pela primeira vez, foi consagrado em regulamento comunitário a possibilidade destas regiões poderem utilizar financiamentos comunitário para comparticipação de sobrecustos, justamente, desta situação de ultraperiféricidade. No PROCONVERGENCIA foi criado um eixo prioritário “Compensar os Custos da Ultraperiféricidade” exclusivo para este efeito. De acordo com o nº.11 do regulamento (CE) 1080/2006, essa dotação deve ser utilizada em pelo menos 50% do seu montante, em ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com contratos e obrigações de serviço público nas regiões ultraperiféricas e a restante parcela em investimento em infraestruturas e equipamentos.
Operação / conceção da política/ implementação	A estratégia adotada para a utilização da dotação específica dos sobrecustos centrou-se na componente do transporte aéreo inter-ilhas, aspeto que diferencia os Açores do contexto territorial nacional/comunitário, no que se relaciona com a acessibilidade interna. Os parâmetros que serviram de base ao cálculo das compensações financeiras foram previamente estabelecidos, não ultrapassando o necessário para cobrir a totalidade ou parte dos custos gerados pela execução das obrigações de serviço público.

4.2. PO Norte: Minho in

Região	Norte
Operação/ medida/política	Programa: ON.2 – O Novo Norte – Programa Operacional Regional do Norte Eixo: 7 – Competitividade, Inovação e Conhecimento Tipologia: PROVERE Designação da Operação: Minho IN
Duração	4 anos (2009-2013)
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo total (projetos-âncora): €14.265.477 Financiamento comunitário FEDER (projetos-âncora): €10.060.020 Financiamento nacional público (projetos-âncora): €4.205.456 Contribuição privada: na
Contactos	Responsável pelo projeto: Francisco de Calheiros (Coordenador) Organização: Consórcio MINHO IN Morada: Palacete Villa Moraes, Rua João Rodrigues Morais, 4990-121 Ponte de Lima E-mail: minhoin@cim-altominho.pt Internet: www.minhoin.com
Operação/ descrição da política	<p>O “Minho IN” constitui um dos oito PROVERE aprovados no contexto do ON.2 – “O Novo Norte”. Tem como território de referência a zona mais interior e rural da região do Minho. Situada a Norte de Portugal, esta região é delimitada, a norte, pela fronteira com a Galiza, Espanha, e, a oeste, pelo Oceano Atlântico, e constitui uma das marcas turístico-promocionais da Região do Norte.</p> <p>Trata-se de um território caracterizado pelo verde da sua paisagem natural, como os seus vinhos – Denominação de Origem “Vinhos Verdes”-, abundância de água e uma morfologia acidentada, de enorme beleza e biodiversidade. A paisagem constitui o “leitmotiv” desta EEC. Resultante da iniciativa de três Comunidades Intermunicipais (Alto Minho, Cávado e Ave), que, para a sua implementação, constituíram um consórcio envolvendo os atores mais relevantes de caráter público e privado (associações de desenvolvimento local, associações empresariais, instituições de ensino superior, etc.), esta EEC assenta num programa de ação que visa a dinamização do turismo enquanto forma de valorização económica dos ativos - produtivos, ambientais e culturais -, que constituem a sua paisagem.</p> <p>O Programa de Ação desta intervenção assume como objetivo estratégico a valorização da paisagem rural do “Minho”, que constitui um território e uma das quatro marcas turístico-promocionais da Região do Norte. Resultante da interação entre fatores naturais e atividade humana, trata-se de um recurso distintivo e, por essa razão, produtor de capital simbólico e identitário suscetível de valorização económica.</p> <p>Em coerência com esse objetivo, no Programa de Ação propõe-se um conjunto coerente de projetos-âncora que visa, por um lado, estruturar a oferta turística, assente em produtos prioritários previamente definidos (Golfe, Aldeias, Solares e Jardins, Enoturismo, Turismo Natureza, Artes e Produtos Tradicionais, Produtos da Terra, Saúde e Bem Estar), e, por outro, assegurar a promoção conjunta deste setor e deste território não só no mercado interno alargado (envolvendo Espanha) como noutros mercados-alvo. Estes projetos, pelo seu potencial de produção de bens públicos e de outras externalidades, são fundamentais para a alavancagem de outros complementares, de natureza sobretudo empresarial, que melhor aproveitam o acréscimo de procura resultante da dinamização da atividade turística.</p> <p>Os principais resultados desta EEC começam a vislumbrar-se pela capacidade de indução de projetos complementares de natureza, sobretudo, empresarial, designadamente nas áreas da oferta de alojamento turístico e de serviços de animação e da produção e comercialização de produtos locais. Foram apresentados cerca de uma centena de projetos, estando 64 já aprovados – envolvendo um investimento elegível de aproximadamente 33 milhões de euros. Para além do investimento empresarial, destacam-se iniciativas como: ações de marketing territorial, em parceria com Guimarães - Capital Europeia da Cultura e Braga Capital Europeia da Juventude, em mercados prioritários (França, Alemanha e Itália); a requalificação de quatro balneários termais e unidades de alojamento hoteleiro complementares, bem como o desenvolvimento de ações cooperação transfronteiriça com unidades localizadas na Galiza; a estruturação da oferta do Enoturismo na Região dos Vinhos Verdes e sua promoção interna e externa; a melhoria da oferta e a promoção conjunta do Turismo da Natureza, aproveitando a existência de ativos ambientais de elevado valor económico, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês.</p> <p>Simultaneamente, tem-se procurado inserir esta EEC e o respetivo consórcio em redes internacionais de trocas de experiências com outras regiões da Europa que dispõe de iniciativas similares de desenvolvimento económico de territórios de baixa densidade como a Galiza, em Espanha, a Baixa</p>

	<p>Áustria, na Áustria, e as Províncias de Venécia, Udine e Belluno, em Itália. Saliente-se, a este propósito, a participação deste consórcio nas duas últimas edições dos “Open Days”, organizada pelo Comité das Regiões e Comissão Europeia.</p>
Contexto estratégico	<p>O “Minho IN” constitui uma das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) aprovadas no contexto do ON.2 – “O Novo Norte”. Os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), inseridos nas Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, são um dos quatro tipos de Estratégia de eficiência Coletiva previstos no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).</p>
Operação /conceção da política /implementação	<p>Após o reconhecimento formal desta EEC, o consórcio liderado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho apresentou, de imediato, uma candidatura para a criação de uma Estrutura de Gestão e Apoio Técnico. Esta estrutura foi fundamental para o desenvolvimento das redes constituídas pelos principais agentes responsáveis pela dinamização dos projetos associados aos produtos turísticos prioritários. Este trabalho permitiu, num primeiro Aviso lançado pela Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte”, a apresentação e aprovação de seis projetos-âncora, representando um investimento elegível de 3,6 milhões de euros. Após a realização do exercício de avaliação desta primeira fase de implementação do Programa de Ação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, foram apresentados os restantes projetos-âncora, em resposta ao lançamento de um segundo Aviso.</p> <p>Por fim, esta experiência de planeamento “<i>bottom up</i>” e gestão participada pelos agentes locais reúne condições para ser reproduzida no contexto do modelo de “Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade” proposto pela Comissão Europeia para o período de programação 2014-2020. Os pré-requisitos para uma iniciativa desta natureza foram-se consolidando ao longo do tempo: a existência de um território pertinente, do ponto de vista da conceção de uma estratégia de desenvolvimento endógeno, e de uma parceria local, envolvendo os municípios e as suas associações, os grupos de ação local, as instituições de ensino (superior e profissional), as organizações não-governamentais na área do ambiente e os agentes empresariais e seus representantes, sob a forma quer de organizações socioeconómicas, quer de organizações socioprofissionais.</p>

Anexo I.5: Igualdade de Oportunidades

5.1 PO Açores FSE: Programa “Berço de Emprego”

Região	Região Autónoma dos Açores
Operação/ medida/política	Programa: PRO-EMPREGO - Programa Operacional FSE da RA dos Açores Eixo: 1 – Qualificação do Capital Humano, do Emprego e da Iniciativa para a Competitividade Regional Ação-tipo 1.2.2.2 – <i>Job Rotation</i> para apoio à maternidade Designação da operação: Programa “Berço de Emprego”
Duração	Período de vigência do PO
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo Total: €1.263.046 Custo total elegível: €1.263.046 Financiamento comunitário FSE: €1.073.589 Financiamento regional público: €189.457 Contribuição privada: na
Contatos	Responsável pelo projeto: Maria da Conceição Cândido de Melo Organização: Direção regional do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor Morada: Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro s/n 9500-119 Ponta Delgada Email: maria.cc.melo@azores.gov.pt Internet: http://proemprego.azores.gov.pt/
Operação/ Descrição da política	A medida consiste na possibilidade de substituir as trabalhadoras que se ausentam do serviço por motivo de gozo da licença de maternidade, por desempregadas beneficiárias de subsídio de desemprego, durante todo o período da licença acrescido de dois meses, sem custos para o empregador. Esta medida tem por objetivo potenciar a transição de mulheres para o mercado de trabalho e extinguir o estigma de que a contratação de mulheres e, por conseguinte, o eventual exercício da maternidade no decurso da vida ativa, constitui um encargo para as entidades empregadoras. De 2008 até ao final de 2011, e em resultado dos apoios concedidos pelo PO Açores FSE, foram abrangidas 803 mulheres, o que representa cerca de 67% da média anual prevista. No entanto, estes números não têm em consideração as mulheres colocadas nos serviços da administração regional e local, cuja despesa é suportada pelos respetivos serviços de acolhimento. Em termos de objetivo último do Programa “Berço de Emprego”, há a salientar o facto de, até ao final de 2011, terem sido integradas no mercado de trabalho 223 mulheres, tendo já sido ultrapassada a meta prevista para 2013.
Contexto estratégico	Numa lógica global de igualdade de oportunidades, a medida insere-se num contexto consciente da mais-valia que constitui a inserção de mulheres na vida ativa, que em grande medida tem sido responsável, por um lado, pelo acréscimo de produtividade que lhe está associado e, por outro, pela aproximação da taxa de atividade das mulheres ao nível, mais elevado, da taxa de atividade dos homens.
Operação / Conceção da política / Implementação	Sendo uma medida com potenciais ganhos para todas as partes envolvidas (entidade empregadora, trabalhadores em licença de maternidade e mulheres desempregadas com direito a subsídio que pretendem um emprego temporário), requer uma gestão criteriosa de compatibilização e ajustamento entre as competências do trabalhador de licença e o perfil de competências da trabalhadora temporária.

Anexo I.6: Prevenção da discriminação de grupos marginalizados ou promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade

6.1 PO Alentejo: Lar residencial "Vidas Coloridas II"³⁹

Região	Alentejo
Operação	Programa: INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo Eixo: 9 – Coesão Local e Urbana Tipologia: Equipamentos e Serviços Coletivos de Proximidade (Coesão Local) Designação da operação: Lar residencial “ Vidas Coloridas II”
Duração	Data Prevista: de 01-01-2010 a 31-12-2011 Data de conclusão: 30-04-2012
Objetivo	Convergência
Financiamento	Aprovado Custo total: € 842.195 Custo total elegível: €695.820 Financiamento comunitário FEDER: € 487.074 Financiamento nacional público: € 208.746 Contribuição privada: €146.375
Contactos	Responsável pelo projeto: Ricardo Rosa Organização: CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Beja, CRL Morada: Estrada Évora Quinta Britos - 7800-242 Beja Email: capacitar@cercibeja.org.pt Internet: www.cercibeja.org.pt
Operação/ descrição da política	Construção de uma unidade residencial para Pessoas Com Deficiências e Incapacidades (PCDI), em Beja, com capacidade para acolher 20 pessoas, oriundas do Distrito de Beja, dando assim resposta a uma necessidade premente há muito sentida. Paralelamente, serão criados 12 postos de trabalho direto. Os principais objetivos operacionais do projeto são: i) Disponibilizar alojamento e apoio residencial; ii) Promover condições de vida e de ocupação, que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida dos seus destinatários; iii) Promover estratégias de reforço da autoestima e da valorização e autonomia pessoal e social; iv) Assegurar condições de estabilidade aos destinatários, reforçando a sua capacidade de autonomia para a organização das atividades da vida diária; v) Prestar apoio na integração escolar, centros de atividades ocupacionais, formação profissional, emprego protegido ou no acesso ao mercado normal de trabalho; vi) Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido de promover a integração social dos destinatários. O Lar Residencial “Vidas Coloridas II” encontra-se em funcionamento, com resultados a 50 %, dado que já se encontram criados 6 postos de trabalho, o que permitiu o acolhimento a novos 10 utentes, com plena integração nas atividades desenvolvidas pela instituição. A restante capacidade criada encontra-se em fase de seleção de utentes.
Contexto estratégico	O projeto pretende contribuir para a inclusão social e integração profissional de jovens e adultos com deficiência e incapacidades e outros públicos desfavorecidos, mediante a prestação serviços de qualidade às Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PCDI), de forma integrada, no sentido de proporcionar a sua integração socioprofissional plena.
Operação/ conceção da política/ implementação	No desenvolvimento da sua Missão, esta entidade fomenta os valores da dignidade, respeito, individualidade, autonomia, capacidade de escolha, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade e participação. Os utentes deverão ter sempre uma participação ativa nas atividades da instituição, nomeadamente, na elaboração do regulamento interno, plano de atividades e decisões que afetem o seu quotidiano. Ao assumir estes valores, a intervenção permite: reconhecer e respeitar a diferença de cada um dos utentes e considerar as suas capacidades e interesses; promover a sua autonomia e o seu crescimento/desenvolvimento enquanto pessoa responsável por si mesmo; estimular e encorajar as escolhas e a tomada de decisões.

Notas: nd – não disponível; na – não aplicável

³⁹ Esta boa prática também poderia ser considerada no âmbito do crescimento inclusivo, mas inseriu-se neste objetivo da Política de Coesão, atendendo ao destaque dado ao mesmo no documento de orientações do COCOF.

Anexo II: Respostas do QREN ao Plano Europeu de Relançamento da Economia, nos termos das questões colocadas no anexo II do documento do COCOF

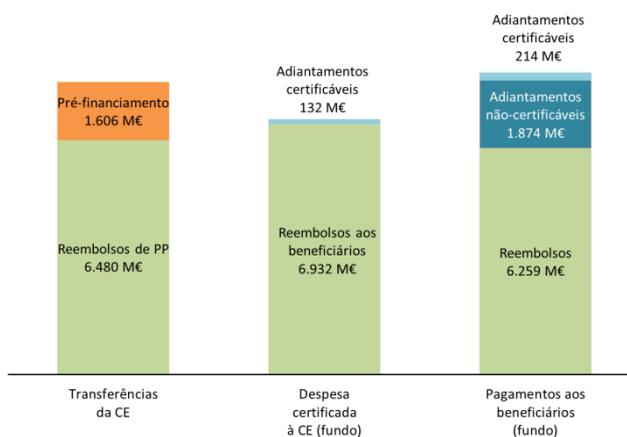
1. Financing:

a. Explain the national policy on the use of advances under Cohesion Policy (2007-2009) to pre-finance operations on the ground? To public authorities? To enterprises or other economic operators? What (estimated) volume of the prefinancing made available was paid out to beneficiaries as advances?

A injeção de liquidez nas economias em tempo útil constitui-se como um fator crucial para o relançamento e crescimento económico. O QREN, enquanto instrumento financeiro da Política de Coesão, assume um papel importante nesta dinâmica, pelo que, as decisões adotadas pela UE, no sentido de acelerar a transferência de fundos estruturais para os EM, nomeadamente através da disponibilização de verbas a título de pré-financiamento, vieram a demonstrar-se de grande relevância.

No final de dezembro de 2011, tinham sido transferidos para Portugal, a título de fundos FSE 488 M€ de pré-financiamento e 2,9 mil M€ de reembolsos; a título de fundos FEDER e FC, cerca de 1,1 mil M€ de pré-financiamento e 3,6 mil M€ relativos a reembolsos.

Anexo II. 1: Fluxos Financeiros (FEDER, Fundo de Coesão e FSE), até 31 de dezembro de 2011



Fonte: Sistema Monitorização QREN

Esta medida, ao garantir liquidez imediata, permitiu facilitar os pagamentos aos beneficiários dos projetos, embora, no final de dezembro de 2011, o valor dos pagamentos do FEDER e FC aos beneficiários ultrapassassem, em 417 M€, o montante de transferências realizadas pela CE, contabilizados os valores do pré-financiamento e dos reembolsos transferidos, o que evidencia um esforço nacional relevante para assegurar as condições adequadas de acesso às verbas disponíveis, como forma de agilizar a execução dos projetos apoiados.

O repasse, para a economia real, das verbas disponíveis é assegurado por um sistema que prevê a realização de pagamentos a beneficiários a título, não só de reembolso, mas também de adiantamento.

Os pagamentos efetuados a título de adiantamento são, na sua maioria, suportados pela constituição de garantias bancárias ou contra a apresentação de faturas, ficando neste caso o beneficiário obrigado a apresentar os

comprovativos do pagamento integral da despesa, que serviu de base ao pagamento do adiantamento, num período pré-definido.

A Norma que regula os pagamentos efetuados no âmbito do sistema de incentivos às empresas prevê a modalidade de pagamento a título de adiantamento contra garantia, até um valor máximo de 50% do incentivo aprovado, ou contra fatura. Esta Norma proporciona um bom grau de flexibilidade, quer ao nível dos valores máximos concedidos a título de adiantamento contra garantia, quer ao nível das taxas de cobertura da garantia face ao montante do adiantamento.

Esta modalidade de pagamento constitui uma importante medida de criação de liquidez na economia real, proporcionando aos beneficiários, empresas, entidades públicas e restantes agentes económicos, uma tesouraria mais adequada para arranque da implementação dos seus projetos de investimentos.

No final de 2011, dos 5 mil M€ pagos a beneficiários e transferidos para organismos intermédios, aos quais cabe o pagamento a beneficiários finais no âmbito de sistemas de incentivos e todas as operações nas Regiões Autónomas, 26% representavam pagamentos efetuados a título de adiantamentos, dos quais 16% constituíam adiantamentos certificáveis. Considerando o volume de adiantamentos efetuados às empresas com projetos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos do Continente, este ascendia a 295 M€ (25% do total de pagamentos efetuados), dos quais 73% eram adiantamentos certificáveis, sendo os restantes suportados pela tesouraria nacional.

No caso do FSE, em 31 de dezembro de 2011, o valor das transferências para Portugal era superior, em 157 M€, ao montante dos pagamentos efetuados aos beneficiários.

O processo de pagamento aos beneficiários está definido na legislação nacional, sendo comum a todos os projetos apoiados. As entidades recebem um adiantamento de 15% do valor aprovado para cada ano civil, o reembolso das despesas efetuadas e pagas até ao limite de 85% do montante total aprovado e, após encerramento dos projetos, o reembolso do saldo final que vier a ser aprovado.

***b. Is expenditure incurred on major projects being declared while submissions to the Commission are pending?
What (estimated) volume of financing has been involved?***

No âmbito das políticas de simplificação implementadas pela CE, na sequência da entrada em vigor, em 9 de abril de 2009, do Regulamento (CE) n.º 284/2009, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no que diz respeito a disposições relativas à gestão financeira, tornou-se possível certificar despesa de um Grande Projeto à CE, sem ter ocorrido a respetiva decisão favorável.

Em termos nacionais, a autoridade de certificação do FEDER e FC, adotou a medida de flexibilidade criada pela Comissão, condicionando, no entanto, a certificação destas despesas ao cumprimento de um requisito prévio que é o de ter ocorrido, para efeitos de apreciação, a notificação à CE do respetivo Grande Projeto (Circular IFDR n.º 04/2009, de 13 de julho).

A intensidade na implementação desta medida depende do grau de maturidade do Grande Projeto, refletido na execução passível de certificação, bem como do tempo despendido no processo de notificação à CE.

Assim, até ao final de 2011, tendo em consideração o universo de Grandes Projetos com adoção de decisão posterior à presente medida de simplificação, ou aguardando ainda decisão da CE, constata-se que esta medida foi aplicada em 52,6% dos Grandes Projetos. Em termos práticos, a implementação desta medida possibilitou a certificação de dez Grandes Projetos, envolvendo uma despesa elegível de 648 M€, dos quais 369 M€ se referem a despesa pública.

Anexo II. 2: Certificação de despesas efetuadas até final de 2011 prévia à adoção da decisão dos Grandes Projetos pela CE

Programa Operacional	Grandes Projetos passíveis de certificação de despesa (nº)	Certificação de despesas prévia à adoção da decisão pela CE			
		Grandes projetos		Despesa elegível (€)	Despesa pública (€)
		Nº	% (dos passíveis)		
PO FC	7	3	42,9	333 773 136	54 792 260
PO VT	10	7	70,0	314 254 570	314 254 570
PO Centro	1	0	0,0	0	0
PO Madeira FEDER	1	0	0,0	0	0
Total	19	10	52,6	648 027 705	369 046 829

Fonte: IFDR

A presente medida assumiu uma maior expressividade no caso dos Grandes Projetos enquadrados no PO VT, representando 70% do número total, na medida em que o processo de notificação à CE se tem revelado mais moroso, face ao que sucede para os Grandes Projetos no âmbito do PO FC (42,9% do total).

Neste contexto, esta medida de simplificação mitigou parcialmente a consequência que poderia advir da morosidade dos processos de notificação à CE, cuja apreciação, por parte desta entidade, tem excedido o prazo estipulado no número 2 do artigo 41.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006: a CE aprova uma decisão logo que possível e o mais tardar três meses após a apresentação de um Grande Projeto pelo EM ou pela AG.

c. Are advances under state aid schemes to SMEs paid and declared to the Commission for reimbursement? What (estimated) volume of financing has been involved?

Outra medida de simplificação implementada pela CE, igualmente passível com a entrada em vigor, em 9 de abril de 2009, do Regulamento (CE) n.º 284/2009, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, prende-se com a possibilidade de certificar adiantamentos que excedem 35% do montante total do auxílio estatal a conceder aos beneficiários no âmbito dos sistemas de incentivos vigentes.

Tendo em consideração que o Regulamento Geral FEDER e FC, que define o regime geral de aplicação a nível nacional, contempla uma redação abrangente, não se verificou a necessidade de alteração deste dispositivo, para que a presente medida de simplificação fosse aplicada integralmente em Portugal.

Tendo por base a última certificação de despesas de 2011 verificou-se que, em termos acumulados, nos eixos prioritários com auxílios estatais, existiam adiantamentos certificáveis em seis programas operacionais: PO FC e PO Regionais do Continente (excluindo apenas os PO das R. A. Açores e Madeira). O montante de adiantamento certificável representava 17,1% do total certificado para a despesa pública nos respetivos eixos prioritários, assumindo maior relevo no PO FC (19,3%), PO Centro (26,4%) e PO Alentejo (26,3%).

Anexo II. 3: Adiantamentos certificáveis incluídos na última certificação de despesas de 2011

Programa Operacional	Certificação de despesas dos Eixos Prioritários com incentivos (€)			Peso dos adiantamentos certificáveis (%)	
	Total		Adiantamentos Certificáveis	Despesa elegível	Despesa pública
	Despesa elegível	Despesa pública			
PO FC	2 054 135 852	729 777 868	141 142 602	6,9	19,3
PO Norte	238 536 181	169 772 423	29 956 920	12,6	17,6
PO Centro	159 685 891	120 733 116	31 808 408	19,9	26,3
PO Lisboa	64 683 560	51 372 258	6 682 155	10,3	13,0
PO Alentejo	60 437 211	42 160 090	11 096 707	18,4	26,3
PO Algarve	49 767 897	20 275 628	898 748	1,8	4,4
PO Açores FEDER	123 859 729	123 859 729	0	0,0	0,0
PO Madeira FEDER	38 033 727	34 490 189	0	0,0	0,0
Total	2 789 140 048	1292 441 300	221 585 540	7,9	17,1

Fonte: IFDR

A presente medida assume relevância, uma vez que em 31 de dezembro de 2011, existiam 1.100 projetos em que haviam sido concretizados adiantamentos certificáveis. Deste universo, 331 projetos, ou seja 30% do total dos projetos, detinham adiantamentos certificáveis que excediam os 35% do montante do auxílio aprovado, sendo que envolvia um montante de 3,2 M€, ou seja, 1,5% do total dos adiantamentos.

A presente medida de simplificação, no final de 2011, refletia-se com maior intensidade no PO FC, PO Norte e PO Centro, onde os adiantamentos que excedem os 35% do total do auxílio estatal assumiam, respetivamente, 1,7%, 1,5% e 1,7% do total dos adiantamentos.

d. Is frontloading of planned investment over the Period 2007-2013 being implemented? Please estimate the impact.

Tendo em vista a aceleração da execução dos projetos promovidos pelas Autarquias Locais, em 9 de março de 2010 foi celebrado o Primeiro Memorando de Entendimento, entre Governo da República e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) que tinha como objetivo definir o Plano de Iniciativas para Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal. Nesse Plano, o Governo e a ANMP comprometeram-se a envidar os seus melhores esforços para que a implementação do Plano de 18 Iniciativas se traduza na viabilização de cerca de 600 M€ de novos investimentos de iniciativa municipal, contribuindo para aumentar a execução dos fundos.

Um conjunto adicional de 16 iniciativas tendentes a dar continuidade à promoção da execução dos investimentos de iniciativa municipal foi definido no Segundo Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP, celebrado em 10 de fevereiro de 2011.

Entre as medidas então definidas destaca-se o aumento das taxas de cofinanciamento aplicáveis à despesa apresentada no âmbito destes projetos, tendo a reprogramação dos PO para acomodação deste acréscimo apenas ocorrido em finais de 2011.

e. Is the use of flexibility in the existing programmes to modulate the rate of the EU contribution to projects (up to 100% of the eligible costs) being used? Please estimate the impact.

O mecanismo de flexibilidade que permite modelar as taxas de cofinanciamento aprovadas para as operações até ao limiar de 100% do custo total elegível, tem sido, em termos nacionais, utilizado com pouca expressão. No universo dos projetos financiados pelo FEDER e FC, apenas foram adotadas taxas de cofinanciamento superiores a 85% para um conjunto limitado de oito operações, todas financiadas ao abrigo de medidas de assistência técnica FEDER.

No caso do FSE, a taxa de cofinanciamento dos projetos é idêntica à taxa de cofinanciamento definida para cada uma das tipologias de intervenção, a qual, na generalidade das situações, corresponde à taxa de cofinanciamento do respetivo eixo prioritário. No universo dos projetos apoiados pelo FSE não existem situações em que a taxa de cofinanciamento seja superior a 85%.

2. Simplification of categories of eligible expenditure:

Are your authorities using or planning to use

a. Indirect costs declared on a flat-rate basis?

b. Flat-rate costs calculated by application of standard scales of unit cost?

c. Lump sums to cover all or part of the costs of an operation?

If use has been made of these categories of expenditure, please provide:

- Information on types of operations where the use of these categories of expenditure is made.

- Information on the (estimated) amount paid out by the beneficiaries and included in payment claims sent to the managing authority;

No caso do FSE, já está a ser aplicado o regime de custos simplificados definido na alínea b) – custos de taxa forfetária calculados por aplicação de escalas normalizadas de custos unitários – em duas modalidades de formação: cursos de ensino profissional ministrados nas escolas profissionais e cursos de educação e formação de jovens (CEF).

O regime de custos simplificados aplicado nos cursos de formação profissional ministrados por escolas profissionais privadas aplica-se em todo o território nacional nas ações cofinanciadas pelos três programas FSE (PO PH, PO Madeira FSE e PO Açores FSE), tendo sido parametrizados quatro escalões para o indicador custo/turma/ano, de acordo com as áreas de formação, abrangendo os custos com formadores e todos os custos

de funcionamento. Apenas os apoios diretos a formandos não são integrados no indicador custo/turma/ano, mantendo-se no regime de custos reais.

Todo o processo de aplicação deste regime está definido na legislação nacional que enquadra a atribuição dos apoios do FSE, nomeadamente no Decreto Regulamentar nº 84-A/2007 de 10 de dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar nº 4/2010 de 15 de outubro; Despacho nº 18619/2010, de 15 de dezembro e no Despacho nº 11498/2012, de 24 de agosto (que definem a forma de operacionalizar o regime de custos simplificados na tipologia 1.2 do PO PH relativa aos Cursos Profissionais); Despacho Conjunto das Secretarias Regionais dos Recursos Humanos da Educação e Cultura e do Plano e das Finanças da Região Autónoma da Madeira, publicada no JORAM nº 137, II série, de 20 de julho de 2011; Despacho Normativo nº 43/2011, de 9 de junho, que estabelece as regras e os custos elegíveis a cofinanciar pelo PO Açores FSE.

O regime de custos unitários aplicado nos cursos CEF abrange a formação realizada por entidades beneficiárias privadas, cofinanciada pelo PO PH em conformidade com as regras definidas de forma detalhada na respetiva regulamentação específica, ou seja no Despacho nº 1402/2011, de 17 de janeiro e no Despacho nº 11497/2012, de 24 de agosto.

Até 31 de dezembro de 2011 a execução dos projetos abrangidos pelo regime de custos unitários (despesa paga pelos beneficiários validada pela autoridade de gestão) em valores de despesa pública (FSE+CPN) é de cerca de 175 M€.

O regime de custos unitários, apesar de aplicado numa escala reduzida em relação ao universo dos projetos apoiados, tem vindo a revelar-se como positivo em matéria de simplificação de procedimentos. Genericamente, o modelo foi bem aceite pelas entidades beneficiárias, conferindo autonomia e maiores garantias na gestão do financiamento e eliminando algum grau de subjetividade no apuramento da despesa elegível.

Apesar da incorporação das medidas de simplificação de custos previstas pela Regulamentação da UE⁴⁰, ao nível da regulamentação nacional dos Fundos, no caso do FEDER⁴¹, a aplicação destes procedimentos ficou condicionada à definição posterior, por um lado, de metodologias para a contabilização dos custos indiretos e dos custos diretos calculados com base em taxas forfetárias e, por outro lado, de tabelas para o cálculo dos montantes fixos, o que se tem revelado mais complexo e moroso do que inicialmente previsto. Pretendeu garantir-se, desta forma, a harmonização no tratamento destes custos e o cumprimento dos requisitos definidos no documento COCOF 09/0025/04 nesta matéria – metodologias justas, equitativas e verificáveis.

Especial relevância foi dada à medida relativa à simplificação dos custos indiretos, por se antecipar a aplicação de procedimentos mais simplificados e céleres na aceitação de custos, aos quais se encontram associadas exigências de submissão (por parte dos promotores) e de verificação (por parte das estruturas técnicas dos Programas) de um volume considerável de documentação, na generalidade dos casos para justificar despesas de reduzida dimensão financeira. Foi, assim, promovida a elaboração de um estudo para identificação das tipologias de operações

⁴⁰ Regulamento (CE) n.º 397/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 Julho.

⁴¹ Através do Despacho n.º 10/2009, de 24 de Setembro, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que fixa as regras comuns relativas a tipologia de despesas não elegíveis a financiamento pelo FEDER e pelo FC.

passíveis de aplicação da medida e da metodologia a aplicar, cuja conclusão veio a acontecer em janeiro de 2011. Com base neste trabalho está a ser desenvolvida a metodologia a apresentar à CE neste âmbito, nos termos definidos no documento COCOF 09/0025/04, não tendo, até à data, sido possível concretizar a referida metodologia.

Tendo presente que o ano de 2013 marca o final da programação associada ao QREN, estamos em crer que a eventual utilização destas medidas, particularmente a relativa aos custos indiretos, terá como objetivo principal adquirir alguma experiência para a implementação do próximo período de programação.

3. Enlarging or adjusting the priorities of OPs

a. What measures under the four priority areas outlined in the Communication (people, business, infrastructure and energy; research and innovation) are being accelerated or adjusted? Are other adjustments necessary to the initially planned measures in order to meet new or different needs? What is the likely impact of these actions? Higher numbers of beneficiaries that anticipated? New needs identified?

A nível nacional, o contexto particularmente desfavorável para o mercado de trabalho obrigou, a partir de 2009, ao reforço das medidas ativas de emprego através da adoção de medidas específicas de apoio à criação e manutenção de emprego integradas na Iniciativa para o Investimento e Emprego, de que se destacam:

- (i) o plano excecional de apoio a empresas e trabalhadores em situação de redução temporária de atividades através do Programa de Qualificação-Emprego, centrado na qualificação e reforço das suas competências durante o período de redução do tempo de trabalho ou de suspensão dos contratos de trabalho, promovendo medidas que apoiem a manutenção dos empregos existentes e potenciem a criação de novos postos de trabalho, articulando esta necessidade com o desenvolvimento de condições que facilitem a melhoria da sua qualificação;
- (ii) o reforço dos estágios profissionais e dos apoios à contratação que, neste contexto, foram objeto de reformulação, de forma a integrar aspetos diferenciadores ao nível do ajustamento dos público-alvo e da duração dos apoios, de forma a ampliar e ajustar a intervenção destas medidas às novas dificuldades que o quadro de crise económica veio colocar; procurou-se, nomeadamente, facilitar o acesso dos jovens até aos 35 anos e a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, facilitar a entrada de todos os ativos com mais de 35 anos que melhoraram as suas qualificações em novos postos de trabalho e em atividades mais exigentes ao nível de competências e qualificações e, ainda, promover a inserção ou reconversão de jovens para a vida ativa, completando uma qualificação de nível 3 ou 4 através de formação prática em contexto laboral.
- (iii) o reforço das medidas dirigidas à reinserção no mercado de trabalho de desempregados, designadamente através de medidas que promovam a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho através do exercício de atividades socialmente úteis.

No âmbito do FSE e de forma a integrar estas novas medidas de resposta à crise, foi efetuada a reprogramação do PO PH integrando-se, no eixo 5, duas novas tipologias de intervenção dirigidas à manutenção do emprego dos

trabalhadores de empresas em regime de *lay-off*, devido ao impacto da crise e à inserção de desempregados em atividades socialmente úteis.

In particular,

b. Are OPs being amended to open the scope of actions to energy efficiency and renewable energies in housing? If yes, what amount has been (will be) allocated to these measures? What kinds of operations are concerned?

As alterações regulamentares comunitárias foram incorporadas nas disposições regulamentares nacionais.

Assim, quanto a alterações nos textos dos Programas Operacionais e regulamentação nacional e específica, assinala-se, no que diz respeito à promoção da eficiência energética em habitação, a introdução de algumas especificações neste domínio, sendo de salientar as alterações dos PO Regionais do Norte e Centro que passaram a incluir⁴², no texto relativo à Abordagem do Desenvolvimento Urbano, a tipologia de operação *melhoria das condições de eficiência energética no edificado*.

Tendo presente a relação estabelecida entre a reabilitação urbana e a eficiência energética, as autoridades nacionais procederam à adoção do Regulamento Específico *Reabilitação Urbana*⁴³, através do qual foram revogados os Regulamentos Específicos no âmbito da Política de Cidades, Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.

A adoção deste novo regulamento insere-se no conjunto de iniciativas promovidas para acelerar a execução dos investimentos de iniciativa municipal constantes do Segundo Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo e a ANMP (ver acima), de entre as quais releva o objetivo de acelerar a execução das ações no âmbito da Política de Cidades.

Nos termos do artigo 6.º deste Regulamento, são elegíveis a cofinanciamento FEDER, no âmbito dos PO regionais do Continente, as operações relativas à melhoria das condições de eficiência energética em habitação existentes e aos equipamentos de microprodução de energia através da utilização de fontes renováveis, sendo as mesmas da responsabilidade ou iniciativa dos proprietários de prédios urbanos, em condições, contudo, muito específicas, tal como definido neste documento (artigos 8.º 11.º e 13.º).

Ainda na esfera da reabilitação urbana e eficiência energética, são de salientar as disposições de enquadramento da Iniciativa JESSICA - *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*, que preveem o apoio neste domínio. Muito embora tenham ocorrido já em 2012, salientam-se duas alterações promovidas com o objetivo de clarificar estes apoios. A primeira diz respeito à modificação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana confirmada em 14 de maio 2012 pela CMC dos PO regionais do Continente e pela CMC do PO VT para, entre outras iniciativas, definir o regime de acesso aos apoios concedidos por estes Programas no âmbito da Iniciativa JESSICA, nomeadamente quanto à área de intervenção *eficiência energética e energias renováveis em áreas urbanas*. A segunda diz respeito à clarificação introduzida nos textos dos PO Norte, PO Centro e PO Alentejo no decurso da

⁴² Com a adoção das respetivas decisões de dezembro de 2011 na sequência da apresentação da reprogramação técnica junto da CE.

⁴³ Por deliberação da CMC dos PO Regionais do Continente, de 16 de Junho de 2011.

reprogramação estratégica, iniciada em julho de 2012, quanto à área de intervenção da iniciativa relativa à eficiência energética e energias renováveis.

De igual forma também ao nível da Regulamentação Específica da Energia foram promovidas alterações para incorporação das modificações da regulamentação comunitária⁴⁴, salientando-se as deliberações aprovadas pela CMC dos PO regionais do Continente, em 09 de junho de 2010 e 09 de julho do mesmo ano, respetivamente, através das quais passaram a ser elegíveis operações de utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em habitação social existente, através do isolamento térmico, da utilização da energia solar e da biomassa.

c. Are JEREMIE-type access to finance instruments to benefit SMEs being accelerated or expanded? What is the expected total financial volume? And the EU co-financing?

O instrumento financeiro JEREMIE não foi implementado no âmbito dos PO FEDER e Fundo de Coesão.

d. Have capacity building priorities to reinforce within public authorities their ability to plan, implement, monitor and control OPs been modified or reinforced?

Apesar das alterações verificadas, constata-se que os exercícios de reprogramação não exigiram ajustamentos significativos em termos do sistema de gestão, monitorização e controlo do QREN e dos Programas Operacionais.

Não obstante, a aprovação do QREN conduziu à criação de novos Organismos Intermédios (OI), designadamente as CIM, tendo claramente permitido reforçar a sua capacidade de atuação. Por sua vez, as funções da Autoridade de Certificação do FEDER e FC resultaram, também, claramente reforçadas no atual período de programação, tendo sido promovido um elevado esforço de capacitação nesta área.

4. Simplifying the national / regional implementation mechanisms

a. What national measures have been taken to accelerate the implementation of OPs? Clarifying procedures? Revised guidance? Revised national legislation? Simplified procedures?

No contexto atual de profunda crise económica e financeira, o qual difere grandemente do contexto de enquadramento de preparação e lançamento do período de programação vigente, as autoridades nacionais têm procurado promover um conjunto de iniciativas para aceleração da execução⁴⁵, quer de operações na esfera empresarial, quer das promovidas pelas entidades públicas.

Estas iniciativas têm, obviamente, fundamento nas ações implementadas pela UE, particularmente desde 2009, tendentes à minimização dos efeitos da crise e à aposta nas estratégias identificadas para reforço da competitividade económica e consolidação das contas públicas, no quadro das responsabilidades assumidas pelas autoridades nacionais, nomeadamente no Programa de Assistência Económica e Financeira definido para Portugal.

⁴⁴ Regulamento (UE) n.º 437/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio que altera o artigo relativo às elegibilidades do FEDER do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho.

⁴⁵ Refira-se que foi fixada a meta de execução do QREN de 40% a atingir até ao final de 2011.

No que se refere à regulamentação FSE, e tal como referido no ponto 2, foi ajustada a legislação nacional de forma a acolher o regime de custos simplificados e a definir o respetivo processo de aplicação. A implementação das medidas de política de combate à crise integradas na Iniciativa para o Investimento e Emprego (enunciadas no ponto 3a), implicou a definição de regimes específicos e o ajustamento da legislação nacional.

Atendendo à importância do investimento da responsabilidade dos municípios, são de referir os já citados Memorandos celebrados entre o Governo e a ANMP, em 09 de março 2010 e 10 de fevereiro de 2011⁴⁶, no âmbito dos quais foram identificadas medidas, quer de simplificação de procedimentos, quer de ações específicas para reforço da execução, algumas das quais ditaram a revisão do regulamento de enquadramento geral do FEDER e Fundo de Coesão e de um conjunto significativo de Regulamentos Específicos.

De entre estas medidas poderão ser destacadas:

- o aumento das taxas de cofinanciamento para 80% no âmbito dos PO regionais Convergência em 2010 e 2011;
- o aumento das taxas de cofinanciamento para 80% no âmbito do Ciclo Urbano da Água do PO VT e outras tipologias específicas de investimento municipal em 2011;
- a bonificação para 85% da taxa de cofinanciamento das despesas executadas e apresentadas em 2011;
- a utilização da modalidade de apresentação de candidaturas em “contínuo”, ou “balcão permanente”;
- a criação no âmbito de cada PO regional do Continente de uma “bolsa de mérito à execução”, acessível a Municípios das CIM com melhor capacidade de execução;
- a promoção da execução de domínios específicos, como a Política de Cidades, ou de determinadas tipologias, como os Centros Escolares;
- a eliminação de compromissos sem capacidade de execução e a promoção/substituição de compromissos com fraca capacidade de execução;
- o assegurar de condições adequadas de admissibilidade e aprovação de novas operações, bem como de condições adequadas de execução e gestão das operações já aprovadas;
- a promoção de medidas específicas para as regiões Lisboa e Algarve: Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e Parcerias para a Regeneração Urbana.

Também na esfera do apoio às empresas foram tomadas medidas de resposta à crise e fomento da execução – ajustamento de operações aprovadas, dos calendários de execução e dos montantes de investimento; novos meios de acesso ao crédito por parte das empresas; simplificação de procedimentos; concentração em atividades transacionáveis – as quais se traduziram igualmente no ajustamento dos documentos de enquadramento geral e específico dos sistemas de incentivos.

No que às alterações de âmbito geral diz respeito, como já referido, as várias medidas implementadas ditaram a necessidade de revisão regulamentar.

Neste contexto, são de assinalar as promovidas ao nível do Regulamento Geral FEDER e FC pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, através das deliberações aprovadas em 20 de abril de 2010, 21 de janeiro

⁴⁶ Em 28 de maio de 2012 foi celebrado um terceiro Memorando entre o Governo e a ANMP

2011 e 21 de dezembro de 2011. As alterações de 20 de abril de 2010 e 21 de janeiro de 2011 visaram regular procedimentos que se querem mais simplificados na esfera dos pagamentos aos beneficiários e das condições de aceitação das operações.

A deliberação de 21 de dezembro de 2011 encontra-se relacionada com a reprogramação do QREN promovida nesse ano. Com efeito, as alterações de elegibilidades de diversas tipologias de investimento entre PO justificaram a necessidade da adoção de disposições regulamentares complementares.

Também na esfera da regulamentação específica se assinala a necessidade que houve na compatibilização dos vários documentos de enquadramento com algumas das medidas implementadas anteriormente identificadas, sendo de destacar, em 2010 e 2011 as alterações aos seguintes Regulamentos Específicos:

Anexo II. 4: Regulamentos Específicos com alterações introduzidas em 2010 e 2011

2010	2011
Portaria relativa ao SI I&DT	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
Portaria relativa ao SI PME	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Portaria relativa ao SI Inovação	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento – EDSC
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação – SAFPRI	Mobilidade Territorial
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento – EDSC	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Mobilidade Territorial	Energia
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos
Energia	Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	Saúde
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	Património Cultural
Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	Equipamentos para a Coesão Local
Património Cultural	Rede de Equipamentos Culturais
Equipamentos para a Coesão Local	Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Rede de Equipamentos Culturais	Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana	Reabilitação Urbana
Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Valorização Económica dos Recursos Específicos
Valorização Económica dos Recursos Específicos	Ações de Valorização do Litoral
Ações de Valorização do Litoral	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	Combate à Erosão e Defesa Costeira
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais	Prevenção e Gestão de Riscos
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Imateriais	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Imateriais
Ciclo Urbano da Água	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas
Otimização da Gestão de Resíduos	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento
Promoção e Capacitação Institucional	Empreendimento Fins Múltiplos de Alqueva
	Ciclo Urbano da Água
	Otimização da Gestão de Resíduos
	Promoção e Capacitação Institucional

Na sequência da adoção do Regulamento (UE) n.º 1311/2011, de 13 de dezembro, através do qual foi definido um mecanismo de derrogação, que consiste na concessão de assistência financeira ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 407/2010, de 11 de maio (que cria um mecanismo europeu de estabilização financeira com o objetivo de preservar a estabilidade financeira da UE), o Estado Português, através do IFDR, apresentou em 20 de dezembro de 2011, o pedido de aplicação dessa derrogação.

Este pedido abrangeu o PO VT, o PO Algarve, o PO Açores FEDER, o PO Madeira FEDER e o PO AT FEDER, na medida em que as taxas de cofinanciamento previstas nas respetivas decisões se encontravam, globalmente, no limiar máximo previsto no Anexo III do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 16 de junho, observando-se assim a

condição explicitada no Regulamento (UE) n.º 1311/2011. A CE veio a conceder a aplicação da derrogação solicitada em 22 de dezembro de 2011.

A adoção deste mecanismo consiste no acréscimo em 10 p.p. das taxas de cofinanciamento aplicáveis a cada eixo prioritário – conforme estabelecidas na decisão de cada Programa – no respeito pelo limite da respetiva dotação.

Tendo por base este enquadramento, a Autoridade de Certificação do FEDER e FC procedeu à apresentação das declarações de despesas e pedidos de pagamento para estes Programas.

Os montantes solicitados resultaram, desta forma, da aplicação deste mecanismo ao acréscimo da despesa certificada desde 24 de maio de 2011, data de início da aplicação do mecanismo de derrogação uma vez que foi a partir da mesma que a assistência financeira foi disponibilizada a Portugal, com a seguinte repercussão por Programa:

Anexo II. 5: Montantes adicionais dos pedidos de pagamento resultante da aplicação do mecanismo de derrogação, por PO

Programa Operacional	Fundo	Data da apresentação do pedido à CE	Pedido de Pagamento (€)
PO VT	FEDER	22-12-2011	6 720 622
PO VT	FC	22-12-2011	13 333 072
PO Algarve	FEDER	22-12-2011	2 453 977
PO Açores	FEDER	22-12-2011	11 293 679
PO Madeira	FEDER	22-12-2011	3 982 914
PO AT	FEDER	22-12-2011	739 234
Total			38 523 498

b. Was or is it necessary to simplify provisions in the adopted programmes through formal modification to speed up deliver mechanisms?

Em 2009 foi necessário efetuar a reprogramação do PO PH de forma a permitir o apoio do FSE na concretização da estratégia nacional de resposta à crise definida pelo governo no âmbito da Iniciativa para o Investimento e Emprego (IIE; vide ponto 3).

Este exercício de reprogramação implicou a alteração do eixo 5 do PO PH (apoio ao empreendedorismo e transição para a vida ativa), integrando as medidas prevista na IIE direcionadas para o apoio das intervenções dirigidas à manutenção do emprego dos trabalhadores de empresas em regime de *lay-off*, devido ao impacto da crise e a implementação do Contrato emprego-inserção dirigido aos desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, visando o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho.

No ano de 2011 houve a necessidade de proceder a uma revisão dos PO do QREN – técnica e financeira – orientada para o reforço da competitividade e do emprego.

Este processo de reprogramação consubstanciou-se, assim, num primeiro exercício formal, neste âmbito, de resposta à atual crise económica e financeira, visando reduzir os constrangimentos que se têm colocado à

execução evidenciando, por conseguinte, a capacidade de resposta dos fundos estruturais como instrumentos de reforço das reformas estruturais que se torna necessário implementar.

O processo negocial da reprogramação dos PO do QREN teve início em maio de 2011, concluindo-se com o envio das versões finais das propostas à CE em outubro, tendo as respetivas decisões sido adotadas até 15 de dezembro.

Assente em três grandes linhas de intervenção – o aumento das taxas de participação dos fundos comunitários na realização dos Programas; o aumento da dotação financeira prevista para apoio ao investimento das empresas e para a formação; e a simplificação da estrutura dos PO – o processo de reprogramação de 2011, culminou com:

- um aumento da taxa de cofinanciamento para 85% nas regiões de Convergência, na região em transição do Algarve (*phasing-out*) e nos Eixos Prioritários de investimento público apoiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão;
- um reforço da dotação financeira disponível para os sistemas de incentivos às empresas que ultrapassou os 700 M€ (464 M€ no PO FC e 241 M€ nos PO regionais do Continente), para aplicação nas áreas da inovação e renovação do modelo empresarial e padrão de especialização, bem como nos investimentos realizados por parcerias universidades/empresas na área do desenvolvimento tecnológico;
- um reforço de verbas para o FSE, com o aumento da dotação prevista nos Eixos Prioritários do PO PH destinados à Qualificação inicial, Formação avançada e Cidadania, inclusão e desenvolvimento Social, no valor global de 336 M€, maioritariamente por transferência do FEDER (do PO VT e do PO AT FEDER), constituindo este reforço, uma resposta ao apelo da CE de reorientação do financiamento da política regional no sentido das prioridades da Estratégia Europa 2020;
- a concentração no PO FC da elegibilidade das ações relativas à modernização administrativa, com encerramento desta elegibilidade nos PO regionais do Continente;
- a concentração de investimentos, na ótica da sua racionalização, destacando-se os que dizem respeito à requalificação das escolas até ao 3.º ciclo, bem como às ações inovadoras de desenvolvimento urbano os quais passaram a estar previstos nos PO regionais do Continente, no objetivo Convergência;
- a otimização da utilização do FC, no PO VT, associada à elegibilidade de um maior leque de intervenções anteriormente financiadas pelos PO regionais do Continente, incluindo operações a realizar nas regiões de Lisboa e do Algarve – ciclo urbano da água, ações materiais de prevenção e gestão de riscos, sistemas ferroviários urbanos (Metros) e sistemas ambientais de tratamento de resíduos – tendo, para o efeito, sido reduzida a dotação prevista para as operações previstas nas Redes Transeuropeias de Transportes.

Na sequência deste processo de reprogramação, foi possível, no final de 2011, apresentar à CE uma declaração de despesas e pedido de pagamento para a generalidade dos PO, para que os mesmos pudessem assim beneficiar do aumento das taxas de financiamento dos Fundos, previstos nas novas decisões. O montante de reembolso então solicitado à CE, tendo por base a nova programação, ascendeu a 520 M€.

No caso do FSE, para além do referido reforço de 336 M€ proveniente de recursos FEDER, em 2011 foi reforçada a programação afeta às medidas ativas de emprego no Continente, por transferência de recursos de outros eixos do PO PH, de forma a garantir a resposta às prioridades definidas na IIE.

5. Use of possibilities under the Temporary state aid framework: Was Cohesion Policy funding used to finance

a. Schemes implementing the “Compatible limited amount of aid” up to € 500 000?

b. State guarantees for loans at a reduced premium?

c. Loans interest subsidies, in particular for the production of green products (meeting environmental protection standards early or going beyond such standards)?

In each case please estimate the volume of EU financial support.

No que diz respeito aos auxílios estatais, Portugal utilizou, no âmbito das medidas extraordinárias colocadas à disposição dos EM pelo Quadro Comunitário Temporário, relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a crise financeira e económica, em particular, a possibilidade de aumento do limite máximo de acumulação de apoios concedidos ao abrigo do regime *de minimis*.

Este aumento do teto máximo de apoios concedidos ao abrigo do regime *de minimis* (Regulamento (CE) nº 1998/2009, de 15 dezembro), permitia passar de 200 mil euros para 500 mil euros o valor acumulado de apoios contabilizados a partir de 1 de janeiro de 2008.

Neste sentido, as autoridades portuguesas efetuaram uma notificação à CE, de modo a adotar o novo limite do regime *de minimis* disponibilizado, para os anos de 2009 e 2010. Na sequência da proposta apresentada por Portugal foi aprovado o AE N 13/2009 - Portugal, a 19 de janeiro de 2009, transposto para a legislação nacional através da Portaria nº 184/2009, de 20 de fevereiro.

Ao abrigo do Quadro Comunitário Temporário foram concedidos, em 2009 e 2010, cerca de 330 M€ correspondentes ao diferencial entre o teto máximo anterior (200 mil€) e o teto máximo ao abrigo do Quadro Comunitário Temporário (500 mil€). Deste valor 42 M€ foram concedidos pelos PO do QREN (40,2 M€ referente a intervenções FEDER e 1,6 M€ referentes a intervenções do FSE) e abrangeram 815 projetos e 456 empresas.

Anexo II. 6 - Apoios atribuídos ao abrigo do regime de minimis (2009 e 2010), superiores a 200 mil€

Apoios com data de decisão de 2009-2010	Montante dos apoios (€)	Nº de projetos	Nº de empresas
PO FEDER	40 181 342	699	369
PO FSE	1 640 341	116	87
Total	41 821 683	815	456

Fonte: IFDR

Neste âmbito, Portugal procedeu, ainda, ao pedido de prorrogação da aplicação do regime de exceção temporário, que permitiu que as candidaturas, apresentadas até 31 de dezembro de 2010 e aprovadas em 2011, beneficiassem ainda deste regime. Na sequência do pedido de prorrogação apresentado por Portugal, foi aprovado o SA 32122 (2010/N) - Portugal, transposto para a legislação nacional, através da Portaria nº 70/2011, de 9 de fevereiro.

A prorrogação da aplicação do regime de exceção temporário permitiu ainda a atribuição de 7,6 M€ de apoios concedidos no âmbito dos PO do QREN, abrangendo 209 projetos atribuídos e 66 empresas.

Anexo II. 7 - Apoios atribuídos ao abrigo do regime de minimis (2011), superiores a 200 mil€

Apoios com data de decisão de 2011 e data de candidatura <= 31/12/2010	Montante dos apoios (€)	Nº de projetos	Nº de empresas
PO FEDER	7 336 444	205	62
PO FSE	319 467	4	4
Total	7 655 911	209	66

Fonte: IFDR

Em 2012, em conjunto com outros EM da UE afetados pela crise financeira e económica, Portugal manifestou a vontade de solicitar à CE a possibilidade de continuar a utilizar o disposto no Artigo 107º, ponto 3 alínea b), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite, em circunstâncias devidamente justificadas, os auxílios destinados “a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-membro”.

6. Public Procurement

Within Operational Programmes, is use being made of accelerated public procurement procedures, reducing the overall time limit of the procedure from 87 days to 30 days?

Em Portugal, a desmaterialização integral dos procedimentos relativos à formação e celebração dos contratos públicos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos assegura o encurtamento dos prazos dos procedimentos. Os anúncios dos concursos são enviados para publicação através de meios eletrónicos, reduzindo-se os prazos mínimos para a apresentação das candidaturas/propostas, conforme previsto na lei.

Também as leis de execução do Orçamento do Estado têm vindo a prever, desde 2010, a possibilidade de adotar o concurso público urgente na celebração de contratos de empreitada no âmbito de projetos financiados por fundos comunitários, em determinadas condições, o que contribui para a rápida conclusão dos procedimentos.

Anexo III: Indicadores comuns comunitários dos PO FEDER e FC

Convergence Objective

Core indicators		Cumulative values						Target value 2007-2015	Comments
		2007	2008	2009	2010	2011	2012 (30 June)		
01 Jobs created	Selected projects			8.545	16.075	31.264	n.d.	28.200	
	Completed projects				87	696	n.d.		
02 Jobs created for men	Selected projects			62	450	1.030	n.d.		meta não definida
	Completed projects				0	435	n.d.		
03 Jobs created for women	Selected projects			96	431	1.298	n.d.		meta não definida
	Completed projects				0	131	n.d.		
04 Number of RTD projects	Selected projects			551	2.247	3.149	n.d.	3.610	
	Completed projects				12	15	n.d.		
05 Number of cooperation project enterprises-research institutions	Selected projects			163	287	361	n.d.	1.284	
	Completed projects				0	0	n.d.		
06 Research jobs created	Selected projects			17	233	303	n.d.	355	
	Completed projects				0	0	n.d.		
07 Number of projects (Direct investment aid to SME)	Selected projects			6.277	7.932	9.192	n.d.	9.275	
	Completed projects				63	239	n.d.		
08 Number of start-ups supported	Selected projects			338	557	759	n.d.	813	
	Completed projects				5	29	n.d.		
09 Jobs created (gross, full time equivalent) (Direct investment aid to SME)	Selected projects			5.259	10.306	16.122	n.d.	14.300	
	Completed projects				87	206	n.d.		
10 Investment induced (million €)	Selected projects			2.462	2.924	3.375	n.d.	3.450	
	Completed projects				76	149	n.d.		
11 Number of information society projects	Selected projects			717	1.096	1.223	n.d.	1.314	
	Completed projects				6	41	n.d.		
12 Number of additional population covered by broadband access	Selected projects			176.026	234.040	478.071	n.d.	550.000	
	Completed projects				0	0	n.d.		
13 Number of projects (Transport)	Selected projects			160	359	592	n.d.	478	
	Completed projects				84	253	n.d.		
14 km of new roads	Selected projects			42	139	217	n.d.	290	
	Completed projects				2	77	n.d.		
15 km of new TEN roads	Selected projects			2	2	6	n.d.	138	
	Completed projects				0	5	n.d.		
16 km of reconstructed roads	Selected projects			734	2.171	2.917	n.d.	3.000	
	Completed projects				434	1.857	n.d.		
17 km of new railroads	Selected projects			30	45	46	n.d.	227	
	Completed projects				7	46	n.d.		
18 km of TEN railroads	Selected projects			29	37	38	n.d.	217	
	Completed projects				0	38	n.d.		
19 km of reconstructed railroads	Selected projects			0	0	73	n.d.	83	
	Completed projects				0	8	n.d.		
20 Value for timesavings in Euro / year stemming from new and reconstructed roads	Selected projects			0	0	0	n.d.		meta não definida
	Completed projects			0	0	0	n.d.		
21 Value for timesavings in Euro / year stemming from new and reconstructed railroads	Selected projects			0	0	0	n.d.		meta não definida
	Completed projects			0	0	0	n.d.		
22 Additional population served with improved urban transport	Selected projects			(*)	(*)	(*)	n.d.	(*)	meta não agregável
	Completed projects			(*)	(*)	(*)	n.d.		
23 Number of renewable energy projects	Selected projects			10	12	104	n.d.	268	
	Completed projects				0	6	n.d.		
24 Additional capacity of renewable energy production (MW)	Selected projects			0	0	6.212	n.d.	(**)	
	Completed projects				0	0	n.d.		
25 Additional population served by water projects	Selected projects			(*)	(*)	(*)	n.d.	(*)	meta não agregável
	Completed projects			(*)	(*)	(*)	n.d.		
26 Additional population served by waste water projects	Selected projects			(*)	(*)	(*)	n.d.	(*)	meta não agregável
	Completed projects			(*)	(*)	(*)	n.d.		
27 Number of waste projects	Selected projects			14	34	68	n.d.	61	
	Completed projects				2	10	n.d.		
28 Number of projects on improvement of air quality	Selected projects			14	15	15	n.d.	21	
	Completed projects				1	1	n.d.		
29 Area rehabilitated (km2)	Selected projects			5	12	13	n.d.	19	
	Completed projects				0	4	n.d.		
30 Reduction greenhouse emissions (CO2 and equivalents, kt)	Selected projects			0	0	0	n.d.	(**)	
	Completed projects				0	0	n.d.		
31 Number of projects (Risk prevention)	Selected projects			121	264	451	n.d.	366	
	Completed projects				6	70	n.d.		
32 Number of people benefiting from flood protection measures	Selected projects			(*)	(*)	(*)	n.d.	(*)	meta não agregável
	Completed projects			(*)	(*)	(*)	n.d.		
33 Number of people benefiting from forest fire protection and other protection measures	Selected projects			(*)	(*)	(*)	n.d.	(*)	meta não agregável
	Completed projects			(*)	(*)	(*)	n.d.		
34 Number of tourism projects	Selected projects			250	741	860	n.d.	1.200	
	Completed projects				4	67	n.d.		
35 Number of jobs created in tourism	Selected projects			504	1.409	3.550	n.d.	2.120	(***)
	Completed projects				0	48	n.d.		
36 Number of education projects	Selected projects			515	678	775	n.d.	729	
	Completed projects				167	355	n.d.		
37 Number of benefiting students (Education)	Selected projects			193.670	288.235	339.542	n.d.	297.270	
	Completed projects				27.851	172.496	n.d.		
38 Number of health projects	Selected projects			68	119	142	n.d.	160	
	Completed projects				6	35	n.d.		
39 Number of projects ensuring sustainability and improving the attractiveness of towns and cities (Urban development)	Selected projects			230	859	1.207	n.d.	1.264	
	Completed projects				18	225	n.d.		
40 Number of projects seeking to promote businesses, entrepreneurship, new technology (Urban development)	Selected projects			26	58	99	n.d.	260	
	Completed projects				16	30	n.d.		
41 Number of projects offering services to promote equal opportunities and social inclusion for minorities and young people (Urban developm)	Selected projects			341	584	653	n.d.	602	
	Completed projects				36	203	n.d.		

(*) Core 22, 25, 26, 32 e 33 - Para acautelar situações de dupla contagem, a informação por PO não pode ser agregável a nível nacional, pois as intervenções do PO VT e dos PO Regionais podem

(**) Core 24 e 30 - Não é possível calcular o valor acumulado deste indicador, atendendo a que apenas um número reduzido de PO apresentaram meta para o indicador

(***) Core 35 - Em SFC do Relatório de Execução 2011 foi registado, por lapso, no PO Centro, o valor contratado 677 neste indicador, em vez do valor correto 53

Regional Competitiveness and Employment Objective

Core indicators		Cumulative values					Target value 2007-2015	Comments
		2007	2008	2009	2010	2011		
01 Jobs created	Selected projects			655	1.314	1.612	n.d.	2.100
	Completed projects				21	514	n.d.	
02 Jobs created for men	Selected projects			340	647	783	n.d.	meta não definida
	Completed projects				10	285	n.d.	
03 Jobs created for women	Selected projects			315	667	829	n.d.	meta não definida
	Completed projects				11	229	n.d.	
04 Number of RTD projects	Selected projects			86	162	152	n.d.	230
	Completed projects				20	13	n.d.	
05 Number of cooperation project enterprises-research institutions	Selected projects			29	39	51	n.d.	57
	Completed projects				1	1	n.d.	
06 Research jobs created	Selected projects			5	5	5	n.d.	171
	Completed projects				0	0	n.d.	
07 Number of projects (Direct investment aid to SME)	Selected projects			826	1.116	1.036	n.d.	2.000
	Completed projects				95	61	n.d.	
08 Number of start-ups supported	Selected projects			33	57	94	n.d.	140
	Completed projects				10	26	n.d.	
09 Jobs created (gross, full time equivalent) (Direct investment aid to SME)	Selected projects			195	444	712	n.d.	750
	Completed projects				21	131	n.d.	
10 Investment induced (million €)	Selected projects			245	329	363	n.d.	475
	Completed projects				2	7	n.d.	
11 Number of information society projects	Selected projects			108	122	140	n.d.	211
	Completed projects				7	15	n.d.	
12 Number of additional population covered by broadband access	Selected projects			0	0	65.500	n.d.	55.000
	Completed projects				0	33.667	n.d.	
13 Number of projects (Transport)	Selected projects			6	11	9	n.d.	11
	Completed projects				4	4	n.d.	
14 km of new roads	Selected projects			3	3	3	n.d.	7
	Completed projects				3	3	n.d.	
15 km of new TEN roads	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
16 km of reconstructed roads	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
17 km of new railroads	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
18 km of TEN railroads	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
19 km of reconstructed railroads	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
20 Value for timesavings in Euro / year stemming from new and reconstructed roads	Selected projects			0	0	0	n.d.	meta não definida
	Completed projects				0	0	n.d.	
21 Value for timesavings in Euro / year stemming from new and reconstructed railroads	Selected projects			0	0	0	n.d.	meta não definida
	Completed projects				0	0	n.d.	
22 Additional population served with improved urban transport	Selected projects			178.000	561.470	786.347	n.d.	501.500
	Completed projects				0	227	n.d.	
23 Number of renewable energy projects	Selected projects			1	1	0	n.d.	6
	Completed projects				0	0	n.d.	
24 Additional capacity of renewable energy production (MW)	Selected projects			0	0	0	n.d.	123.000
	Completed projects				0	0	n.d.	meta só PO Madeira
25 Additional population served by water projects	Selected projects			10.000	10.012	18.612	n.d.	18.600
	Completed projects				0	1.012	n.d.	
26 Additional population served by waste water projects	Selected projects			10.000	15.500	20.450	n.d.	20.100
	Completed projects				0	3.000	n.d.	
27 Number of waste projects	Selected projects			0	2	2	n.d.	8
	Completed projects				0	0	n.d.	
28 Number of projects on improvement of air quality	Selected projects			1	1	2	n.d.	7
	Completed projects				0	1	n.d.	
29 Area rehabilitated (km2)	Selected projects			0	0	0	n.d.	0
	Completed projects				0	0	n.d.	
30 Reduction greenhouse emissions (CO2 and equivalents, kt)	Selected projects			0	0	456	n.d.	518
	Completed projects				0	1	n.d.	
31 Number of projects (Risk prevention)	Selected projects			9	11	13	n.d.	14
	Completed projects				5	10	n.d.	
32 Number of people benefiting from flood protection measures	Selected projects			256.883	506.883	515.045	n.d.	506.883
	Completed projects				0	247.280	n.d.	
33 Number of people benefiting from forest fire protection and other protection measures	Selected projects			1.213.067	1.233.067	1.241.229	n.d.	1.233.067
	Completed projects				0	358.432	n.d.	
34 Number of tourism projects	Selected projects			19	32	107	n.d.	124
	Completed projects				1	15	n.d.	
35 Number of jobs created in tourism	Selected projects			5	132	264	n.d.	200
	Completed projects				0	5	n.d.	meta só PO Madeira
36 Number of education projects	Selected projects			59	63	72	n.d.	93
	Completed projects				17	19	n.d.	
37 Number of benefiting students (Education)	Selected projects			76.926	55.046	57.161	n.d.	59.500
	Completed projects				0	26.662	n.d.	
38 Number of health projects	Selected projects			0	2	4	n.d.	4
	Completed projects				2	4	n.d.	
39 Number of projects ensuring sustainability and improving the attractiveness of towns and cities (Urban development)	Selected projects			43	110	328	n.d.	360
	Completed projects				8	10	n.d.	
40 Number of projects seeking to promote businesses, entrepreneurship, new technology (Urban development)	Selected projects			8	16	26	n.d.	26
	Completed projects				8	13	n.d.	
41 Number of projects offering services to promote equal opportunities and social inclusion for minorities and young people (Urban developm)	Selected projects			61	67	83	n.d.	80
	Completed projects				12	12	n.d.	

Anexo IV: Metodologia de quantificação dos contributos do QREN para os objetivos da Política de Coesão

Para permitir quantificar os contributos do QREN para os objetivos da Política de Coesão, construiu-se uma tabela de correspondência entre os temas prioritários e os domínios e subdomínios presentes nas orientações comunitárias em matéria de coesão, estabelecendo uma relação biunívoca entre os dois sistemas de classificação. Esta opção constitui uma forte simplificação, uma vez que uma mesma tipologia de despesa pode contribuir para mais do que um domínio prioritário⁴⁷ e sobretudo, por vezes, para mais do que um dos seus subdomínios, como também não deixará ser sublinhado, sempre que necessário, ao longo da análise. Por outro lado, a própria classificação dos projetos em função dos temas prioritários também é biunívoca, embora alguns tipos de projetos contribuam de forma relevante para mais do que um tema prioritário.

No entanto, a opção seguida permite não só quantificar de forma expedita o contributo do QREN para a concretização dos vários domínios e subdomínios das orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão, como evita a dupla contabilização dos investimentos e das realizações em causa. Neste sentido, procurou-se seguir sempre o princípio de estabelecer uma relação entre os temas prioritários e os subdomínios das orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão em função da articulação mais direta ou privilegiada entre ambos.

Tendo em conta a transversalidade do último domínio das orientações comunitárias em matéria de coesão – territorialização da Política de Coesão – optou-se por não incluir esse domínio nesta análise quantitativa. Considera-se que em menor ou maior escala todas as intervenções prosseguidas pelo QREN e pelos PO têm uma dimensão territorial, independentemente do grau de explicitação da mesma nas fases de formulação e implementação dos instrumentos de política.

Na construção da referida tabela de correspondência foi necessário proceder a alguns ajustamentos que importa ter presentes. Constatou-se, de facto, a existência de três temas prioritários que não têm uma tradução clara em termos de subdomínios das orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão: “Projetos integrados de reabilitação urbana e rural”, “Infraestruturas de habitação” e “Outras infraestruturas sociais”. Assim, optou-se pela introdução de um subdomínio adicional - Outras dimensões de valorização do território – enquadrado no primeiro domínio (“Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar”) e que engloba os três temas prioritários acima referidos. Esta opção permite garantir que todas as tipologias de intervenção do QREN são consideradas, mantendo a coerência interna dos domínios e subdomínios das orientações estratégicas comunitárias.

Apresenta-se, de seguida, a tabela de correspondência entre domínios e subdomínios das orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão e os temas prioritários utilizada neste relatório.

⁴⁷ Por exemplo, alguns tipos de investimento em formação contribuem simultaneamente para aumentar o capital humano, para a adaptabilidade dos trabalhadores e para facilitar a inovação empresarial.

Orientações estratégicas comunitárias		Temas Prioritários	
1.1	1.1.0	Outra valorização do território	61 Projectos integrados de reabilitação urbana e rural
			78 Infra-estruturas de habitação
	1.1.1	Desenvolver e melhorar as infra-estruturas de transportes	79 Outras infra-estruturas sociais
			16 Transporte ferroviário
			17 Transporte ferroviário (RTE-T)
			18 Activos móveis ferroviários
			19 Activos móveis ferroviários (RTE-T)
			20 Auto-estradas
			21 Auto-estradas (RTE-T)
			22 Estradas nacionais
23 Estradas regionais / locais			
24 Ciclovias			
25 Transportes urbanos			
26 Transportes multimodais			
27 Transportes multimodais (RTE-T)			
28 Sistemas de transporte inteligentes			
29 Aeroportos			
30 Portos			
31 Transporte por via navegável (regionais e locais)			
32 Transporte por via navegável (RTE-T)			
82 Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território			
1.1.2	Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento	44 Gestão de resíduos domésticos e industriais	
		45 Gestão e distribuição de água (água potável)	
		46 Tratamento de água (águas residuais)	
		47 Qualidade do ar	
		48 Prevenção e controlo integrados da poluição	
		49 Alterações climáticas: atenuação e adaptação	
		50 Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	
		51 Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	
		52 Promoção de transportes urbanos limpos	
		53 Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	
54 Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos			
55 Promoção de recursos naturais			
56 Protecção e desenvolvimento do património natural			
58 Protecção e preservação do património cultural			
59 Desenvolvimento de infra-estruturas culturais			
60 Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais			
84 Apolos para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico			
1.1.3	Abordar a questão da utilização intensiva das fontes de energia tradicionais pela Europa	33 Electricidade	
		34 Electricidade (RTE-E)	
		35 Gás natural	
		36 Gás natural (RTE-E)	
		37 Produtos petrolíferos	
		38 Produtos petrolíferos (RTE-E)	
		39 Energias renováveis: eólica	
		40 Energias renováveis: solar	
		41 Energias renováveis: biomassa	
		42 Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	
43 Eficiência energética, co-geração, gestão da energia			
1.2	1.2.1	Reforçar e melhorar o investimento em IDT	1 Actividades de IDT em centros de investigação
			2 Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica
	1.2.2	Promover a inovação e promover o espírito empresarial	3 Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)
			5 Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas
			6 Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)
			7 Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)
			8 Outros investimentos em empresas
			57 Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo
			83 Acções específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado
			10 Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)
11 Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, cibercontêudo, etc.)			
12 Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)			
1.2.3	Promover a sociedade da informação para todos	13 Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	
		14 Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	
15 Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME			
1.2.4	Melhorar o acesso ao financiamento	9 Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	
1.3	1.3.1	Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	65 Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho
			66 Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho
	1.3.2	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	67 Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa
			68 Apoio ao emprego independente e à criação de empresas
			69 Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes
			70 Acções específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social
			71 Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho
			80 Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes
			62 Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação
			63 Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho
64 Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências			
1.3.3			Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências
	73 Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos		
74 Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas			
75 Infra-estruturas de ensino			
77 Infra-estruturas de acolhimento à infância			
1.3.4	Capacidade administrativa	81 Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	
		85 Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	
86 Avaliação e estudos, informação e comunicação			
1.3.5	Contribuir para manter uma	76 Infra-estruturas de saúde	